



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Kal Andeson Aniceto Gomes do Prado

**ROMANCE *TORTO ARADO* DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR:
AS QUESTÕES AGRÁRIAS SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO
DISCURSO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

**Recife
2024**

Kal Andeson Aniceto Gomes do Prado

**ROMANCE *TORTO ARADO* DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR:
AS QUESTÕES AGRÁRIAS SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO
DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo.

Co-orientador: Prof. Dr. Dayvesson Deleon Bezerra da Silva.

Linha de Pesquisa: Processos de Organização Linguística e Identidade Social.

Universidade Católica de Pernambuco

2024

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
Prof. Dr. Pe. Pedro Rubens Ferreira Oliveira, S.J. (Reitor)

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Profa. Dr.^a Valdenice José Raimundo (Pró-Reitora)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
Profa. Dr.^a Roberta Varginha Ramos Caiado (Coordenadora)
Profa. Dr.^a Isabela Barbosa do Rêgo Barros (Vice-coordenadora)

Ficha Catalográfica

P896r Prado, Kal Andeson Aniceto Gomes do.
 Romance Torto Arado de Itamar Vieira Júnior:
 as questões agrárias sob a perspectiva da análise do
 discurso / Kal Andeson Aniceto Gomes do Prado, 2024.
 109 f. : il.

 Orientadora: Nadia Pereira da Silva G. de Azevedo.
 Coorientador: Dayvesson Deleon Bezerra da Silva.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica
 de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em
 Ciências da Linguagem. Mestrado em Ciências
 da Linguagem, 2024.

 1. Análise do discurso. 2. Vieira Júnior, Itamar, 1979-.
 3. Ficção brasileira. 4. Agricultura - Aspectos sociais.
 5. Poder. I. Título.

CDU 801

Luciana Vidal CRB4/1338

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que citada a fonte, a reprodução e a divulgação total ou parcial desta dissertação, por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

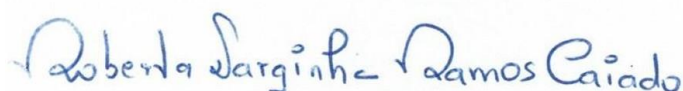
Romance Torto Arado de Itamar Vieira Júnior: as questões agrárias sob a perspectiva da análise do discurso. © 2024 by Kal Andeson Aniceto Gomes do Prado is licensed under CC BY-NC-ND 4.0. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Kal Andeson Aniceto Gomes do Prado

**ROMANCE *TORTO ARADO* DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR:
AS QUESTÕES AGRÁRIAS SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO
DISCURSO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem. Foi aprovada com alterações indicadas pela banca.

Recife, 12 de dezembro de 2024.



Prof.^a Dr.^a Roberta Varginha Ramos Caiado
Coordenadora do PPGCL

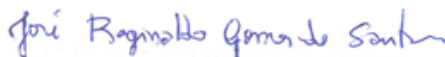
Banca Examinadora:



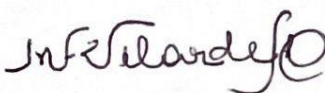
Prof.^a Dr.^a Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
Orientadora - Universidade Católica de Pernambuco



Prof. Dr. Dayvesson Deleon Bezerra da Silva
Coorientador – Universidade de Pernambuco (UPE Campus Petrolina)



Prof. Dr. José Reginaldo Gomes de Santana
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE Campus Pesqueira)



Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Vilar de Melo
Universidade Católica de Pernambuco

Dedico este trabalho à minha mãe, Adeilda
Barbosa.

AGRADECIMENTOS

À professora Nadia Azevedo, por me fazer adentrar, de modo profundo, no mundo maravilhoso da Análise de Discurso. Pelo apoio e estímulo, pela compreensão e confiança. Pelo seu trabalho. A minha admiração.

Ao professor Dayvesson Silva, pela leitura atenta do meu texto e as recomendações sempre precisas que tanto o enriqueceram. E pelo nosso reencontro.

À professora Elaine Daróz, por todas as ideias compartilhadas que agora ressoam ao longo deste texto. Pela delicadeza e pela atenção.

Ao professor José Reginaldo Santana, por todas as contribuições que ajudaram a alicerçar, com bases firmes, esta pesquisa.

À professora Maria de Fátima Melo, por suas aulas inesquecíveis sobre Literatura e Psicanálise. E por compor a banca examinadora e por agregar na lapidação da versão final deste texto.

À professora Silmara Dela Silva, pelo seu seminário de Análise de Discurso, que transformou os meus gestos de interpretação.

Ao professor André Araújo, por estimular em mim, recém-chegado à Pós-graduação, a confiança na minha capacidade acadêmica.

À Adrielly Gomes, pelas suas importantes indicações bibliográficas sobre o pensamento decolonial. Pela postura acadêmica. Uma inspiração.

Ao amigo Robson Melo, por todas as vezes em que me auxiliou, prontamente, em relação às normas da ABNT. E pelo incentivo a publicações acadêmicas.

À Ana Paula Luiz, por me ajudar com a formatação do meu texto.

Aos professores da Pós-graduação, pelas reflexões que vão cada vez mais produzindo sentidos.

Aos amigos das turmas da Pós-graduação, em especial, Jéssica Girlaine, Rodrigo Paiva, Victor Bruno e Lenilton Junior, pelas conversas, pelas trocas. Pelos momentos leves e divertidos.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-graduação, em especial, ao Cleyton Rômulo, pelo profissionalismo e atenção.

À Edna Borba, por me ajudar a organizar os meus pensamentos.

Ao escritor Itamar Vieira Junior, pela força de seu texto, que fez ressurgir, em mim, a paixão pela literatura e, sobretudo, a vontade de voltar a analisar uma narrativa ficcional na Universidade.

À minha mãe, Adeilda Barbosa, por ter, muitas vezes, cuidado dos meus pequenos, Théo e Sam, enquanto eu estava na Unicap.

Ao Luiz Henrique, por todo o companheirismo. Pelo apoio e compreensão neste percurso acadêmico.

[...] Se o instrumento de transformação da prática política é o discurso, [...] a prática política tem por função transformar as relações sociais reformulando a demanda social [...] por meio de um discurso.

(Thomas Herbert)

PRADO, Kal Andeson Aniceto Gomes do. **Romance *Torto arado* de Itamar Vieira Junior: as questões agrárias sob a perspectiva da análise do discurso**. 2024. nf 113. Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2024.

RESUMO

O presente trabalho analisa o funcionamento discursivo do romance *Torto arado*, do escritor Itamar Vieira Junior, sob a perspectiva das questões agrárias. Fundamentando-se na Análise de Discurso materialista de matriz francesa (AD) e, com ela, adentrando a interface literatura/sociedade, tem-se, como escopo principal, o exame do *corpus* formado por recortes do texto, buscando compreender os sentidos que envolvem o trabalhado análogo à escravidão no espaço rural, bem como a desigualdade de acesso à terra. Em outras palavras, investigam-se as condições sócio-históricas de produção dos discursos das narradoras (Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira), como também dos(as) demais personagens da obra, identificando as marcas de relações de poder e as ideologias que atravessam a formulação de sentidos sobre os problemas fundiários. O objeto de análise deste trabalho busca a aproximação com os caminhos de uma pesquisa qualitativa e visa à compreensão de construções discursivas formadoras do imaginário da relação existente entre latifundiários e trabalhadores rurais de origem afro-brasileira, após a abolição da escravatura no Brasil. Esta investigação se mostra relevante, tendo em vista a circulação social de discursos que naturalizam a persistência da servidão por moradia e a violação do direito à terra no país. A materialização desses discursos, no texto de Vieira Junior, permite, a partir dos conceitos basilares da AD, trabalhar, com uma metodologia de cotejamento, no entremeio da descrição e interpretação, identificando, assim, a relação da linguagem à sua exterioridade, baseando-se nas regularidades de sua produção. Nessa perspectiva, examinam-se os efeitos de sentido dos enunciados, as posições-sujeito, condições de produção, deslizamentos de sentido, memórias discursivas, formações ideológicas, formações imaginárias, a política do silenciamento, acontecimento discursivo, entre outros. Após esse percurso analítico, é possível concluir que existe uma expressa mobilidade de sentidos que marca a trajetória dos(as) personagens do romance, cujo movimento vai da resignação perante as injustiças sociais, partindo para um momento de compreensão destas, até chegar às ações para alterar o cenário de desigualdade construído ao longo da História do país.

Palavras-chave: *Torto arado*; Análise de Discurso; questões agrárias; relações de poder.

PRADO, Kal Andeson Aniceto Gomes do. **Romance *Torto arado* de Itamar Vieira Junior: as questões agrárias sob a perspectiva da análise do discurso**. 2024. nf 113. Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2024.

ABSTRACT

This work analyzes the discursive functioning of the novel *Torto arado*, by writer Itamar Vieira Junior, from the perspective of agrarian issues. Based on Discourse Analysis (DA) of French origin and, with it, entering the literature/society interface, the main scope is the examination of the corpus formed by excerpts from the text, seeking to understand the meanings that involve the work analogous to slavery in rural areas, as well as inequality of access to land. In other words, the socio-historical conditions of production of the narrators' speeches (Bibiana, Belonísia and Santa Rita Pescadeira), as well as the other characters in the work, are investigated, identifying the marks of power relations and the ideologies that permeate the formulation of meanings about land problems. The object of analysis of this work seeks to approach the paths of qualitative research and aims to understand discursive constructions that form the imaginary of the relationship between landowners and rural workers of Afro-Brazilian origin, after the abolition of slavery in Brazil. This investigation is relevant, given the social circulation of discourses that naturalize the persistence of housing servitude and the violation of the right to land in the country. The materialization of these discourses, in Vieira Junior's text, allows, based on the basic concepts of AD, to work, with a comparison methodology, in the midst of description and interpretation, thus identifying the relationship of language to its exteriority, based on in the regularities of its production. From this perspective, the meaning effects of statements, subject positions, production conditions, slips of meaning, discursive memories, ideological formations, imaginary formations, the politics of silencing, discursive events, among others, are examined. After this analytical path, it is possible to conclude that there is an express mobility of meanings that marks the trajectory of the characters in the novel, whose movement goes from resignation in the face of social injustices, starting to a moment of understanding them, until arriving at actions to change the scenario of inequality built throughout the country's history.

Keywords: *Crooked plough*; Discourse Analysis; agrarian issues; power relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso de linha francesa pecheutiana
ACD	Análise Crítica do Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
ARE	Aparelhos Repressivos de Estado
FD	Formação Discursiva
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
SD	Sequência Discursiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – CONHECENDO OS TERRITÓRIOS DO TORTO ARADO E DA ANÁLISE DE DISCURSO	15
1.1 A semente do Torto arado	15
1.2 Arando a problemática da terra no Brasil	20
1.3 As raízes e frutos da Análise de Discurso	30
2. METODOLOGIA – PREPARANDO A COLHEITA DOS EFEITOS DE SENTIDOS	42
2.1 A construção do instrumento para a colheita dos sentidos	42
3. ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO – DA SUBMISSÃO À RESISTÊNCIA	50
3.1 O momento antes do fio de corte na resignação social	50
3.2 O torto arado que não impede o brotar do incômodo diante das injustiças	63
3.3 O rio de sangue da revolta pelo direito à terra	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Partindo da concepção de que a vida em sociedade se realiza nas interações humanas, por meio da linguagem, a entrada no simbólico se apresenta como algo irremediável e permanente. Logo, é importante problematizar as formas de ler, fazendo com que o sujeito reflita sobre o que é produzido nas diferentes práticas languageiras.

Nesse sentido, é fundamental compreender que os indivíduos estão sempre sujeitos à linguagem, a seus equívocos e sua opacidade. Além disso, é crucial saber que não existe neutralidade no uso dos signos linguísticos, nem mesmo nas situações de uso mais cotidiano, já que todo enunciado se constitui a partir das ideologias vigentes. Sendo assim, há uma necessidade constante de interpretar o funcionamento dos discursos, para identificar as posições-sujeito, condições de produção, as formações ideológicas, dentre outros aspectos.

A noção de discurso que aqui será trabalhada se distancia do esquema elementar da comunicação, que foi defendido por Roman Jakobson, no ensaio *Linguística, poética e cinema* (2007). Nessa obra, ele apresenta e define os elementos que compõem a comunicação — emissor, receptor, canal, código, referente e mensagem. Nesse esquema:

O funcionamento da mensagem ocorre tendo em vista a finalidade de transmitir — uma vez que participam do processo comunicacional: um *emissor* que envia a mensagem a um *receptor*, usando do *código* para efetuarla; esta, por sua vez, refere-se a um *contexto*. A passagem da emissão para a recepção faz-se através do suporte físico que é o *canal* (Chalhub, 2006, p. 5).

De acordo com a Análise de Discurso de linha francesa (doravante AD), a comunicação não se resume à transmissão de informação, como também não há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, pois,

[...] na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos [na AD] é justamente pensar aí o discurso (Orlandi, 2015, p. 19).

Nessa perspectiva, por meio do funcionamento da linguagem, identifica-se a relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, sinalizando um processo complexo de constituição desses sujeitos e de produção de sentidos e não somente a transmissão de informação.

Antes de aprofundar as informações acerca da AD, é importante enfatizar que os estudos discursivos, desenvolvidos ao longo do tempo, apresentam concepções diferentes para o termo *discurso*. Sob a ótica da teoria discursiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), especialmente a desenvolvida por Fairclough (2001), o discurso é tido como prática social reprodutora e transformadora de realidades. Já na perspectiva de Maingueneau (2005, p. 15), o discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Já Foucault, por sua vez, compreende os discursos como formados por elementos sem qualquer princípio de unidade. Para Orlandi, a “linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 2015, p. 19-20).

Vale destacar que a AD foi desenvolvida a partir dos estudos de Pêcheux, tendo, como seu objeto teórico, o discurso. Nessa perspectiva, ele se fundamenta em outros campos do saber (a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise) para compreender como se constituem os sentidos na língua, sem desconsiderar a exterioridade linguística. Vale ressaltar que, consoante Orlandi (2015), a AD atua no entremeio desses campos do conhecimento.

É possível perceber, na trajetória pecheutiana de desenvolvimento de sua disciplina, fases distintas que corroboram a fundação de seu campo teórico. De início, Pêcheux pretende construir um instrumento que possibilite analisar os sentidos dentro de um conjunto de documentos. Posteriormente, o seu trabalho adquire a forma de uma filosofia da linguagem, pautada no marxismo, por meio de uma identificação com os estudos de Louis Althusser. É nessa fase que ele publica *Les vérités de la Palice* (1975), traduzido e publicado em português com o título *Semântica e Discurso* (2014). A terceira fase de seus constructos teóricos é demarcada pela publicação em 1983 da obra *O discurso estrutura ou acontecimento*. Nesse momento, apresenta-se o conceito de *acontecimento discursivo* como um entrecruzamento que considera a estrutura, o acontecimento e a tensão entre descrição e interpretação. Esse entrecruzamento se revela como algo determinante para a concretização da AD.

Tomando como referência a concepção de discurso em Pêcheux e considerando que todo entendimento de discurso traz consigo uma visão de língua, como também de sujeito, opta-se, nessa pesquisa, por encontrar, nos pilares da teoria discursiva pecheutiana, um caminho para se examinar a interface língua/literatura com o intuito de

analisar o funcionamento discursivo de sentidos sobre as questões agrárias presentes na obra *Torto arado* (2019), do escritor Itamar Vieira Junior, partindo de uma perspectiva de procedimento analítico da AD. Sendo assim, será considerada a língua em sua materialidade produtora de sentidos, fundamentando-se nos constructos teóricos de Pêcheux, já que

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (Orlandi, 2015, p. 13).

Ao refletir sobre o conceito de discurso em Pêcheux, é possível conceber, de acordo com Azevedo *et al* (2014, p. 4), uma relação entre sujeito, discurso e ideologia. Além disso, é importante reiterar que o discurso para Pêcheux é uma forma de materialização ideológica, o que é apreendido socialmente, sendo, portanto, construído na exterioridade da língua e se inscrevendo na história para a produção de sentidos.

Ter o entendimento de que não há neutralidade ideológica na comunicação humana permite adotar uma postura menos ingênua diante da linguagem. Além do mais, é importante compreender que todo discurso é incompleto, não tem início absoluto nem ponto final definitivo, o que vem a exigir uma proposta de reflexão sobre a linguagem, o sujeito, a história e a ideologia.

Sendo assim, após a leitura do romance *Torto arado*, uma indagação importante se sobressaiu: Como se constitui o funcionamento discursivo de seus(suas) personagens acerca das questões agrárias? Nesse prisma, este trabalho de investigação tem por objetivo principal analisar o funcionamento do discurso desses(essas) personagens no tocante à precarização do trabalho na zona rural e à desigualdade de acesso à terra.

Nessa perspectiva, tem-se, como objetivos específicos desse trabalho, compreender, em um primeiro momento, o discurso de resignação de parte dos(as) personagens diante da exploração da mão de obra a que é submetida; entender, posteriormente, o processo de mudança de compreensão de alguns trabalhadores rurais perante tais abusos; e, por fim, identificar as práticas discursivas que objetivam romper com as ideologias dominantes que promovem os interesses dos fazendeiros, ou seja, que reiteram o *status quo* dos segmentos que exploram o trabalho análogo à escravidão e lutam pelo direito ao latifúndio.

Nesse sentido, será observada a dinâmica de disputa de poder estabelecida entre os(as) personagens da obra no que diz respeito aos conflitos que envolvem as condições de trabalho e a posse da terra, por exemplo, entre os trabalhadores de uma mesma fazenda, como também entre esses trabalhadores e os patrões. Observando essas interações por meio do viés da linguagem, é possível perceber que tais personagens são constituídos(as), dentre outros aspectos, pela ideologia, uma vez que, de acordo com Althusser (1985, p. 93), “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”.

Este trabalho se constitui, estruturalmente, da seguinte forma: no primeiro capítulo, haverá a fundamentação teórica, partindo das convicções de Itamar Vieira Junior, escritor do *Torto arado*, acerca do papel da literatura em um contexto de injustiça social, caracterizado, no caso, pelo não acesso ao direito à terra. Na sequência, haverá, a partir de uma perspectiva histórica, o detalhamento da problemática das questões agrárias no Brasil. Além disso, será apresentada a teoria que fundamenta a pesquisa, ou seja, a AD. Já no segundo capítulo, será enfatizada a metodologia do estudo. Quanto ao terceiro capítulo, haverá a análise da obra em evidência. Em seguida, serão pontuadas as considerações finais.

1. CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – CONHECENDO OS TERRITÓRIOS DO TORTO ARADO E DA ANÁLISE DE DISCURSO

Neste capítulo, será conhecido o pensamento motriz do escritor Itamar Vieira Junior para a produção do romance *Torto arado*, obra que tem como fio condutor conflitos agrários que envolvem latifundiários e trabalhadores rurais. Nessa perspectiva, será necessário situar, ao longo do tempo, como o Estado e a sociedade brasileira têm lidado com a problemática da desigualdade de acesso à terra no país. Além disso, haverá a apresentação dos conceitos fundamentais da Análise de Discurso de linha peuchetiana (AD), objetivando construir um dispositivo teórico que permita a interpretação dos efeitos de sentido presentes nos discursos dos(as) personagens da obra literária em questão.

1.1 A semente do *Torto arado*

Itamar Rangel Vieira Júnior nasceu em Salvador, em 1979. Ele é graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Nessa mesma instituição de ensino, concluiu também sua tese de doutorado, dessa vez na área de Estudos Étnicos e Africanos, com o título *Trabalhar é tá na luta: vida, morada e movimento entre o povo Iuna* (2017), pesquisa que se detém sobre a formação de comunidades quilombolas no interior do Nordeste brasileiro. Para além dos estudos acadêmicos, atuou como funcionário do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) — órgão federal voltado para a implantação da reforma agrária.

Em 2013, houve a sua estreia na literatura, com o livro de contos *Dias*, que venceu o XI Prêmio Projeto de Arte e Cultura (Bahia). Em 2017, lançou o livro *A oração do carrasco*, sendo finalista do Prêmio Jabuti no ano seguinte na categoria conto. Além disso, essa obra conseguiu o segundo lugar no Prêmio Bunkyo de Literatura 2018 e venceu o Prêmio Humberto de Campos da União Brasileira de Escritores (Seção Rio de Janeiro).

Com o romance *Torto arado* (2018), conquistou, em Portugal, o Prêmio LeYa, que foi concedido por unanimidade pelo modo como representou, de forma realista, o universo rural brasileiro. O enredo retrata a vida de trabalhadores sem-terra que são

remanescentes do regime escravagista, tendo, como personagens principais, singulares figuras femininas, que são vítimas de inúmeras violências que imperam nos grotões mais afastados do país. Segue, abaixo, a justificativa pela qual a obra recebeu o Prêmio LeYa:

O Prêmio LeYa 2018 é atribuído ao romance “Torto Arado”, de Itamar Vieira Junior, pela solidez da construção, o equilíbrio da narrativa e a forma como aborda o universo rural do Brasil, colocando ênfase nas figuras femininas, na sua liberdade e na violência exercida sobre o corpo num contexto dominado pela sociedade patriarcal. Sendo um romance que parte de uma realidade concreta, em que situações de opressão quer social quer do homem em relação à mulher, a narrativa encontra um plano alegórico, sem entrar num estilo barroco, que ganha contornos universais. Destaca-se a qualidade literária de uma escrita em que se reconhece plenamente o escritor. Todos estes motivos justificam a atribuição por unanimidade deste prêmio (Literafro, 2023).

Vieira Junior situa a história de *Torto arado* em uma região remota e imaginária do Nordeste brasileiro, expondo as problemáticas que envolvem o modo de funcionamento histórico e social do país. Tem-se, assim, um romance que fornece elementos para debater as desigualdades e violências entre cidade e campo, as desigualdades de gênero, as formas de resistência das religiões de matriz africana e indígena, a persistência da escravidão simbolizada na relação de mando inviolável entre patrão/dono e trabalhador/agregado. Somada a esses fatores, há também, na narrativa, uma implícita, mas potente reflexão sobre os sentidos da posse da terra e de uma necessária reforma agrária no território nacional.

O romance *Torto arado* é composto por três partes (*Fio de corte*, *Torto arado* e *Rio de sangue*), cuja narração de cada uma delas é feita por personagens distintas, as quais apresentam interpretações singulares para fatos contemplados por elas. Desse modo, é possível observar, por intermédio do discurso das narradoras, como elas e outros(as) personagens percebem as relações de poder que permeiam as questões agrárias.

O enredo do romance tem como pano de fundo um Brasil rural, mais exatamente uma fazenda fictícia na Chapada Diamantina, no interior do estado da Bahia. As protagonistas são duas irmãs, Bibiana e Belonísia, que têm suas vidas contadas desde a infância até a vida adulta. No entanto, não é possível precisar, com exatidão, em que época a história se passa. Há, porém, alguns indícios de que a história principal transcorre no Brasil República (a partir de meados do século XX).

A trama se inicia quando as duas personagens principais encontram uma misteriosa faca de prata, com cabo de marfim, em uma mala da avó delas, Donana. Na sequência, elas colocam essa faca na boca e acabam se acidentando, o que resulta na mutilação da língua de uma delas. A partir de então, um vínculo mais forte é estabelecido entre elas, já que uma passa a ser a voz da outra que não consegue mais falar.

Após apresentar Bibiana e Belonísia, o enredo expõe o contexto familiar e social em que elas vivem. A família delas trabalha em uma propriedade rural em um regime de servidão em troca de morada. Constata-se, na narrativa, um processo de exploração do trabalho análogo à escravidão, o qual se sustenta a partir da desigualdade de forças entre as partes envolvidas.

Na Fazenda Água Negra, os trabalhadores, que são afro-brasileiros, se dedicam ao plantio do arroz e da cana-de-açúcar para o enriquecimento dos patrões (a família Peixoto), sem terem, contudo, direito a uma remuneração financeira pelo trabalho prestado, tendo como suposto benefício construir, nas terras do latifúndio, uma casa que não poderia ser de alvenaria e cultivar uma quantidade de alimentos, exclusivamente, para a subsistência da família dos próprios trabalhadores.

Essa forma de exploração da mão de obra, sob a ótica dos estudos de Gomes (2019), remonta ao modelo que era praticado no país desde o Brasil Colônia (1530-1822) até às vésperas da Proclamação da República (1889). Em 1888, ainda no Brasil Império (1822-1889), a Lei Áurea foi assinada pela princesa Isabel, abolindo a escravidão em todo o território nacional. Até então por aqui, seres humanos de origem africana eram escravizados por pessoas que acreditavam ser suas proprietárias, o que significava, dentre outros males, trabalhar exaustivamente sem direito a uma compensação financeira, como também morar em habitações insalubres de uso coletivo, ou seja, nas senzalas.

O romance *Torto arado* só foi publicado no Brasil em 2019. Na premiação do Jabuti 2020, o livro recebeu o título de melhor romance literário. No fim do mesmo ano, o prêmio Oceanos elegeu esse texto de Vieira Junior como o melhor que foi escrito em tal período, tendo como concorrentes as produções literárias feitas pelos países que têm a língua portuguesa como um dos idiomas oficiais. Além disso, de acordo com *Publish News*, *Torto arado* foi o livro de ficção mais vendido no Brasil em 2021; já em 2022, ele ficou na 11ª posição. Além de ser um *best-seller*, ele tem sido traduzido para diversos idiomas.

Na sequência desse sucesso editorial, Vieira Junior lançou o romance *Salvar o fogo* (2023), o qual, juntamente com o *Torto arado* e um outro título que ainda está por ser editado, irão compor uma trilogia sobre o cotidiano de quem vive da terra e luta por ela. Além disso, no segundo semestre do ano seguinte, o escritor baiano publicou uma narrativa voltada para o público infantil, *Chupim* (2024), abordando o tema da exploração do trabalho de crianças em fazendas agrícolas.

Voltando a discorrer sobre a obra em evidência neste trabalho, em 2021, Vieira Junior concedeu uma entrevista para o professor e escritor Leandro Karnal, que foi transmitida pelo canal *Prazer, Karnal* no YouTube, no episódio “O que aprendemos com *Torto arado*?”. Nessa ocasião, o entrevistador pergunta para o escritor baiano se, nessa narrativa, há algo de autobiográfico? Se há um misto de memória familiar, trabalho do INCRA e seus estudos de graduação e pós-graduação? Segue a resposta de Vieira Junior:

Acho que tem uma vontade de conhecer uma memória familiar que [...] fui impedido de conhecer. Impedido no sentido de que a gente não consegue ir além dos nossos avós [...]. Muita coisa, muita memória foi apagada. Meu pai foi criado no campo, ele foi criado até os 15 anos pelos avós dele, meus bisavós. Os avós dele eram agricultores [...]. Eles plantavam em terras de outrem. Era trabalho como servidão mesmo. Eles faziam esse trabalho. E daí, [...] esse rico universo que também eu tive contato ao longo desse tempo como servidor do INCRA [...]. Eu encontrei muitas pessoas, e muitas histórias, um Brasil que não é tão conhecido. E essas histórias me remeteram à História do próprio país, à formação do próprio país, e de como o campo ainda tem uma vida pulsante, uma vida bastante ativa. Inexplicavelmente não aparece com frequência na literatura contemporânea (Prazer, Karnal, 2021).

Nessa resposta, Vieira Junior reconhece a importância de sua história familiar e de seu trabalho no INCRA no desenvolvimento de sua literatura. Logo, é possível inferir que essas influências ajudaram a semear a narrativa do *Torto arado*, que aborda, em virtude dessas inspirações, o trabalho análogo à escravidão no meio rural e a desigualdade de acesso à terra no país.

Na sequência de sua resposta, o escritor também reconhece a influência da literatura das gerações de 1930 e 1945, destacando alguns nomes:

Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, a poesia do João Cabral [de Melo Neto] [...]. Acho que a inspiração veio daí, eu não tinha tanto contato com o campo, só pelas memórias do meu pai, mas [...] a vontade de escrever nasceu justamente com a leitura dessas obras [desses autores] (Prazer, Karnal, 2021).

Para entender as características que fazem parte do arcabouço de inspirações literárias de Vieira Junior, que advém do decênio de 30 e 40, é importante consultar o

texto de Alfredo Bosi, pois, segundo ele, nessa literatura, que constitui a era do romance brasileiro:

Houve, sobretudo, uma ruptura com certa psicologia convencional que mascarava a relação do ficcionista com o mundo e com seu próprio eu. O Modernismo e, num plano histórico mais geral, os abalos que sofreu a vida brasileira em torno de 1930 (a crise cafeeira, a Revolução, o acelerado declínio do Nordeste, as fendas nas estruturas locais) condicionaram novos estilos ficcionais marcados pela rudeza, pela captação direta dos fatos, enfim por uma retomada do naturalismo, bastante funcional no plano da narração-documento que então prevaleceria.

Mas, sendo o *realismo absoluto* antes um modelo ingênuo e um limite da velha concepção mimética de arte que uma norma efetiva da criação literária, também esse romance novo precisou passar pelo crivo de interpretações da vida e da História para conseguir dar um sentido aos seus enredos e às suas personagens. Assim, ao realismo “científico” e “impessoal” do século XIX preferiram os nossos romancistas de 30 uma *visão crítica das relações sociais* (Bosi, 2006, p. 415).

A partir do discurso de Vieira Junior e dessas asserções de Bosi, é possível depreender que o texto do escritor baiano traz consigo influências de uma ficção marcada “pela rudeza, pela captação direta dos fatos” (Bosi, 2006, p. 415). Além disso, apresenta, também, uma “*visão crítica das relações sociais*” (Bosi, 2006, p. 415).

Na sequência da entrevista concedida ao Leandro Karnal, Vieira Junior também reconhece a influência de sua formação acadêmica em Geografia e Antropologia na produção de sua literatura, afirmando que

[...] Todo meu percurso acadêmico, da graduação ao doutorado [...] Isso tudo me deu uma visão de mundo que também extrapola as personagens, embora elas sejam a razão de existir da história. E eu fui movido por esse interesse [...] ainda que eu não tenha vivido aquelas vidas [...]. Eu queria que a história fosse contada a partir da vida dessas personagens. E acho que a Antropologia me deu um instrumental muito poderoso para fazer com que eu transferisse todo o protagonismo da visão de mundo, dessa cosmovisão de mundo às personagens [...]. A Antropologia me ensinou a entender, a olhar para o humano. Acho que, nesse ponto, a Antropologia e a Literatura têm o mesmo objeto, têm a mesma função, que é compartilhar e compreender a experiência humana. A Antropologia me permitiu conhecer a vida das pessoas e tentar entender as suas razões e o seu mundo, a sua cosmovisão de mundo a partir de toda a sua vida interior (Prazer, Karnal, 2021).

Nessa resposta, pode-se observar a relevância dos estudos antropológicos para a construção dos(das) personagens de Vieira Junior. No entanto, vale destacar, também, o entendimento que ele tem acerca da função da Literatura. Segundo o escritor, ela tem por finalidade permitir assimilar a experiência dos seres humanos no mundo e dividir esse entendimento com outras pessoas, no caso em questão, com os leitores.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, como a literatura tem a capacidade de despertar reflexões sobre as dinâmicas conflituosas presentes na sociedade, a análise

do romance *Torto arado* se revela como algo significativo para problematizar as relações de poder que resistem ao longo do tempo no Brasil. De acordo com Rancière,

[...] as artes podem ser percebidas e pensadas como arte e como forma de inscrição do sentido da comunidade. Essas formas definem a maneira como obras ou performances “fazem política” [...], o modo como as formas artísticas refletem estruturas ou movimentos sociais (Rancière, 2005, p. 18-19).

Enfim, a compreensão de como os grupos dominantes conseguem fazer a manutenção do seu *status quo*, por meio do discurso, se revela como algo fundamental em um país marcado pela desigualdade do acesso à terra, já que ter entendimento dos mecanismos utilizados para subjugar o outro pode permitir a “desarticulação das engrenagens” do poder demasiadamente concentrado.

1.2 Arando a problemática da terra no Brasil

Para entender as questões agrárias que fomentam os conflitos entre os(as) personagens do romance *Torto arado*, é importante situar a problemática da terra no Brasil, a partir de uma perspectiva linguística e histórica.

Sendo assim, de início, é fundamental saber que, de acordo com Stédile (2011), a expressão “questão agrária” foi usada, primeiramente, pelos estudiosos da economia política no processo de análise do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, indicando a “existência de um problema agrário na sociedade” (Stédile, 2011, p. 12), problema esse que se caracterizava, sobretudo, pela “concentração da propriedade da terra” (Stédile, 2011, p. 12).

O conceito “questão agrária” pode demonstrar, também, “como cada sociedade organiza o uso, a posse e a propriedade da terra ao longo da história” (Stédile, 2011, p. 12). Além disso, ele pode designar “como as sociedades se organizam ao longo do tempo e de que forma produzem os bens originários da natureza, em especial os alimentos e a produção agrícola, para atender às suas necessidades” (Stédile, 2011, p. 12). Para aprofundar o conceito de “agrário”, vale recorrer à seguinte definição:

O verbete “agrário” é originário da palavra grega *agros*, que é sinônimo de “terra”. Portanto, todas as palavras em português que tiverem esse prefixo se referem à terra. Não no sentido do planeta Terra, mas no sentido do solo, da terra agricultável, que designa a profissão: aquele que sabe cultivar o *agro*, que sabe cultivar a terra (Stédile, 2011, p. 12).

Ao examinar a evolução da questão agrária no Brasil, busca-se verificar “o momento em que o problema da propriedade da terra apareceu nos países, como esse problema evoluiu e como a sociedade brasileira, por meio de diferentes classes e forças sociais, se comportou diante dele” (Stédile, 2011, p. 12). *Grosso modo*, constata-se

a existência de problemas agrários em qualquer país, sempre que a forma de distribuição da terra, seu uso e propriedade se constituem num empecilho para o aumento da produção, para o abastecimento satisfatório de toda a população e para o progresso social e econômico da sociedade (Stédile, 2011, p. 12).

No contexto brasileiro, desde o início da colonização, “a forma como a terra foi distribuída e utilizada resultou em um grave problema agrário” (Stédile, 2011, p. 12), pois, mesmo com o gradual aumento da produção agropecuária no país, isso não se consolidou como “fator de progresso econômico, com distribuição de renda e justiça social” (Stédile, 2011, p. 12).

As origens da propriedade da terra no Brasil, segundo Stédile (2011), se alicerçam na seguinte conjuntura:

Até a conquista europeia, não existia a propriedade privada da terra no continente americano. Os habitantes primitivos do território tratavam-na como um bem coletivo, comunal. A chegada dos europeus em nosso continente foi resultado da necessidade de expansão do capitalismo comercial europeu. Eles invadiram o continente e dominaram-no por meio de força militar, para controlar de forma absoluta a apropriação da terra e de outros bens da natureza existentes por aqui. Esse processo de dominação capitalista teve suas características políticas chamadas “colonialismo”, ou seja, transformação dos povos e do território dominados em mera colônia dos interesses das metrópole (Stédile, 2011, p. 13).

Sendo assim, os portugueses instituíram, no Brasil, “o direito de monopólio da propriedade da terra para a Coroa portuguesa” (Stédile, 2011, p. 14). Desse modo, os portugueses, a partir desse direito absoluto sobre o domínio das terras, “foram entregando a posse e o uso hereditário àqueles que tivessem recursos e, portanto, fossem ricos, para poder explorar as terras e produzir bens que o capitalismo comercial europeu necessitava” (Stédile, 2011, p. 14).

Ainda nessa perspectiva, buscando entender um pouco mais esse contexto, vale “revolver” a história da estrutura fundiária brasileira, a partir dos textos de Indursky (2021), pois, conforme a autora,

A estrutura fundiária no Brasil constitui-se historicamente, desde os tempos do Brasil Colônia, a partir da passagem de terras pertencentes ao patrimônio público para o domínio privado. Em 1536, a Coroa Portuguesa decidiu dividir o território recém encontrado em grandes faixas de terra que iam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, dando origem às Capitanias Hereditárias que foram doadas a membros da nobreza portuguesa.

Esses mandatários, por sua vez, estavam autorizados a doar lotes de suas terras, originando assim as chamadas Sesmarias, com a condição que essas fossem exploradas economicamente. Assim iniciou-se o processo de formação dos grandes latifúndios no Brasil, os quais estenderam-se até suas descendências (Indursky, 2021, p. 17).

Nesse contexto, é importante ressaltar que a Lei das Sesmarias vigorou até 1822, ano em que ocorreu a Independência do Brasil. Além disso, 30 anos depois, foi promulgada a Lei de Terras que passou a orientar a estrutura fundiária brasileira, determinando que o acesso à terra por quem a desejasse, a partir de então, deveria acontecer mediante o pagamento por ela, o que promoveu a exclusão de parte significativa dos brasileiros desse direito. Logo, segundo Indursky (2021), a problemática que envolve a propriedade rural no Brasil se revela quase tão antiga quanto o próprio país. Na sequência, posseiros e grileiros deram prosseguimento ao processo dessa forte concentração de terras.

Examinando a questão agrária como uma pendência na História Brasileira do presente, é possível apontar a escravidão como uma temática vinculada, intrinsecamente, a esse assunto. Isso porque, segundo Martins (2000), o tema da escravidão está associado residualmente à problemática da posse da terra no país, haja vista que

São temas inter-relacionados, relativos às duas grandes questões nacionais situados em polos cronológicos opostos: a questão do trabalho livre e a questão agrária. Embora enquanto temas não tenham visibilidades equivalentes nem tenham presença com dimensão apropriada no conjunto dos interesses da sociedade e mesmo no conjunto dos interesses dos intelectuais e acadêmicos. Estão ligados entre si porque referem-se a momentos polares de um processo inacabado, que subjaz silencioso em nossa história do presente. É inócuo discutir a questão agrária sem situá-la como incontornável questão residual da solução que, no passado, a sociedade brasileira deu à questão do escravismo (Martins, 2000, p. 11-12).

Nesse sentido, pontua-se que a questão do trabalho livre continua como um problema pendente na realidade nacional. Sabe-se, a partir de Martins (2000), que “abolição da escravatura, em 1888 (como a precária abolição da escravidão indígena em 1755), foi um ato parcial só remotamente inspirado no eventual afã de liberdade dos cativos” (Martins, 2000, p. 12). A abolição de 1888 foi motivada por estrito interesse econômico dos grandes proprietários de terras, em virtude do encarecimento do trabalho escravo em comparação com as formas alternativas de trabalho livre no momento histórico. A abolição realizada no Brasil

[...] deixou para trás uma multidão de negros e índios, e de mestiços de todos os matizes, presos à sujeição de formas arcaicas de exploração do trabalho.

Formas servis ou semi-servis que persistem até os nossos dias de muitos modos e que alcançaram até mesmo pessoas de outras origens (Martins, 2000, p. 12).

Nessa conjuntura, vale salientar que “a abolição abriu caminho para o trabalho livre, mas não necessariamente para a modernidade do trabalho assalariado” (Martins, 2000, p. 12-13). A abolição desencadeou

[...] formas intermediárias de sujeição do trabalho ao capital que só lentamente foram sendo dissolvidas e substituídas, à custa de pesado ônus de suas vítimas. Só nos últimos anos providências legais começaram a ser tomadas para suprimir de vez esses arcaísmos. Em especial o arcaísmo da servidão por dívida, a chamada peonagem [...] (Martins, 2000, p. 12-13).

De acordo com Indursky (2021), nos anos 50 e 60 do século anterior, com relação à Reforma Agrária, prevalecia, entre os brasileiros, a concepção de que isso se tratava de um processo social inserido em um movimento global de transformação da sociedade que visava à redistribuição da riqueza. Nesse contexto,

A Reforma Agrária começou a ser discutida politicamente nos 60 do século passado e, março de 1963, o presidente João Goulart enviou ao Congresso seu Projeto de Reforma Agrária. Em 13 de março de 1964, ou seja, um ano depois, assinou um decreto de desapropriação de terras. E, sintomaticamente, no dia 31 de março deste mesmo ano, portanto 17 dias depois do referido decreto de desapropriação, o Presidente Jango foi deposto por um golpe militar e suas ideias sobre a questão da terra foram interrompidas e arquivadas. Encerrava-se aí a primeira rodada de lutas pela reforma agrária no Brasil (Indursky, 2021, p. 18-19).

O General Castello Branco, o primeiro presidente da ditadura militar, validou o *Estatuto da terra*, o qual, consoante Indursky (2021), promoveu o esvaziamento do conceito de Reforma Agrária, assim como fora pensada pelo Governo anterior. Ela foi reconfigurada como um instrumento de política agrária, prevendo a reestruturação fundiária, tributação progressiva sobre o latifúndio improdutivo, o que geraria recursos para o desenvolvimento de novas áreas, tornando, no entanto, excepcional a possibilidade de “desapropriação” das propriedades sem função social. Em outras palavras:

O Estatuto da Terra (1964) veio “domesticar” o sentido de Reforma Agrária e acalmar os ânimos dos grandes latifundiários. Mas, mesmo assim, este projeto não chegou a sair do papel, pois o Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (INCRA) basicamente ignorou o Estatuto da Terra, dado que nem a tributação, nem a colonização foram adequadamente ativadas (Indursky, 2021, p. 19-20).

Segundo Martins (2000), o golpe de Estado de 1964 garantiu, essencialmente, que a propriedade da terra continuasse sendo um dos alicerces da acumulação de bens e

do modelo capitalista de desenvolvimento no Brasil, intensificando, então, “um capitalismo discrepante em relação ao modelo dominante nos países hegemônicos” (Martins, 2000, p. 98). Além disso, tal golpe “selara de vez não só a modalidade de reforma agrária politicamente tolerável, mas também seu lugar nas transformações históricas futuras” (Martins, 2000, p. 99-100).

Desde a instituição do governo militar, justamente em virtude das disputas políticas resultantes da questão agrária, que resultaram no golpe, “o Estado brasileiro criou um aparato institucional para administrar a questão fundiária, de modo que ela não compromettesse e não comprometa os planos nacionais de desenvolvimento que a tem como um dado secundário” (Martins, 2000, p. 98).

Em 1978, depois de um longo período de silêncio sobre a questão agrária no Brasil, surge, no interior do Rio Grande do Sul, um grupo que lutava pelo direito à terra, tendo por finalidade implantar a prática da agricultura familiar. Esse movimento, conhecido por Encruzilhada Natalino, pode ser considerado, a partir dos estudos de Indursky (2021), como um marco inicial do Movimento dos sem Terra.

Em 1984, já quase no fim da ditadura militar, é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que promove, sob a ótica de Indursky (2021), uma nova dimensão política sobre a questão agrária no Brasil, trazendo, sobretudo, a bandeira da redistribuição das terras no país. Para entender melhor a história desse movimento e seus ideais, vale consultar o seguinte registro:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é fruto de uma questão agrária que é estrutural no Brasil. Nasceu da articulação das lutas por terras que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região centro-sul do país e, aos poucos, expandiu-se para o Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984 e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná. Hoje está organizado em 22 estados e segue com os mesmos objetivos definidos em 1984 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (Caldart, 2001, p. 207).

Com relação à organização e funcionamento desse movimento, enfatiza-se que “[...] o MST é um *movimento nacional*, que tem unidade federal em função de seus objetivos, embora, nesse movimento, *não haja uma coordenação única*” (Indursky, 2021, p. 21). A sua coordenação acontece de modo coletivo, por meio de dirigentes, lideranças, coordenadores regionais e de coordenadores nacionais, os quais integram “um *colegiado nacional, sem presidente*, formado por 65 membros. É desse colegiado nacional que emanam as decisões e as estratégias de luta” (Indursky, 2021, p. 21-22).

Dessa forma, “o MST propõe-se a uma ação coletiva e, em sua organização, apresenta-se como um coletivo. Essas são as duas marcas que caracterizam as práticas do MST” (Indursky, 2021, p. 21-22).

Até o surgimento do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, o termo utilizado para denominar o ocupante não titulado de terras devolutas ou particulares era a palavra “posseiro”, “designação muita antiga, que recua à primeira Lei da Terra, datada de 1850” (Indursky, 2021, p. 22). Na contemporaneidade, a legislação brasileira estipula um conjunto de critérios para assegurar o direito à terra dos posseiros. A saber: “(1) o tempo de permanência, definido em pelo menos um ano e um dia; (2) o cultivo de uma cultura permanente; e (3) a morada comprovada na terra” (Indursky, 2021, p. 22). Outra medida legal para efetuar o direito à terra de um posseiro é ele estar estabelecido em uma área por mais de cinco anos, sem que haja a reivindicação dessa propriedade por outrem. Trata-se, então, do *usucapião especial*, instituído pela Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981, o qual determina, em seu 1º artigo, que

[...] todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 25 hectares e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para a transcrição no Registro de Imóveis (Costa, 1996, p. 19, nota 16).

Desse modo, “o *posseiro é identificado como aquele que não possui o título de propriedade da terra em que trabalha, mas que poderá adquirir o direito de posse*” (Indursky, 2021, p. 23). Do ponto de vista jurídico, surgem, então, duas designações legais: propriedade *versus* posse.

Em 1988, o Congresso Constituinte estabelece um marco jurídico ao determinar a desapropriação de terras improdutivas para a reforma agrária no país, a partir do seguinte critério:

[...] são suscetíveis de serem desapropriadas apenas as *terras improdutivas* e que não cumprem sua função social, tal como explicitado no item XXIII do artigo 5º, e no artigo 184 da Constituição Brasileira. Explicitando melhor: o *latifúndio, por si só, não justifica a desapropriação de terras para fins de reforma agrária* (Indursky, 2021, p. 23).

Como consequência desse critério, ficou estabelecido que, para haver a desapropriação, é necessário constatar que a terra não tem cumprido com sua função social de ser produtiva. Com isso, a questão da reforma agrária tem versado apenas em torno das terras improdutivas e o latifúndio foi convenientemente ignorado pelo

legisladores e pelo Governo mesmo com a significativa concentração de grandes extensões de terras nas mãos de poucos proprietários (Indursky, 2021). Para comprovar essa concentração de terras e a desigualdade de oportunidades, seguem alguns dados:

[...] 0,91% dos proprietários rurais detêm 45% das propriedades, o que corresponde, segundo o INCRA, a mais de 180 milhões de hectares ociosos; os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% da totalidade dos proprietários rurais no país, mas ocupam menos de 2,3% da área total; de 2003 a 2010, houve um aumento considerável dessa concentração de propriedades; em 2003, havia 4 milhões e 200 mil propriedades rurais; em 2010, esse montante passou para 5 milhões e 160 mil; as propriedades com mais de 1000 hectares, em 2003, perfaziam 51%; em 2010, passaram para 56,6%; propriedades com até 10 hectares, são beneficiadas com 39,8% dos contratos de financiamento, ou seja, menos de 4% do total; propriedades acima desse teto têm 0,9% dos contratos de financiamento e levam 43,6% dos recursos (Indursky, 2021, p. 23-24).

Vale enfatizar que, ao longo das distintas etapas que envolvem a estrutura fundiária no Brasil, o sentido do termo *reforma agrária*, por mais que aparentemente tenha se mantido estável, ele sofreu forte movimentação semântica, haja vista que a

Reforma agrária não significou igualmente para o Governo Goulart e para o Governo Castelo Branco. Para o primeiro, reforma agrária significava o fim do latifúndio, o que remetia a uma profunda reestruturação social da terra no Brasil. Para o segundo, significava a *distribuição de certas terras em determinadas regiões para alguns produtores rurais, ficando preservado o princípio da propriedade privada* independentemente de sua extensão (Indursky, 2021, p. 24).

De modo análogo, o sentido de *reforma agrária* não é o mesmo para os governos democráticos que sucederam o período ditatorial e o MST, pois, para os governos do período após a ditadura, fundamentando-se na Constituição Federal, *reforma agrária* compreender a identificação de terras improdutivas e sua distribuição àqueles que foram cadastrados junto ao INCRA (Indursky, 2021). Já, para o MST,

[...] *reforma agrária* consiste em *repensar o conceito de propriedade rural, deslizando do direito à propriedade* — imaginário dos proprietários que têm um título de propriedade — *para o direito à propriedade* — imaginário dos sem-terra que pleiteiam um pedaço de terra para prover a sua subsistência e a de sua família (Indursky, 2021, p. 24-25).

Segundo Indursky (2021), o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra impulsionou debates questionando a consolidação da legalidade, no espaço público, de lugares políticos como *propriedade rural* e *latifúndio*, tendo em vista o direito *de propriedade da terra*, que legitima sujeitos, como *proprietários rurais*, *latifundiários* e *fazendeiros*.

No imaginário instaurado pelo MST, que se fundamenta no artigo 5º da Constituição Federal, contrapõe-se o *direito de propriedade* ao *direito à terra*. Com isso, desloca-se o cerne da discussão, que vai da dimensão, até então, jurídica e passa para a esfera política. Nessa perspectiva, uma invasão de terra deixa de ser um caso de polícia para se tornar um problema social, ou seja, “ao produzir o efeito de sentido de *direito à terra*, introduz a oposição entre a *legalidade* e a *legitimidade*, entre *propriedade* e *posse*” (Indursky, 2021, p. 25). De acordo com Indursky,

Tais flutuações de sentido mostram que, sob a aparência do mesmo, houve fortes deslizamentos de sentido que estão na base desse processo histórico, sentidos esses que convivem lado a lado. Nenhum desses sentidos foram apagados ou dessemantizados. Eles co-existem, colidem, se superpõem e debatem entre si, instaurando um espaço discursivo tenso, disperso, fragmentado e lacunar de discursividades e subjetividades sociais em confronto (Indursky, 2021, p. 25).

Vale sublinhar também que, ao longo do tempo, os trabalhadores do campo receberam diversas designações, as quais, ora esvaziavam os sentidos políticos do termo, ora acentuavam tais significações:

Nos anos 60, por influência da forte interlocução com o resto da América Latina, os trabalhadores do campo foram designados de *camponeses* e constituíram o *campesinato*. Com a ditadura militar, os trabalhadores do campo deixam de ser assim designados e surge, em decorrência, a designação *trabalhadores rurais*. Os termos *camponês* e *campesinato*, como se vê, são recalcados no interdiscurso, numa tentativa de fazer esquecer seu sentido político, higienizando-o. Em 1984, com a entrada do MST neste cenário discursivo, mais uma vez, os sentidos se movimentam, deslizam e se recompõem. Continua-se a falar de trabalhadores rurais, mas agora trata-se dos *trabalhadores rurais sem-terra*. Essa nova designação faz ver o que antes não era percebido: há trabalhadores rurais, isto é, trabalhadores que trabalham no campo, mas que não possuem terra (Indursky, 2021, p. 25-26).

Desse modo, percebe-se que essas distintas flutuações de sentido permitem identificar a existência de um processo de ressonância discursiva (Serrani, 1997) que está presente ao longo dessas diferentes designações. Constata-se, então, que, quando há essas renomeações, elas ressignificam, instaurando o diferente no cerne desses processos históricos de designações. Portanto, estas diferentes designações sinalizam que o trabalho discursivo de renomeação é da esfera do político, isto é, distintos discursos estão assim clivados e vão deixando seus indícios ideológicos na língua. Esses vestígios se tornam mais ou menos perceptíveis e fazem ressoar a memória discursiva do Brasil, “nomeando, inscrevendo, prescrevendo e proscrevendo, através dessas diferentes designações, subjetividades distintas que significam diferentemente a questão

da terra” (Indursky, 2021, p. 28). Por conseguinte, instaura-se, paulatinamente, o diferente no centro desse processo histórico de luta pela terra no país.

Outro ponto que vale ser ressaltado é que parte da ineficiência do Estado brasileiro na execução de programas de reforma social, como a reforma agrária, está nos quadros técnicos e administrativos responsáveis por sua implementação. Segundo Martins (2000),

Há um abismo cultural e social entre o funcionário do Estado, mesmo o funcionário da Justiça que também interfere na questão agrária e nas relações trabalhistas, e o trabalhador da terra. Estão separados pelo abismo de códigos sociais e morais desencontrados e até opostos, de concepções antagônicas do que é o trabalho, a dignidade, a vergonha, a honra, a esperança e o próprio direito (Martins, 2000, p. 46).

Uma explicação para esse abismo cultural e social existente entre os funcionários do Estado e os trabalhadores rurais é, de acordo com Martins (2001), o fato de que parte dos técnicos do governo é desprovida de formação antropológica para entender a realidade cultural das populações carentes, com as quais tem uma convivência diária e culturalmente permeada por conflitos. Ainda, segundo Martins (2001), esses técnicos são

Carentes, também, de uma formação sociológica que lhes dê um aparelhamento crítico para situar e superar as limitações da sociologia rural das escolas de agronomia. Nessas escolas, no geral se difunde uma sociologia instrumental voltada para a formação de competências para anular ou atenuar os processos espontâneos de inovação social, e mesmo técnicos, e reduzi-los à lógica do grande capital (Martins, 2000, p. 47).

Logo, é possível concluir que esse abismo cultural e social entre esses dois grupos em evidência interfere, negativamente, nas decisões e execução dos programas de reforma agrária, fazendo com que a balança da justiça penda em favor dos interesses dos latifundiários.

A partir dos conflitos estabelecidos na narrativa de *Torto arado* acerca das questões agrárias, é válido questionar qual é a real reivindicação dos trabalhadores rurais. Afinal de contas, o que os(as) personagens, de um modo geral, almejam na trama? Remuneração pelo trabalho ou o direito à terra para morar e plantar? Para responder a essas questões, recorre-se aqui às reflexões de Graziano Neto:

Durante muitos anos se discutiu qual seria a reivindicação principal dos trabalhadores rurais: seria a reforma agrária ou apenas a reivindicação por melhores salários. Muitos chegaram mesmo a afirmar que os trabalhadores rurais brasileiros eram todos “assalariados disfarçados” e que queriam melhores salários e não terra, considerando esta como uma reivindicação tipicamente camponesa — o que para alguns era tido até como reacionário, pois significava uma volta ao passado (Graziano Neto, 1980, p. 36).

Ainda, segundo Graziano Neto, “[...] essa oposição terra contra salários só aparece quando não se consegue entender a complexidade das relações de trabalho na agricultura brasileira” (Graziano Neto, 1980, p. 36), uma vez que, na realidade, o que os trabalhadores rurais desejam é melhores condições de trabalho e vida, sejam trabalhando na própria terra, sejam trabalhando em terras alheias, porém, com salários e, sobretudo, salários dignos.

Sob a ótica de Martins (2001), no momento da História do presente, há uma dificuldade para se aceitar a possibilidade integrar os excluídos da terra ao contrato social, pois a história social do Brasil, desde a abolição da sociedade escravista, tem sido basicamente uma história de “desincorporação daqueles que o trabalho livre descartou ou tornou descartáveis (Martins, 2001, p. 14). Ademais, segundo o autor,

As nossas estruturas sociais rígidas de vários modos se mantiveram, ao invés de se abrirem para a contratualidade das relações sociais e para a franca incorporação de todos. Os nossos problemas sociais de hoje tem sua raiz nessa anômala modalidade de mudança social (Martins, 2000, p. 14).

Nesse prisma, é importante reconhecer que “os pobres da terra também são a pátria. Pátria à qual querem pertencer não como párias e mendigos” (Martins, 2000, p. 14). Sendo assim, eles desejam ser reconhecidos como

[...] trabalhadores que são, capazes de nutrir com seu labor a terra que é de todos nós, a nossa terra, patriótica cessão de uso, para que seja semeada e fecundada e nos recompense a todos com o fruto sazonado da fartura e da alegria. Melhor assim do que salinizá-la com o pranto dos inocentes, das vítimas da fome, do desabrigo e da falta de oportunidades e de esperança (Martins, 2000, p. 14).

Ademais, vale sublinhar que a reforma agrária precisa passar, necessariamente, pelos canais institucionais do Estado, mesmo nos episódios das ocupações de terras privadas ociosas, isto é, que não cumprem a sua função social. Nesse contexto, cabe, unicamente, à União legalizar a situação fundiária. Sendo assim, “não basta a condenação moral do latifúndio. Essa condenação só se torna efetiva se os gestos dela decorrentes tiverem o aval do Estado e a consumação materializada em assentamentos e regularização fundiárias” (Martins, 2000, p. 41).

Enfim, sabe-se que “a concentração da propriedade da terra é uma das principais fontes de injustiças sociais no Brasil, pois mantém as riquezas naturais, a agricultura e o poder político nas mãos de uma minoria” (Stédile, 2011, p. 03). Convém, portanto, ressaltar que a reforma agrária, para os trabalhadores rurais, se apresenta como um

caminho para romper o monopólio da terra e possibilitar o usufruto da força do próprio trabalho.

1.3 As raízes e frutos da Análise de Discurso

A obra *Análise Automática do Discurso* (1969), de Michel Pêcheux, se apresenta como marco teórico dos estudos que envolvem a análise do discurso como uma teoria do sentido, a qual parte da contribuição de três grandes áreas do conhecimento: Linguística estrutural, Marxismo (ideologia) e Psicanálise (teoria do sujeito). Essa análise em virtude de sua origem se classifica como uma Análise do Discurso de linha francesa pecheutiana. Ela propõe o estudo do sentido na linguagem em uso, considerando a posição do sujeito falante dentro das instituições de que ele participa e a partir de uma vinculação ideológica. Nessa perspectiva:

O *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc, não existe em “si mesmo” (isto é, em uma relação transparente com a literalidade do significante). Mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. (Isto é, reproduzidos) (Pêcheux, 1995, p. 160).

Como seu próprio nome expressa, a AD não estuda a língua enquanto sistema abstrato, nem as questões gramaticais em si, embora esses elementos sejam de seu interesse. A AD tem como objeto de estudo o discurso. Dessa forma, vale se fundamentar na etimologia da palavra “discurso”, que “tem em si uma ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim uma palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (Orlandi, 2015, p. 13).

Na AD, busca-se compreender a língua fazendo sentido, atentando-se para os elementos simbólicos e sociais, que são constitutivos do homem e da sua história, o qual tem a capacidade de significar e significar-se. Nessa perspectiva, é importante frisar o conceito de discurso desenvolvido por Pêcheux (1997, p. 82), que concebe o discurso como “efeitos de sentido entre A e B”.

Diferentemente da Linguística desenvolvida por Saussure, a AD defende que a relação entre a linguagem e o pensamento não é unívoca, ou seja, não é uma relação direta que se estabelece palavra por palavra, não passando automaticamente de uma para a outra, pois cada termo apresenta uma especificidade de sentido. Além do mais, “a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há

um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente” (Orlandi, 2015, p. 17).

Relacionando a língua com a história na produção de sentidos, os estudos discursivos se debruçam sobre a forma material. Essa forma material se encontra arraigada na história para produzir sentidos, sendo, portanto, uma forma linguístico-histórica.

Vale sublinhar que, nos estudos discursivos, não há a separação entre a forma e o conteúdo. Além disso, sob esse viés, a língua não é compreendida apenas como estrutura e, sim, como um acontecimento. A forma material, que é a reunião da estrutura e do acontecimento, se caracteriza pelo “acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história” (Orlandi, 2015, p. 17). Nesse ponto, tem-se, então, a contribuição da Psicanálise, já que há a flutuação da noção de homem para a de sujeito. Essa flutuação de sentido se constitui na relação entre o simbólico e a história. De acordo com Orlandi (2015), para a AD,

- a. a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela introduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b. história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (Orlandi, 2015, p. 17-18).

Por mais que a AD seja herdeira de três campos do conhecimento (Linguística, Marxismo e Psicanálise), ela não é submissa a eles, pois trabalha uma noção de discurso que não ignora a historicidade. Essa distinção também acontece em relação ao Marxismo, quando a AD interroga-o sobre o simbólico. Diferencia-se, igualmente, da Psicanálise, “pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele” (Orlandi, 2015, p. 18). Dessa maneira:

A Análise de Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (Orlandi, 2015, p. 24).

A formação do corpo teórico da Análise de Discurso apresenta três fases. Na primeira fase, há uma preocupação com a vinculação entre o discurso e o sujeito, partindo do conceito de ideologia desenvolvido por Louis Althusser, com o intuito de marcar a autonomia de cada formação discursiva, discurso e de cada posição ideológica. Nessa fase, há uma preocupação com o estudo dos discursos políticos, buscando caracterizar as marcas de um discurso comunista, capitalista, entre outros.

A segunda fase da formação desse corpo teórico é caracterizada pela incorporação do conceito de formação discursiva formulado por Michel Foucault no livro *A arqueologia do saber* (1969). Nessa obra, há a concepção de que os discursos não são elementos isolados, eles existem como uma dispersão, ou seja, não estão bem delimitados cada um deles com sua autonomia. A título de exemplificação, é possível tomar como referência o campo do discurso religioso, pois, nele, há diversas formações discursivas: a cristã, a espírita, a mulçumana *etc.* Nestas formações discursivas, é possível perceber uma delimitação recíproca.

Já na terceira fase, há uma preocupação em incorporar a noção de interdiscurso, observando, nesse sentido, os pontos de intersecção entre os discursos, partindo da ideia de que existe um conjunto de discursos que se relacionam. Nesse sentido, tem-se a noção de “memória discursiva”, que, para Pêcheux (1997), é feita de esquecimentos, de silêncios, ou seja, dos não-ditos. Assim, o dito só faz sentido porque, historicamente, já existe um sentido anteriormente chamado de interdiscurso: a memória do dizer.

O conceito de formação ideológica é oriundo do Marxismo, o qual foi incorporado fortemente na primeira fase da Análise de Discurso. Esse conceito explica o processo que determina aquilo que o indivíduo pode dizer em um determinado contexto, ou seja, o produtor do discurso estaria, nesse sentido, assujeitado (dominado pela ideologia). Vale pontuar que a formação ideológica se materializa nos discursos. Nesse sentido, a língua enquanto sistema será compreendida pelo prisma dos processos discursivos, que se viabilizam por intermédio do materialismo histórico e da relação com a ideologia, pois

As formações ideológicas [...] comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou mais formações discursivas inter-relacionadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada (Maldidier, 2003, p. 32).

Reiterando o conceito de formação ideológica, constata-se que ela é “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’,”

mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflitos umas com as outras” (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 166).

Levando em consideração o princípio de que o sujeito é um ser social, produto das práticas sociais, é possível concluir, sob a ótica da interpelação, processo que constitui indivíduos em sujeitos, que

O paradoxo pelo qual *o sujeito é chamado à existência*: essa formulação evita cuidadosamente a pressuposição da existência do sujeito sobre o qual se efetuará a operação e interpelação — daí não se dizer: “O sujeito é interpelado pela ideologia” [...] Na verdade o que a tese “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” designa é exatamente que “o não sujeito” é interpelado-constituído em sujeito pela ideologia (Pêcheux, 1995, p. 154-155).

Para compreender o conceito de sujeito na teoria da análise de discurso, é necessário recorrer aos estudos de Henry (1997, p. 33), já que “o sujeito, para Althusser, é o sujeito da ideologia, e não há outro sujeito, senão este da ideologia”.

Ao contrário do senso comum, o termo ideologia não significa um conjunto de ideias de um grupo. Sobre esse conceito, Pêcheux (1995, p. 129) enfatiza a “dupla face de um erro central, que consiste, de um lado, em considerar as ideologias como *ideias* e não como *forças materiais* e, de outro lado, em conceber que elas têm origem nos sujeitos, quando na verdade elas ‘constituem os indivíduos em sujeitos’”. Nessa perspectiva, a ideologia é como o indivíduo, imaginariamente, se compreende e compreende o mundo, com suas crenças e verdades, já que, de acordo com Althusser (1985, p. 77), a ideologia “representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”.

Com o objetivo de aprofundar o conceito de noções de formações ideológicas, vale recorrer ao exame, realizado por Silmara *et al* (2022), de parte de uma carta de 1854, que fora atribuída ao chefe indígena Seattle em resposta ao presidente norte-americano da época, Franklin Pierce, no contexto em que este estadista havia demonstrado interesse em comprar as terras indígenas. Segue, então, um trecho da *Carta do Chefe Seattle*:

O grande chefe de Washington mandou dizer que desejava comprar a nossa terra, o grande chefe assegurou-nos também de sua amizade e benevolência. Isto é gentil de sua parte, pois sabemos que ele não precisa de nossa amizade. Vamos, porém, pensar em sua oferta, pois sabemos que se não o fizermos, o homem branco virá com armas e tomará a nossa terra. [...] Como podes comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal ideia nos é estranha. Se não somos donos da pureza do ar ou do resplendor da água, como então podes comprá-los? Cada torrão desta terra é sagrado para meu povo, cada folha reluzente de pinheiro, cada praia arenosa, cada véu de

neblina na floresta escura, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados nas tradições e na consciência do meu povo [...]

Esta água brilhante que corre nos rios e regatos não é apenas água, mas sim o sangue de nossos ancestrais. Se te vendermos a terra, terás de te lembrar que ela é sagrada e terás de ensinar a teus filhos que é sagrada e que cada reflexo espectral na água límpida dos lagos conta os eventos e as recordações da vida de meu povo. O rumorejar d'água é a voz do pai, de meu pai. Os rios são nossos irmãos, eles apagam nossa sede. Os rios transportam nossas canoas e alimentam nossos filhos. Se te vendermos nossa terra, terás de te lembrar e ensinar a teus filhos que os rios são irmãos nossos e teus, e terás de dispensar aos rios a afabilidade que darias a um irmão.

Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um lote de terra é igual a outro, porque ele é um forasteiro que chega na calada da noite e tira da terra tudo o que necessita. A terra não é sua irmã, mas sim sua inimiga, e depois de a conquistar, ele vai embora, deixa para trás os túmulos de seus antepassados, e nem se importa. Arrebata a terra das mãos de seus filhos e não se importa. Ficam esquecidos a sepultura de seu pai e o direito de seus filhos à herança. Ele trata sua mãe — a terra — e seu irmão — o céu — como coisas que podem ser compradas, saqueadas, vendidas como ovelha ou miçanga cintilante. Sua voracidade arruinará a terra, deixando para trás apenas um deserto [...] (Dela-Silva *et al*, 2022, p. 61-62).

Da perspectiva da AD, o importante é os modos como se constituem os efeitos de sentido. Sendo assim, esse fragmento da carta pode ser utilizado para promover algumas reflexões acerca de um ponto específico: os diferentes sentidos do termo “terra” que, nesse trecho, são mobilizados. Para tanto, é importante destacar a análise de Silmara *et al* (2022) sobre a missiva em evidência:

Em seu dizer, o Chefe Seattle descreve como a terra é vista pelos indígenas e, também, como ela é significada pelos brancos, representados pelo presidente norte-americano a quem ele se dirige na carta. Terra, para o índio, é algo sagrado, que dever ser preservado, uma vez que traz a memória dos sujeitos que nela vivem. Como destaca o cacique, os homens fazem parte da terra, a ela pertencem. Terra significa, assim, “mãe”, “irmã” que protege, que afaga, que conta a história dos antepassados indígenas. Já para o homem branco, a terra parece não ser significada da mesma forma. Pela oferta do presidente norte-americano, podemos compreender que a terra é vista como um objeto de compra, como uma mera propriedade. No dizer do chefe indígena, a terra para o branco é o produto de uma conquista, é uma “inimiga” que precisa ser modificada para atender aos seus desejos (Dela-Silva *et al*, 2022, p. 63).

A partir dessa leitura, é possível concluir que os indígenas e os brancos apresentam diferentes formações imaginárias sobre o vocábulo “terra”, o que corrobora o conceito de noção de formações imaginárias já apresentado. Com esse breve exame dos sentidos da palavra “terra” na *Carta do Chefe Seattle*, é fundamental frisar que “palavras iguais podem significar diferentemente e isso acontece pelo efeito da ideologia” (Dela-Silva *et al*, 2022, p. 63).

Com relação ao conceito de formação discursiva, partindo da formulação desenvolvida por Foucault, Pêcheux propõe a primeira formulação, pela qual se analisa,

nos discursos, a presença de paráfrases (retomadas e reformulações dos enunciados). Na segunda formulação, tem-se o olhar voltado para o pré-construído. Isso pode ser entendido como marca, no enunciado, de um discurso anterior, portanto, ele se opõe àquilo que é construído no momento da enunciação. Na organização dos enunciados, é possível verificar uma certa regularidade, em que muitas palavras são proferidas enquanto outras são silenciadas. Além disso, dizeres de outra época se afastam de seu sentido de outrora, apresentando, no decorrer no tempo, outros significados devido às novas conjunturas enunciativas. Nessa perspectiva:

A noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso (Orlandi, 2015, p. 43).

Logo, é importante frisar que o sentido aparece como uma evidência, ou seja, não é algo dado, uma vez que seu caráter material apresenta uma dependência em relação aos elementos que integram as formações ideológicas. Estas, por sua vez, se configuram como uma instância concreta da materialidade ideológica e abrangem uma ou diversas formações discursivas interligadas. Já as formações discursivas materializam, na linguagem, a dimensão ideológica, determinando, pelo trabalho de regulação exercido pela forma-sujeito, aquilo que pode e aquilo que não pode ser proferido, o que convém ou não convém, conforme Courtine (2009) e Indursky (1997).

Nesse prisma, o sujeito vai se identificar a uma formação discursiva por intermédio de posições-sujeito. Com isso, o seu gesto de interpretação será influenciado para uma ou outra direção. Sendo assim, “os sujeitos identificados com posições-sujeitos inscritas em FDs diferentes, produzirão sentidos diferentes ou divergentes para um mesmo texto” (Lassen, 2010, p. 74). Ou seja: “os gestos de interpretação serão diferentes dependendo da FD em que os sujeitos se inscrevem, pois um efeito de sentido não pré-existe à formação discursiva” (Lassen, 2010, p. 74-75).

Tendo em perspectiva os deslizamentos de sentido, constata-se que eles permitem observar “os atravessamentos de outras posições, de outros discursos, de outras formações discursivas” (Lassen, 2010, p. 77). Sabe-se que os sentidos, que estão plenamente estabilizados, pelo prisma da memória discursiva, surgem, no eixo intradiscursivo, a partir do encontro da história e com a atualidade, podendo, assim, “derivar” para outros lugares, provocando rupturas (Lassen, 2010).

Ao se revelar como condição legível, a memória discursiva se estabiliza por uma série de repetições e regularidades de discursos. Porém, ela pode sofrer uma desestabilização, em virtude do atravessamento de formulações divergentes. Consequentemente, isso pode levar à flutuação dos efeitos de sentido, podendo ficar à deriva, o que pode permitir, no fio do discurso, a ocorrência de lapsos, atos falhos, equívocos *etc.* Em AD, tal deriva é um elemento constitutivo do sujeito e da língua(em), podendo se caracterizar como deslizamentos de sentido.

No que tange às condições de produção, destaca-se o aspecto estrito, que é o contexto imediato que permeia o discurso, por exemplo, o enunciador, o destinatário, a posição social *etc.* Nessa perspectiva, Orlandi (2015, p. 30) afirma que “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: [que] é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”.

Objetivando exemplificar os conceitos de sentido estrito e amplo nas condições de produção, vale tomar, como referência, o seguinte caso exemplar, registrado por Orlandi (2015):

Época de eleição no campus universitário. Logo na entrada, vê-se uma grande faixa preta com o seguinte enunciado em largas letras brancas: ‘*vote sem medo*’, seguido de uma explicação sobre o fato de que os votos não seriam identificados. Logo abaixo, o nome de entidades de representação de funcionários e professores (Orlandi, 2015, p. 26-27).

De acordo com Orlandi, no exemplo acima, o contexto imediato é o: “[...] campus onde a faixa foi colocada, os sujeitos que a ‘assinam’ (entidades de funcionários e docentes), o momento das eleições e o fato do texto ter sido escrito em uma faixa e não em outro suporte material qualquer (Orlandi, 2015, p. 29). Já o contexto amplo é

[...] o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas Instituições, entre elas a Universidade, no modo como elege representantes, como organiza o poder, distribuindo posições de mando e obediência. E finalmente, entra a história, a produção de acontecimentos que significam na maneira como cores como o negro está relacionado ao fascismo, à direita, e o vermelho ao comunismo, à esquerda, segundo um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas (Orlandi, 2015, p. 29).

Pêcheux (1997), ao discorrer sobre os sujeitos e os sentidos, afirma que eles são constituídos a partir de dois esquecimentos. “O esquecimento nº 1 é da instância do inconsciente e resultado do modo como os sujeitos são afetados pela ideologia. Por esse esquecimento, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz, quando na realidade,

retoma sentidos preexistentes” (Dela-Silva *et al*, 2022, p 110). Quanto ao esquecimento nº 2, ele é da ordem da enunciação, pois,

[...] ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Ao falarmos “sem medo”, por exemplo, podíamos dizer “com coragem”, ou “livremente” etc. Isto significa em nosso dizer e nem sempre temos consciência disso. Este “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento (Orlandi, 2015, p. 33).

Essa impressão, que, de acordo Orlandi (2015), trata-se de uma ilusão referencial que faz acreditar que “há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim” (Orlandi, 2015, p. 33).

Com relação à posição-sujeito, tem-se, na perspectiva de Pêcheux (1975), uma relação de identificação entre o *sujeito enunciador* e o *sujeito do saber*. O primeiro é aquele que, na prática, enuncia um discurso. Já o segundo é aquele que reúne o conjunto de conhecimento de uma dada área, por exemplo, da pedagogia, medicina, física *etc.* Logo, naturalmente, em nenhum dos dois casos, tem-se o sujeito individual.

Conforme Pêcheux (1975), é por meio da *forma-sujeito* (sujeito do saber) que o sujeito se inscreve em uma determinada formação discursiva, ou seja, é via a forma-sujeito que o sujeito vai ao lugar em que se circulam os saberes constituídos de uma determinada formação discursiva, chegando, assim, ao interdiscurso, no qual se faz um recorte daquilo que lhe interessa e que passa a ser incorporado. Vale ressaltar que esse movimento se realiza de modo inconsciente. Segue, então, um exemplo desse movimento:

O indivíduo que é interpelado em sujeito pela Formação Discursiva da Igreja Católica terá o seu dizer determinado por essa FD: assim será contrário ao aborto, à eutanásia e à guerra. Já a Forma-Sujeito, ou sujeito do saber da Igreja Católica, reúne todo o conjunto de conhecimento legitimado e institucionalizado, tal como a ressurreição de Cristo, o pecado original, a concepção de Maria (Santos; Silva, 2014, p. 57).

Seguindo os passos de Pêcheux (1988), é importante entender os desdobramentos da forma-sujeito. De acordo com ele, existe o discurso do *bom-sujeito*, que é a superposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal da formação discursiva. Essa superposição indica “uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que afeta o sujeito do discurso” (Indursky, 2008, p. 3). Tem-se, ainda segundo o viés pecheutiano, o discurso do *mau-sujeito*. Este ocorre “quando o sujeito do

discurso, através de uma ‘tomada de posição’, se contrapõe à forma-sujeito que organiza os saberes da FD com a qual o sujeito do discurso se identifica” (Indursky, 2008, p. 4).

Além dessas duas modalidades de discurso, Pêcheux sinaliza a existência de mais uma, a qual funciona sob o modo da “*desidentificação, isto é, de uma tomada de posição não-subjetiva, que conduz ao trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito*” (Pêcheux, 1988, p. 217).

De acordo com Indursky (2008, p. 9), “a desidentificação [...] pode ocorrer de dois modos diferentes. O primeiro consiste na desidentificação, por parte do sujeito do discurso, de uma forma-sujeito e sua identificação com uma outra forma-sujeito já existente”. Com relação ao segundo modo de desidentificação, que se fundamenta em Pêcheux (1990), “o sujeito do discurso rompe com um domínio de saber já instituído e com o qual estava identificado até então para identificar-se com um novo domínio do saber, que está em processo de constituição”, instituindo, então, um efeito de *um acontecimento discursivo*. Isto é:

[...] não se trata da simples migração de uma FD instituída para outra, igualmente instituída [...]. O que está em pauta, aqui, é o momento exato do surgimento de uma nova FD e de sua forma-sujeito, no momento mesmo em que o acontecimento que lhe dá origem ocorre (Indursky, 2008, p. 9).

Ainda, conforme Indursky (2008, p. 9), “a captação deste momento de constituição de um novo domínio do saber pode ser observada pela agitação nas filiações de sentido”. Em outras palavras, “trata-se de uma movimentação, uma deriva muito intensa dos sentidos em decorrência da qual dá-se o surgimento de um novo domínio de saber” (Indursky, 2008, p. 9-10).

Para compreender o embate entre as posições-sujeito, consultar o texto *Microfísica do poder* (2021), de Michel Foucault, se revela como algo necessário, já que esse autor apresenta subsídios teóricos que permitem o entendimento do que é o poder na dinâmica político-social, o qual se encontra ininterruptamente em disputa, seja em prol da manutenção do *status quo*, por parte das forças dominantes, seja em favor da destituição dessas forças hegemônicas, por parte dos grupos subjugados.

Objetivando assimilar como a ordem social dominante se organiza para promover a manutenção do poder, é importante se fundamentar nos estudos de Louis Althusser. Na obra *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1985), ele discorre sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e os Aparelhos Repressivos de Estado (ARE), sublinhando suas distinções. Estes funcionam

[...] de uma maneira massivamente prevalente *pela repressão* (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia. (Não há aparelho puramente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também pela ideologia, simultaneamente para assegurar a sua própria coesão e reprodução e pelos valores que projectam no exterior (Althusser, 1985, p. 46-47).

Já os AIE “funcionam pela ideologia” (Althusser, 1985, p. 43), por mais que, de modo secundário, possam funcionar pela repressão, “mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta esteja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica. (Não há aparelho puramente ideológico)” (Althusser, 1985, p. 47). Como exemplos disso, têm-se a escola e as igrejas, as quais “*educam* por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção, etc, não só os seus oficiantes, mas suas ovelhas” (Althusser, 1985, p. 47).

Sendo assim, é importante reconhecer que tanto os AIE quanto os ARE tendem a promover o “silenciamento” de certos discursos na sociedade em que eles exercem os seus poderes. Logo, é interessante consultar a obra *As formas do silêncio: nos movimentos dos sentido* (2007), da professora Eni Orlandi para entender essa dinâmica.

Neste estudo pioneiro acerca do silêncio, Orlandi, de acordo com Dela-Silva *et al* (2022, p. 120), apresenta “[...] reflexões teóricas [que] ampliaram os horizontes do quadro teórico da Análise de Discurso, uma vez que a noção de silêncio é situada como condição fundamental e indissociável da linguagem”. Trabalhar com o silêncio, no campo da linguagem, prevê certa dificuldade, pois ele, em virtude de sua fugacidade, apenas deixa pistas, o que o torna difícil de analisar.

Tendo isso em vista, Orlandi (2007) propõe classificar, em seu trabalho com o silêncio, os dois funcionamentos fundamentais: o silêncio fundador e a política do silêncio. *Grosso modo*, “O primeiro é aquele presente-ausente nos espaços em branco que dividem, cada palavra, cada letra [...]” (Dela-Silva *et al*, 2022, p. 127). Já o segundo, que é justamente o que será utilizado na análise do *corpus* do *Torto arado*, indica que “alguns sentidos são censurados ou para o sujeito de uma formação discursiva, ou para toda uma comunidade em algum local historicamente determinado” (Dela-Silva *et al*, 2022, p. 127). Essa política do silenciamento pode se materializar de dois modos: em silêncio constitutivo e em silêncio local.

O primeiro é determinado pelo próprio caráter fundador do silêncio, que indica que todo dizer silencia algo. Diz-se “x” para não se dizer “y”, ou seja, todo dizer tem sentidos silenciados, todo dito comporta um não dito. O silêncio constitutivo pertence à ordem de produção de sentido, um efeito deste que ‘instala o anti-implícito’ (Dela-Silva *et al*, 2022, p. 128-129).

Quanto ao segundo modo, trata-se de “uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos” (Orlandi, 2007, p. 74). Ou seja, “é a produção do interdito, do proibido” (Orlandi, 2007, p. 74). Logo, a censura se configura como “a proibição de dizer o que se pode dizer, impedindo o sujeito de se identificar com uma determinada formação discursiva [...]” (Dela-Silva *et al*, 2022, p. 133).

Objetivando compreender o pensamento colonial que alicerça essa política do silenciamento no romance de Viera Junior, faz-se importante consultar a obra *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais — perspectivas latino-americanas* (2005), organizada por Edgardo Lander, já que o epistemicídio (desvalorização ou supressão de sistemas de conhecimento) da história do povo preto se configura, na narrativa do *Torto arado*, como elemento fundamental para a eficiência de tal política. O conceito de *colonialidade do saber*, presente nesse estudo, revela,

[...] para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. Como nos disse Walter Mignolo, o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico, não quer dizer que tenham inventado O Pensamento. O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. Há, assim, uma diversidade epistémica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens (Lander, 2005, p. 3).

Na perspectiva da colonialidade do saber, estudar a ressonância dos discursos dos grupos hegemônicos, na sociedade, se mostra como algo imprescindível, pois os ecos desses discursos também vibram nos espaços ocupados pelos grupos que são historicamente subjugados por serem tidos como inferiores. O conceito de ressonância discursiva, que vem dos trabalhos de Serrani (1997, 1998, 2001), alicerçado nas teorias do discurso de linha francesa, demonstra que “quando mediante uma paráfrase é possível estabelecer uma relação de significação interdiscursiva que remete à realidade (imaginária) de um sentido, verifica-se uma ressonância de significação” (Tavares, 2009, p. 108). Ainda, na perspectiva de Serrani,

[...] a noção de ressonância permite incluir, na própria conceituação de paráfrase, o sujeito da linguagem, pois ela sempre ressoa para alguém, tanto da dimensão dos interlocutores empíricos projetados no discurso (projeção para a qual é fundamental o domínio das formações imaginárias), quanto para a dimensão do sujeito, no sentido foucaultiano do termo, ou seja, o do lugar de exercício da função enunciativa em uma formação discursiva [...] (Serrani, 1997, p. 47).

Sendo assim, os estudos sobre a ressonância discursiva se revelam como mais um elemento significativo para entender os discursos que materializam a dinâmica das relações de poder, presente no enredo do romance *Torto arado*.

2. METODOLOGIA – PREPARANDO A COLHEITA DOS EFEITOS DE SENTIDOS

Neste capítulo, será exposto o *corpus* de análise que se fundamenta na AD, objetivando construir um dispositivo que será utilizado para interpretar as interfaces existentes entre literatura e sociedade. Sendo assim, serão apresentadas as concepções da AD como uma disciplina que questiona os estudos tradicionais da língua, permitindo, com isso, alcançar leituras profundas, que se baseiam, no caso da pesquisa em questão, na materialidade do texto literário como espaço de materialização do discurso.

Esse trabalho de pesquisa irá fazer uso de um método analítico da AD para examinar o funcionamento discursivo do romance *Torto arado*, do escritor Itamar Vieira Junior.

Essa análise irá enfatizar os discursos que envolvem as questões fundiárias no Brasil, tendo, como recorte de tempo, o período posterior a abolição da escravidão no território nacional até a contemporaneidade. A obra oferece um cenário rico para entender o processo de precarização do trabalho rural, bem como a desigualdade de acesso à terra, o que vem desde o período escravagista no país.

Enfim, sabe-se que o poder da Literatura de trazer em si a historicidade se revela na manutenção do conhecimento histórico inerente à construção dos(as) personagens, cujos enunciados evidenciam marcas da mescla entre o real e o imaginário. Os discursos, provenientes desses enunciados, traduzem a formação de sentidos que advém da influência da memória discursiva.

2.1 A construção do instrumento para a colheita dos sentidos

Para analisar o funcionamento discursivo dos(as) personagens do romance *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior, sobretudo, acerca das questões agrárias, é importante construir um dispositivo de interpretação que permita compreender, de acordo com os estudos de Orlandi (2015, p. 57), “a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente”. Para tanto, esse dispositivo de interpretação deve ter como característica

[...] colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras (Orlandi, 2015, p. 57).

Nessa perspectiva, vale enfatizar o objetivo essencial da Análise de Discurso de linha francesa pecheutiana e as razões pelas quais essa finalidade deve ser mantida durante toda a análise:

A Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo (Orlandi, 2015, p. 57).

Nesse contexto, leva-se em conta o homem na sua história, considerando os processos e as condições de produção da linguagem. Para isso, é importante promover uma “análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (Orlandi, 2015, p. 14). Desse modo, ao analisar o discurso dos(as) personagens de Vieira Junior, é preciso relacionar a linguagem à sua exterioridade, objetivando encontrar regularidades em sua produção.

Tendo em vista esse objetivo, será necessário articular, de modo singular, conhecimentos do domínio das Ciências Sociais e da área da Linguística. Essa articulação tem por finalidade a transformação da prática das ciências e também a dos estudos da linguagem, alicerçando-se em uma reflexão sobre a história da epistemologia e da filosofia do conhecimento empírico.

Reconhecendo que o político e o simbólico se confrontam, a AD tem por proposta questionar a historicidade e a transparência da linguagem. Dessa forma, “os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística” (Orlandi, 2015, p. 14).

Sendo assim, a AD não trabalha com a língua fechada nela mesma, mas, sim, com o discurso, “que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (Orlandi, 2015, p. 14). Em contrapartida, também não se trabalha com a história e a sociedade como se elas fossem elementos independentes do fato de que elas significam.

A AD trabalha a relação língua, discurso e ideologia, partindo da concepção de que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (Orlandi, 2015, p. 15). Essa relação se explica levando em consideração o fato de que, segundo Pêcheux (1975), não existe discurso sem sujeito, como também não existe sujeito sem ideologia. Ainda, segundo ele, o indivíduo é interpelado a ser sujeito por meio da ideologia, fazendo a língua ter sentido.

Nesse contexto, é fundamental ressaltar que, como a literatura tem o potencial de promover reflexões sobre as dinâmicas conflituosas presentes na sociedade, a análise dos efeitos de sentido do romance *Torto arado* se mostra como algo relevante para problematizar as relações de poder que têm persistido ao longo do tempo no Brasil. Logo, em um país marcado pelos problemas agrários, é fundamental entender como os grupos dominantes conseguem fazer a manutenção do seu *status quo*, já que, segundo Foucault (2021), ter ciência dos mecanismos acionados para subjugar o outro pode permitir a “desarticulação das engrenagens” do poder demasiadamente concentrado.

Nessa perspectiva, vale sublinhar como se estabelece a organização do *corpus* da obra literária em evidência a ser analisado posteriormente, objetivando responder à seguinte pergunta de pesquisa: Como se constitui o funcionamento discursivo das narradoras e demais personagens desse romance em relação à precarização do trabalho no espaço rural, como também à desigualdade de acesso à terra? Para tanto, no primeiro momento, selecionam-se do *corpus* as sequências discursivas¹ (SD) que demonstram um certa resignação frente às injustiças sociais verificadas na trama. No segundo momento, opta-se pelos discursos que revelam a compreensão das circunstâncias adversas vivenciadas pelos(as) personagens. E, por fim, têm-se os enunciados que sinalizam a busca por romper com os paradigmas sócio-históricos que vinham perpetuando, ao longo da História, os problemas fundiários do país.

O dispositivo de análise que será adotado nesta pesquisa irá explicitar os gestos de interpretação que estão associados aos processos de identificação dos sujeitos. Por esse viés, a interpretação se dará em dois momentos. No primeiro momento, uma vez que o sujeito que fala, também interpreta, será necessário “descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise” (Orlandi, 2015, p. 58). No segundo momento, sabendo que não há descrição sem interpretação, é necessário adotar uma postura de deslocamento em relação aos objetos simbólicos analisados, ficando, assim, no entremeio da descrição e interpretação. Sendo assim, o dispositivo de interpretação que será adotado deve permitir

[...] trabalhar não numa posição neutra mas que seja relativizada em face da interpretação: é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Esse dispositivo vai assim investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. No trabalho da ideologia (Orlandi, 2015, p. 59).

¹ Para Courtine (2009), o *corpus* se caracteriza como um conjunto de sequências discursivas orais ou escritas de dimensão superior à frase, retirado de um campo discursivo.

Nesse sentido, é necessário destacar a importância da mediação teórica no processo de descrição e interpretação do funcionamento discursivo dos personagens de Viera Junior, pois

Sem procurar eliminar os efeitos de evidência produzidos pela linguagem em seu funcionamento e sem pretender colocar-se fora da interpretação — fora da história, fora da língua — o analista produz seu dispositivo teórico de forma a não ser vítima desses efeitos, dessas ilusões, mas a tirar proveito delas. E o faz pela mediação teórica (Orlandi, 2015, p. 59).

Para estabelecer a metodologia a ser adotada nesta pesquisa, é importante recorrer às recomendações de Orlandi:

Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do *corpus*, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho (Orlandi, 2015, p. 64-65).

Sendo assim, fica estabelecido, como *corpus* a ser estudado, o discurso das três narradoras (Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira) e dos(as) demais personagens que integram as três gerações de uma mesma família, que são vítimas de um Brasil de mentalidade escravagista. No entanto, é importante registrar como cada geração percebe os mecanismos de manutenção do poder utilizados pelas forças dominantes no que tange às questões agrárias. Nessa perspectiva,

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura (Orlandi, 2015, p. 61).

Entre a evidência empírica e o cálculo formal exato, é necessário buscar, por meio da AD, a demonstração da materialidade histórica da linguagem. Sendo assim, com relação à historicidade, não se irá buscar a história refletida no texto e, sim, a historicidade do texto em sua materialidade, ou seja, “o acontecimento do texto como discurso, o trabalho do sentido nele” (Orlandi, 2015, p. 66). Para esclarecer esse conceito de historicidade, é importante salientar que “sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito” (Orlandi, 2015, p. 66).

No processo de análise do *corpus* delimitado, será fundamental estabelecer, a partir deste material empírico, etapas correlatas que permitam passar do texto até chegar ao discurso. Sendo assim, na primeira etapa, é necessário passar da superfície linguística para o texto (discurso), ou seja, é necessário

[...] no contato com o texto, procura[r] ver nele sua discursividade e incidindo um primeiro lance de análise — de natureza linguística enunciativa — [para construir] um objeto discursivo em que já está considerado o esquecimento número 2 (da instância da enunciação), desfazendo assim a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira. Desnaturaliza-se a relação palavra-coisa (Orlandi, 2015, p. 76).

Na segunda etapa, é imprescindível passar do objeto discursivo para a formação discursiva, quer dizer, é imprescindível realizar uma análise buscando relacionar as formações discursivas distintas, as quais podem se delinear “no jogo de sentidos observado pela análise do processo de significação (paráfrase, sinonímia etc.) — com a formação ideológica que rege essas relações” (Orlandi, 2015, p. 76).

Nessa perspectiva, ao longo de todo procedimento analítico, em paralelo com o mecanismo parafrástico, é necessário observar os efeitos metafóricos, já que a conceituação desses efeitos possibilita, colocando em relação discurso e língua, tem por objetivo, no processo analítico, o modo de articulação entre estrutura e acontecimento. Sendo assim, “o efeito metafórico, nos diz M. Pêcheux (1969), é o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, lembrando que este deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo tanto do sentido designado por x como por y” (Orlandi, 2015, p. 77).

E, na terceira etapa, é essencial analisar, no processo discursivo, a formação ideológica, pois “Falamos a mesma língua mas falamos diferente. Dizemos as mesmas palavras mas elas significam diferente” (Orlandi, 2015, p. 78). As palavras retomam discursos que seus sentidos se originam de “formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas” (Orlandi, 2015, p. 78).

Na Análise de Discurso, sob o viés do imaginário e do real lacaniano, é fundamental diferenciar o sujeito do autor do enunciado. Nesse sentido, é possível afirmar que

[...] há na base de todo discurso um projeto totalizante do sujeito, projeto que o converte em autor. O autor é o lugar em que se realiza esse projeto totalizante, o lugar em que se constrói a unidade do sujeito. Como lugar da unidade é o texto, o sujeito se constitui como autor ao constituir o texto em

sua unidade, com sua coerência e completude. Coerência e completude imaginárias (Orlandi, 2015, p. 70).

Sob o prisma do dispositivo de interpretação, a noção de funcionamento será essencial para o estabelecimento dos procedimentos da Análise de Discurso, objetivando, com isso, observar os “processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos, lançando mão da paráfrase e da metáfora como elementos que permitem um certo grau de operacionalização dos conceitos” (Orlandi, 2015, p. 75).

Nos gestos de leitura, é importante distinguir a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão. De acordo com Orlandi (2015),

A inteligibilidade refere o sentido à língua: “ele disse isso” é inteligível. Basta se saber português para que esse enunciado seja inteligível; no entanto, não é interpretável pois não se sabe quem é ele e o que ele disse. A interpretação é o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato. [...] No entanto, a compreensão é muito mais do que isso. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já se está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem (Orlandi, 2015, p. 24).

Desse modo, é possível concluir que a Análise de Discurso tem por finalidade a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele se significa para e por sujeitos. Para haver essa compreensão, é necessário explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que associam sujeito e sentido. Com isso, são produzidas novas práticas de leitura.

Com relação ao dispositivo teórico da interpretação, existe, segundo Orlandi (2015), uma parte que é de responsabilidade do analista e uma parte que advém do respeito ao rigor do método e ao alcance teórico da Análise de Discurso. Vale enfatizar que cabe ao analista a formulação da questão que fomenta a análise.

Sendo assim, vale reiterar a questão de pesquisa que deve ser respondida ao fim deste trabalho: Como são constituídos os discursos dos(as) personagens do romance *Torto arado* no tocante às questões fundiárias? Com o objetivo de responder a essa indagação, haverá a necessidade de consultar determinados materiais teóricos, mobilizando conceitos que outro analista não usaria, frente a seus (outros) questionamentos. Sendo assim, não há como uma análise ser igual à outra, já que aciona conceitos distintos, o que tem influído, crucialmente, na descrição dos materiais. Além

disso, um mesmo analista, ao elaborar uma questão diferente, também poderia acionar conceitos plurais, estabelecendo diversos recortes conceituais (Orlandi, 2015).

Sendo assim, é imprescindível distinguir o dispositivo teórico da interpretação do dispositivo analítico construído pelo analista a cada análise. Por mais que o dispositivo teórico fundamente o dispositivo analítico, este dispositivo deve ser “individualizado” pelo analista em uma análise específica. Ou seja, “o dispositivo teórico é o mesmo mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise” (Orlandi, 2015, p. 25).

[...] como a pergunta é de responsabilidade do pesquisador, é essa responsabilidade que organiza sua relação com o discurso, levando-o à construção de “eu” dispositivo analítico, optando pela mobilização desses ou aqueles conceitos, esse ou aquele procedimento, com os quais ele se compromete na resolução de sua questão. Portanto, sua prática de leitura, seu trabalho com a interpretação, tem a forma de seu dispositivo analítico (Orlandi, 2015, p. 25).

Sendo assim, o dispositivo teórico, que é utilizado para mediar o movimento entre a descrição e a interpretação, se fundamenta em princípios gerais da AD, a qual, enquanto forma de conhecimento, tem seus conceitos e método próprios.

No processo de análise do *corpus*, os efeitos de sentido devem ser interpretados de acordo com os dispositivos teóricos dos quais o analista está investido e dos quais se partiu o gesto de leitura. Nessa etapa, é essencial “a maneira como ele [o analista] construiu o dispositivo analítico, pois depende muito dele o alcance de suas conclusões” (Orlandi, 2015, p. 26). Tendo a compreensão de que não há transparência na linguagem e sendo, assim, exposto à materialidade que faz parte da construção do ato de significar e constituir o sujeito, será necessário retomar sempre a questão inicial, a qual

[...] está assim no início, como elemento desencadeador da análise e da construção do dispositivo analítico correspondente, e, no final, ela retoma, gerindo a maneira como o analista deve referir os resultados da análise à compreensão teórica do seu domínio disciplinar específico: o da própria Análise de Discurso, se for o caso, ou da Linguística, mas também o da Política, da Sociologia, da Antropologia, etc, dependendo da disciplina a que se filia o analista (Orlandi, 2015, p. 26).

Portanto, o dispositivo analítico construído aqui é constituído pela “natureza dos materiais analisados, a questão colocada, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares” (Orlandi, 2015, p. 26). É a partir disso, que, segundo Orlandi, vem riqueza a AD, pois ela

[...] permite explorar de muitas maneiras essa relação trabalhada com o simbólico, sem apagar as diferenças, significando-as teoricamente, no jogo que se estabelece na distinção entre o dispositivo teórico da interpretação e os dispositivos analíticos que lhe correspondem (Orlandi, 2015, p. 26).

Sendo assim, haverá condições para perceber e compreender os elementos simbólicos, presentes nos discursos dos personagens do *Torto arado*, partindo dos instrumentos teóricos reunidos para a interpretação, como também dos instrumentos analíticos disponíveis para tal feito.

Convém, afinal, ressaltar que a pesquisa em questão é de caráter qualitativo. Sob a ótica dos estudos de Paiva (2019), a pesquisa qualitativa tem por finalidade compreender, descrever e explicar, de modo geral, fenômenos sociais a partir de experiências que podem ser individuais ou coletivas, por meio de práticas interacionais. Ainda, segundo esse autor, esse tipo de pesquisa pode ser designado como interpretativo, já que a interpretação daquilo que é analisado, por parte do pesquisador, revela-se como algo imprescindível.

3. ANÁLISE DO CORPUS DISCURSIVO – DA SUBMISSÃO À RESISTÊNCIA

A partir do dispositivo analítico apresentado, é possível, por intermédio de um processo de cotejamento, trabalhar no entremeio da descrição e interpretação, para, assim, analisar o funcionamento discursivo dos(as) personagens do romance *Torto arado* em relação às questões trabalhistas e fundiárias. Nesse sentido, buscam-se entender, neste capítulo, as condições de produção de cada geração de personagens, que têm relação com o movimento que vai da submissão à resistência face aos problemas que envolvem a lida com a terra.

De início, é importante examinar as razões pelas quais se verifica, nas duas primeiras gerações de uma mesma família de trabalhadores rurais, uma certa resignação diante do contexto da exploração da mão de obra, como também perante a desigualdade de acesso à terra.

Em um segundo momento, é necessário compreender como se deu o surgimento de um entendimento maior, nos(as) personagens da terceira geração da família em evidência, acerca das injustiças sociais inerentes às questões agrárias, que, até certo ponto, tinham sido naturalizadas pelas gerações anteriores. Em suma, é interessante apontar os desdobramentos de tal compreensão social no âmbito da narrativa.

3.1 O momento antes do fio de corte na resignação social

Sabia perfeitamente que era assim,
acostumara-se a todas as violências, a todas
as injustiças.

(Graciliano Ramos)

Ao analisar o funcionamento discursivo das narradoras e dos(as) personagens que compõem as duas primeiras gerações de afro-brasileiros do romance *Torto arado*, constata-se, em um primeiro momento, posturas resignadas, em virtude da impotência, diante do contexto de servidão a que são submetidos(as) em troca de moradia. No entanto, é importante compreender as circunstâncias históricas e sociais que envolvem a existência de tais personagens. Sendo assim, vale examinar a sequência discursiva

(doravante SD) de Santa Rita Pescadeira, entidade espiritual que narra, de modo onisciente, a terceira parte da narrativa (*Rio de sangue*):

Sequência discursiva 1

Meu povo seguiu rumando de um canto para outro, procurando trabalho. Procurando terra e morada. Um lugar onde pudesse plantar e colher. Onde tivesse uma tapera para chamar de casa. Os donos já não podiam ter mais escravos, por causa da lei, mas precisavam deles. Então, foi assim que passaram a chamar os escravos de trabalhadores e moradores. Não poderiam arriscar fingindo que nada mudou porque os homens da lei poderiam criar caso. Passaram a lembrar para seus trabalhadores como eram bons, porque davam abrigo aos pretos sem casa, que andavam de terra em terra procurando onde morar. Como eram bons, porque não havia mais chicote para castigar o povo. Como eram bons, por permitirem que plantassem seu próprio arroz e feijão, o quiabo e a abóbora. [...] “Mas vocês precisam pagar esse pedaço de chão onde plantam seu sustento, o prato que comem, porque saco vazio não fica em pé. Então, vocês trabalham nas minhas roças e, com o tempo que sobrar, cuidam do que é de vocês. Ah, mas não pode construir casa de tijolo, nem colocar telha de cerâmica. Vocês são trabalhadores, não podem ter casa igual a dono. Podem ir embora quando quiserem, mas pensem bem, está difícil morada em outro canto.” (Vieira Junior, 2019, p. 204-205).

Nessa SD, Santa Rita Pescadeira, que também tem origem afro-brasileira, aponta os desdobramentos da história do povo preto, no Brasil, após a abolição da escravatura em 1888. De antemão, destaca-se a expressão “Meu povo”, com a qual a entidade sinaliza uma ideia de identificação identitária com um determinado segmento étnico-racial, produzindo um efeito de sentido de pertencimento a essa comunidade afro-brasileira. Em sua narração, vê-se que esse grupo foi liberto, mas como não houve políticas públicas de apoio, passou a viver sem destino certo, uma vez que não havia onde morar, nem trabalhar.

Por mais que os grandes latifundiários precisassem da mão de obra desses ex-escravizados, eles tinham receio de ter problemas em virtude do novo ordenamento jurídico que proibia a escravidão no território brasileiro. Com isso, uma nova dinâmica de exploração do trabalho se estabeleceu, valendo-se, inicialmente, apenas de uma

mudança de nomenclatura, pela qual os *escravos* passaram a ser chamados de *trabalhadores* e *moradores*. Esse deslizamento de sentidos sinaliza uma tentativa de neutralizar o efeito do termo utilizado no período em que a escravização era legalizada no país. Nesse processo de redesignação, verifica-se a dispersão e a heterogeneidade dos sujeitos políticos em destaque, havendo sucessivos esquecimentos, o que fica registrado, mesmo que de modo fragmentado, “na memória discursiva que instaura a possibilidade de dizê-los, redizê-los e renomeá-los, num trabalho incessante da ideologia e da língua sobre os sentidos” (Indursky, 2021, p. 28).

Analisando essa SD, é importante pontuar o uso reiterado da expressão “como eram bons”, por parte dos fazendeiros, referindo-se a eles mesmos como patrões generosos, por estarem oferecendo aos trabalhadores um lugar para morar, sem a ameaça de castigos físicos e com a liberdade de se plantar o que quiserem para a própria subsistência. Nesse contexto, vê-se a intensificação de um imaginário em que, diferentemente do período escravagista, a mão de obra preta não estaria mais subjugada a condições degradantes de existência. Logo, essa formação imaginária indica a tentativa de apagamento da violência contida na relação — supostamente nova — entre patrões e trabalhadores pretos no Brasil pós-escravidão. Para entender a construção desse imaginário, é importante compreender que

Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito) (Orlandi, 2015, p. 38).

Sendo assim, é substancial perceber, no funcionamento discursivo de um modo geral, que as imagens resultam de projeções, no lugar de se atentar aos sujeitos físicos e aos seus lugares empíricos em si. Portanto, as formações imaginárias não se caracterizam pela forma como os sujeitos estão inscritos na sociedade e podem ser sociologicamente descritos (Indursky, 2021).

Além disso, é possível verificar, no discurso direto, presente no final da SD da Santa Rita Pescadeira, a voz de um fazendeiro pontuando algumas regras para os trabalhadores recém-chegados. Nesse contexto, estes teriam o direito de plantar algo para a própria subsistência, afinal, “saco vazio não fica de pé”, ou seja, eles só teriam condições de produzir para o patrão, se estivessem alimentados, nutridos. Vale pontuar que eles poderiam trabalhar na roça própria, só n’“o tempo que sobrar” do plantio das roças do latifundiário. Vê-se, então, que essa força de trabalho deveria ser utilizada,

primordialmente, para atender aos interesses dos donos da terra. Outro ponto interessante é a preservação das distinções entre os *trabalhadores* e o *fazendeiro*, o que pode ser verificado neste enunciado: “Vocês são trabalhadores, não podem ter casa igual a dono”. Neste fragmento, observa-se que ser trabalhador é sinônimo de não ter direito a um casa feita com materiais construtivos duradouros, diferentemente dos direitos do proprietário da fazenda .

Examinando as práticas discursivas dos proprietários das terras e dos trabalhadores rurais, é possível perceber que os dois grupos não se identificam com a mesma formação ideológica, nem se subjetivam pelo viés da mesma formação discursiva. Nesse sentido, constata-se, neles, diferentes posições-sujeito que permitem vislumbrar distintas tomadas de posição diante da questão da terra, ou seja, eles se valem de enunciados afetados por diferentes formações discursivas, articulando posições-sujeito que são muito diferenciadas, ou melhor, antagônicas (Indursky, 2021).

Tais diferenças podem ser apreendidas por intermédio de marcas linguísticas distintas, as quais funcionam como pistas de diferentes posições-sujeito, desenvolvendo, assim, efeitos de sentido diversos, que evidenciam a presença de diferentes posicionamentos ideologicamente opostos, o que pode se configurar como um indício de uma tensão existente entre as diferentes posições-sujeito.

No mesmo discurso direto do fazendeiro, há também uma ressalva, apontando que os novos trabalhadores, embora tivessem a liberdade de deixar a fazenda quando quisessem, deveriam ter a consciência de que, em outras terras, não teriam acesso aos benefícios que estavam sendo oferecidos ali, como o direito de morar em uma casa feita de barro. Observa-se aí um discurso de promoção do medo de não encontrar, em outras localidades, morada em troca de trabalho.

Mesmo com o estabelecimento dessas restrições, vê-se, por parte do proprietário das terras, um discurso de convencimento de que essa pseudo-nova relação de trabalho seria vantajosa para os novos prestadores de serviço. É o que Pêcheux denomina de “transformações do sentido” que escapa “a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido, tomados no relançar das interpretações” (Pêcheux, 1990, p. 51).

Com relação à primeira geração da família de afro-brasileiros do romance em questão, Donana é a única representante com destaque na narrativa. Pouco se sabe sobre a história pregressa da mãe de José Alcino, mais conhecido por Zeca Chapéu Grande. Nem mesmo o seu nome de batismo era conhecido, ela não tinha documentos. Especula-se, após a sua morte, que seu nome provavelmente deveria ser Ana. Logo,

“Donana”, seria possivelmente a junção do termo “Dona” com o vocábulo “Ana”. Vale enfatizar que é a partir da narração da Santa Rita Pescadeira que as percepções de Donana vêm à tona acerca das condições de trabalho na Fazenda Caxangá, local em que nasceu e foi criada, como também em Água Negra, fazenda em que passou a morar já com idade avançada. Ela sabia que tinha “vivido uma vida cativa” (Vieira Junior, 2019, p. 238), tanto que, em uma passagem do enredo, deseja para si e para sua filha Carmelita que sejam “livres, senhoras do próprio destino” (Vieira Junior, 2019, p. 238).

Por mais que Donana percebesse que vivia em uma situação análoga à escravidão na Fazenda Caxangá, ela não se via em condições de lutar contra o sistema de exploração estabelecido e, por vezes, acabou naturalizando as violências sofridas. A SD abaixo exemplifica a resignação diante do contexto de abusos vivenciados:

Sequência discursiva 2

Naquele inferno chamado Caxangá, o inferno de escravidão a que se acostumou como se fosse sua terra, não teve autorização para parir seu filho em casa. Zeca nasceu no meio da roça, dentro de um charco, com a ajuda das trabalhadoras da fazenda, debaixo deste mesmo sol que agora fervilhava seu juízo (Vieira Junior, 2019, p. 236-237).

Inicialmente, o que chama a atenção nesse recorte discursivo é o uso do termo “inferno”, por parte da Santa Rita Pescadeira, qualificando a Fazenda Caxangá como um local inóspito para Donana. No entanto, constata-se que os adeptos das religiões de matriz africana, como a narradora, não acreditam na existência de um lugar em que os pecadores devam ir para serem punidos após a morte². Logo, é possível inferir que esse imaginário advém do Cristianismo, cujos integrantes acreditam em tal existência. Para entender a utilização da expressão “inferno” em tal enunciado, é importante se fundamentar nos estudos de Orlandi:

Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso à parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por

² Para Banaggia (2017, p. 131), “grande parte do povo de santo afirma de modo categórico que [...] não há nada depois da morte”. Sendo assim, “uma pessoa após morrer pode ou não deixar no mundo dos vivos uma parcela de si à qual viventes terão acesso caso possuam a capacidade de lidar com esses seres, em geral chamada de ‘mediunidade’, que pode ser desenvolvida também nas cerimônias de jarê e cuja posse costuma ser indicativa da sina de se tornar chefe de terreiro” (Banaggia, 2017, p. 131).

elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (Orlandi, 2015, p. 46).

Partindo da concepção pecheutiana de que “as ideologias não se compõem de ‘ideias’, mas de práticas” (Pêcheux, 2013, p. 143), pode-se constatar que a naturalização de situações degradantes, por parte de Donana, na Fazenda Caxangá, acontece em virtude de ações ideológicas das classes dominantes, pois

[...] a instância ideológica, em sua materialidade concreta, existe sob a forma de “formações ideológicas” [...], que têm um caráter “regional” e envolvem posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos juntamente com seu “modo de usar” — seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe a que servem —, o que permite o comentário de que as ideologias são práticas de classe (práticas da luta de classes) na ideologia (Pêcheux, 2013, p. 143).

Sendo assim, é possível depreender que, na dinâmica da Fazenda Caxangá, os donos da terra recorriam a determinadas práticas de dominação, promovendo o enfraquecimento das classes subjugadas por eles, com o objetivo de manter o *status quo*. Para explicar essa luta de classes, faz-se importante recorrer ao conceito de poder de Foucault, sintetizado por Machado (2021), uma vez que

[...] o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que detêm o poder e de outro aqueles que se encontram alijados dele. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona (Machado, 2021 in Foucault, 2021, p. 17).

Nesse sentido, pode-se perceber o exercício do poder, por parte do dono da fazenda, quando se registra, na SD, que Donana “não teve autorização para parir seu filho em casa”, ficando subentendido que apenas o patrão poderia dar tal consentimento, o que demarca uma relação desigual de forças entre o dono da terra e a mãe de Zeca Chapéu Grande.

Buscando assimilar o processo de desumanização da personagem Donana no contexto do trabalho análogo à escravidão, vale buscar as reflexões de Davis (2016) sobre as mulheres pretas no período do escravismo, visto que, segundo essa teórica,

[...] os proprietários buscavam garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com crianças de colo. Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os bebês deitados no chão perto da área em que trabalhavam, outras se recusavam a deixá-los sozinhos e tentavam trabalhar normalmente com eles presos às costas (Davis, 2016, p. 21).

Na citação abaixo, Davis (2016) também explica o processo de animalização da mulher preta escravizada, mesmo no período de gestação de uma criança, o que pode ser associado à Donana, que se viu obrigada a fazer o seu trabalho de parto na lavoura.

[...] a exaltação ideológica da maternidade — tão popular no século XIX — não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” — animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (Davis, 2016, p. 19).

No início da puberdade, Donana, que integrava a religião do jarê³, típica da Chapada Diamantina, passou a manifestar poderes metafísicos e, posteriormente, já em idade adulta, demonstrava conhecer os mistérios dos feitiços e dos espíritos (os encantados). Ela acreditava que esses conhecimentos sobrenaturais poderiam, em algum momento, possibilitar a sua liberdade, como também de parte de sua família, tanto que queria transmiti-los para a sua filha Carmelita. Donana queria “ensinar para que [elas] se desenvolvessem sozinhas no mundo, para que ajudassem aos que precisassem, e mais ainda, para que procurassem pela liberdade que lhes foi negada desde os ancestrais” (Vieira Junior, 2019, p. 238). Sendo assim, é possível concluir que essa crença de Donana é um reflexo da formação ideológica que constitui a sua formação social. Sobre estes conceitos, é válido recorrer a Pêcheux e Fuchs, uma vez que, para eles, a formação ideológica é responsável por

[...] caracterizar um elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes, e se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 166).

No entanto, como Donana se recusou a assumir o posto de líder espiritual de sua região, Zeca Chapéu Grande, seu filho, passa a ocupar, involuntariamente, esse papel. É importante destacar também que Zeca “havia nascido quase trinta anos após declararem os negros escravos livres, mais ainda [era] cativo dos descendentes dos senhores de seus avós” (Vieira Junior, 2019, p. 164). Porém, em virtude de uma grande seca, ele fica sem trabalho na Fazenda Caxangá e decide se retirar em busca de outras oportunidades em

³ De acordo com Banaggia (2017, p. 123), “o jarê é uma religião de matriz africana existente somente na Chapada Diamantina (BA), e exemplifica um desenvolvimento paralelo ao dos candomblés litorâneos dos quais é aparentado, tendo sido elaborado por um conjunto de senhoras africanas, chamadas nagôs, que chegaram deliberadamente ou foram levadas escravizadas para a região”.

um lugar distante. É neste contexto que ele vai em direção à Água Negra, fazenda tida como próspera.

No recorte discursivo abaixo, que é narrado por Bibiana, vê-se que seu pai, Zeca Chapéu Grande, que agora já é uma importante liderança religiosa da região de Água Negra, é influenciado pela gerência da fazenda a cooptar novos trabalhadores.

Sequência discursiva 3

[...] meu pai, incentivado por Sutério, havia convidado o irmão de minha mãe para residir em Água Negra. O gerente queria trazer gente que “trabalhe muito” e “que não tenha medo de trabalho”, nas palavras de meu pai, “para dar seu suor na plantação”. Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que se permitia a morada. Podia trazer mulher e filhos, melhor assim, porque quando eles crescessem substituiriam os mais velhos. Seria gente de estima, conhecida, afilhada do fazendeiro. Dinheiro não tinha, mas tinha comida no prato. Poderia ficar naquelas paragens, sossegado, sem ser importunado, bastava obedecer às ordens que lhe eram dadas. Vi meu pai dizer para meu tio que no tempo de seus avós era pior, não podia ter roça, não havia casa, todos se amontoavam no mesmo espaço, no mesmo barracão (Vieira Junior, 2019, p. 41).

Nesse enunciado discursivo, é possível observar as formações imaginárias do que é um trabalhador para aqueles que defendem os interesses dos proprietários da terra, no caso, alguém que trabalhe muito e sem medo da labuta. Outro aspecto marcante dessas formações imaginárias é a crença de que não construir casa de alvenaria elimina o direito sobre a terra dos trabalhadores rurais.

Verifica-se, também, nessa SD, a autorização, por parte dos representantes dos donos da fazenda, de ser possível trazer descendentes (crianças e adolescentes), acreditando que estes irão substituir, no futuro, os pais no trabalho com a terra. Sendo assim, é possível perceber um caráter hereditário nesse processo de exploração. Além disso, constata-se, no processo de convencimento da troca do trabalho por moradia, que o mais importante é ter acesso a alimentos do que a uma remuneração financeira, o que

remota a práticas da escravização de outrora. Por fim, se o trabalhador aceitar todas as regras impostas, ele poderá viver, na fazenda, com a família “sem ser importunado”.

Então, pode-se concluir, a partir da narração de Bibiana, que as práticas discursivas do Zeca Chapéu Grande, no processo de cooptação dos novos trabalhadores, têm funcionado como um elemento de ressonância dos discursos dos proprietários da fazenda, haja vista que tais práticas estão imbuídas dos valores ideológicos desses fazendeiros.

Sendo assim, o discurso de Zeca Chapéu Grande se constitui a partir de paráfrases do discurso dominante, em que se projetam as formações imaginárias dos proprietários das terras. Para aprofundar a análise dos reflexos desse discurso hegemônico sobre o pai de Bibiana e Belonísia, vale pontuar os estudos acerca da decolonialidade, organizados por Bernardino-Costa *et al* (2018), pois, no contexto do colonialismo,

Não somente terras e recurso são tomados, mas as mentes também são dominadas por formas de pensamento que promovem a colonização e autocolonização. Os corpos são também explorados pelo trabalho de maneira que os mantêm em um *status* inferior ao da maioria do proletariado metropolitano. Por causa disso, seja o que for a descolonização, é preciso incluir a luta por redistribuição de terras e recurso. Entretanto, ela não pode estar limitada a isso (Bernardino-Costa *et al*, 2018, p. 23).

Sob a ótica de Althusser, “o Estado é uma ‘máquina’ de repressão que permite às classes dominantes [...] assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista” (Althusser, 1985, p. 31). Logo, é possível perceber, na narrativa do *Torto arado*, que, embora a lei não permitisse mais a escravidão nos moldes do século XIX, havia, na contemporaneidade, uma certa conivência estatal diante da precarização do trabalho nos espaços rurais.

Em uma sociedade de regime econômico capitalista, de acordo com Althusser (1985), é fundamental garantir a reprodução da força de trabalho. Acerca disso, ele enfatiza que essa reprodução: “É assegurada dando à força de trabalho o meio material de se reproduzir: o salário. O salário figura na contabilidade de cada empresa, como ‘capital mão de obra’ e de modo algum como condição da reprodução material da força de trabalho” (Althusser, 1985, p. 18).

No entanto, no contexto do romance, vê-se que esse meio material de se reproduzir, que é o salário, não é ofertado aos trabalhadores da Fazenda Água Negra. Para os fazendeiros que exploram a mão de obra dos moradores de suas propriedades,

nos moldes do período escravagista brasileiro, oferecer um local para morar já se configura como o meio material da reprodução do trabalho que desejam obter. Vale frisar que, segundo Althusser,

o salário representa apenas a parte do valor produzida pelo dispêndio da força de trabalho, indispensável à reprodução desta: entendamos indispensável à reconstituição da força de trabalho assalariado (ter casa para morar, roupa para vestir, ter de comer, numa palavra poder apresentar-se amanhã — cada amanhã que Deus dá — ao portão da fábrica); acrescentemos: indispensável à alimentação e educação dos filhos nos quais o proletariado se reproduz (em x exemplares: podendo x ser igual a 0, 1, 2, etc...) como força de trabalho (Althusser, 1985, p. 18).

Ainda, consoante Althusser, “esta quantidade de valor (o salário), necessário à reprodução da força de trabalho, é determinada não pelas necessidades de um S. M. I. G. ‘biológico’, mas pelas necessidades de um mínimo histórico” (Althusser, 1985, p. 19), pois cada sociedade de trabalhadores tem suas necessidades. Portanto, elas são historicamente variáveis. Nesse prisma, é importante ressaltar que

Este mínimo é duplamente histórico pelo facto de não ser definido pelas necessidades históricas da classe operária “reconhecidas” pela classe capitalista, mas pelas necessidades históricas impostas pela luta de classes proletária (luta de classes dupla: contra o aumento da duração do trabalho e contra a diminuição dos salários) (Althusser, 1985, p. 19).

Sob a ótica dos estudos acerca do pensamento colonial de Quijano (2005), desenvolveu-se entre os europeus ou brancos a percepção de que “o trabalho pago era privilégio dos *brancos*” (Quijano, 2005, p. 110), pois se acreditava que “a inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos” (Quijano, 2005, p. 110).

Para os proprietários de Água Negra, ter onde morar e ter o que comer era o suficiente para promover a reprodução hereditária da mão de obra para as atividades agrícolas da fazenda, fazendo com que todos os dias os moradores da propriedade estivessem apostos nas lavouras da família Peixoto para produzir.

Ademais, constata-se, nessa SD, que, por mais que os critérios para se trabalhar em uma fazenda, no momento, não sejam os mais favoráveis, em comparação com o passado, as vantagens eram perceptíveis, pois outrora só se plantava para os donos da terra e as habitações eram de uso coletivo, ou seja, as senzalas. Logo, é possível perceber um discurso que revela uma certa resignação diante do contexto vigente.

Sabe-se, na narrativa, que a família Peixoto herdou as terras de Água Negra por meio do regime jurídico das Sesmarias. Durante parte do Brasil Colônia, o rei de Portugal ou os primeiros donatários das Capitanias Hereditárias faziam doações de terras a particulares, que se comprometiam a cultivá-las e povoá-las. Embora as terras tenham sido herdadas neste período, a “fazenda existia, pelo menos, desde a chegada de Damião, o pioneiro dos trabalhadores, durante a seca de 1932” (Vieira Junior, 2019, p. 176).

No romance *Torto arado*, a família Peixoto, para manter o controle sobre as terras da fazenda e os trabalhadores, recorria à influência de Zeca Chapéu Grande, em virtude de sua liderança religiosa na região.

Sequência discursiva 4

[Zeca Chapéu Grande] *Era o trabalhador citado como exemplo para os demais, nunca se queixava, independente da demanda que lhe chegava. Por mais difícil que fosse, arregimentava os vizinhos e trabalhava para entregar o que lhe foi encomendado com o esmero que lhe era creditado. [...]. Era o trabalhador da mais alta estima da família Peixoto. A ele recorriam para trazer novos trabalhadores para Água Negra, porque confiavam na sua responsabilidade com a fazenda. Confiavam na sua capacidade de persuadir e de reconciliar os que viviam em conflito [...]* (Vieira Junior, 2019, p. 54).

Examinando essa SD, é possível inferir que, para ser um trabalhador exemplar perante os demais trabalhadores, do ponto de vista dos patrões, é importante nunca reclamar das demandas impostas pelos superiores. Também, é fundamental, para a realização das tarefas instituídas, saber engajar outros trabalhadores no processo de produção, preocupando-se, sobretudo, com a qualidade do serviço a ser realizado, uma vez que atender às expectativas dos donos da terra se revela como algo significativo. Enfim, ter senso de responsabilidade, saber persuadir e desfazer conflitos tem como consequência a estima e confiança dos proprietários da fazenda. Para aprofundar o conceito de formações imaginárias já apresentado, vale enfatizar o conceito de condições de produção, pois

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos

sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?) (Orlandi, 2015, p. 38).

Nesse prisma, há todo um jogo imaginário que determina a troca de palavras, o que está condicionado à possibilidade de antecipação no processo discursivo, que inclui “a imagem que o locutor faz da imagem que seu locutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante” (Orlandi, 2015, p. 38). Dito isso, é possível depreender que, nessa SD, Zeca Chapéu Grande tem suas práticas determinadas pela forma que ele próprio acredita como deveria ser sua conduta para atender ao que os seus padrões esperam dele.

Outrossim, faz-se necessário sublinhar aquilo que não foi dito levando em consideração o seguinte trecho da SD em evidência: “Confiavam na sua capacidade de persuadir e de reconciliar os que viviam em conflito”. O não-dito, neste fragmento, é que a confiança dos donos das terras advinha do fato de saberem que Zeca Chapéu Grande tinha poder de coerção sobre os demais trabalhadores, em razão de sua condição de orientador espiritual da comunidade. Para compreender esse não-dito, vale consultar as reflexões de Orlandi, pois

O subentendido depende do contexto. Não pode ser asseverado como necessariamente ligado ao dito. Essa teoria — a da semântica argumentativa — desenvolveu-se aprofundando certas noções, modificando outras, mas mantém o fato de que o não-dito é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa, acrescenta-se. De todo modo, sabe-se por aí que, ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam (Orlandi, 2015, p. 80-81).

Na parte *Fio de corte*, Bibiana, filha de Zeca Chapéu Grande, conta como eram as brincadeiras que ela e sua irmã Belonísia, enquanto crianças, experienciavam na Fazenda Água Negra.

Sequência discursiva 5

Andávamos juntas pelo terreiro da casa, colhendo flores e barro, catando pedras de diversos formatos para construir nosso fogão, galhos para fazer nosso jirau e nossos instrumentos de trabalho para arar nossas roças de brinquedo, para repetir os gestos que nossos pais e nossos ancestrais nos haviam legado. Disputávamos espaços, disputávamos sobre o que plantar, sobre o que cozinhar (Vieira Junior, 2019, p. 23).

Nessa SD, verifica-se, nas brincadeiras infantis de Bibiana e Belonísia, a reprodução da dinâmica de trabalho dos pais e avós, como também da comunidade de trabalhadores rurais em que elas estavam inseridas, o que se restringia, unicamente, ao universo das atividades agrícolas. Essa dinâmica revela a naturalização de práticas, de certa forma, normalizadas pelas gerações anteriores. As gerações de Donana e Zeca Chapéu Grande eram tidas como exemplos a serem seguidos, o que significava, para a geração seguinte, ser natural adotar uma conduta de submissão resignada ao sistema de exploração vigente, em que trabalhar de domingo a domingo, sem remuneração financeira, só para ter um lugar para morar, era a regra.

Objetivando compreender esse processo de repetição da dinâmica de trabalho, é viável consultar as reflexões de Pêcheux sobre as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. Para ele,

[...] essas condições contraditórias são constituídas, num dado momento histórico e numa dada formação social, *pelo conjunto complexo de Aparelhos Ideológicos de Estado* contido nessa formação social. Digo conjunto *complexo*, ou seja, um conjunto com relações de contradição – desigualdade – subordinação entre seus “elementos”, e não um simples rol de elementos: de fato, seria absurdo pensar que, numa dada conjuntura, *todos os Aparelhos Ideológicos de Estado* contribuem *igualmente* para a reprodução das relações de produção e para a sua transformação (Pêcheux, 2013, p. 143).

Para reforçar essa interpretação, vale pontuar uma outra passagem do romance que demonstra o quão estreito era o horizonte para os jovens recém-casados que decidessem permanecer em Água Negra. Em tal trecho, Bibiana narra, hipoteticamente, o que aconteceria se ela e Severo, após se casarem, ficassem na fazenda. Basicamente, eles teriam de construir uma casa “com o barro das várzeas, com as forquilhas das matas” (Vieira Junior, 2019, p. 83), assim como todos os outros moradores da fazenda faziam nessas mesmas circunstâncias.

Constata-se, nessa SD, a necessidade de reproduzir, por parte da geração de Bibiana e Severo, o cumprimento às regras impostas para a construção de uma casa no território da fazenda, regras que determinavam a proibição de uso de materiais construtivos duradouros, objetivando evitar a durabilidade do imóvel e, conseqüentemente, qualquer reivindicação posterior de direito sobre o que foi construído e sobre as terras em que houve a construção. Para explicar essa necessidade de reproduzir o comportamento dos ascendentes, tem-se o seguinte conceito de Pêcheux:

[...] a objetividade material da instância ideológica se caracteriza pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo que está no domínio” das formações ideológicas de uma dada formação social, uma estrutura que expressa a contradição reprodução/transformação que constitui a luta de classes (Pêcheux, 2013, p. 146).

Além disso, é possível constatar, sob a ótica dos estudos pecheutianos, que, nos discursos das personagens das duas primeiras gerações, há uma “*superposição* entre o sujeito do discurso e o sujeito universal da formação discursiva” (Indursky, 2008, p. 3). Essa superposição sinaliza “uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD [formação discursiva] que afeta o sujeito do discurso” (Indursky, 2008, p. 3). Isso caracteriza o “discurso do ‘bom-sujeito’ que reflete espontaneamente o Sujeito” (Pêcheux, 1988, p. 215). Dessa forma, essa superposição entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito demonstra a “unicidade imaginária do sujeito” (Pêcheux, 1988, p. 163).

Enfim, na narrativa do *Torto arado*, até este momento, foi possível ver, nos personagens, a tendência à reprodução das ideologias dominantes. No entanto, é interessante perceber, no estágio posterior da trama, o momento em que tais ideologias passam a ser compreendidas, de certa forma, pelos(as) personagens, demandado, assim, novas práticas ideológicas.

3.2 O torto arado que não impede o brotar do incômodo diante das injustiças

O instrumento de transformação da prática política é o discurso como sistema articulado que remete à prática social complexa.

(Michel Pêcheux)

Para compreender o fio de corte na resignação social, diante das questões agrárias, verificada nas gerações de Donana e Zeca Chapéu Grande, cabe analisar o discurso, presente na primeira parte da obra em evidência, narrada pela personagem Bibiana, a qual faz parte da terceira geração de uma família que trabalha na Fazenda Água Negra em troca de moradia. É por meio do discurso dessa personagem que é possível conhecer o entendimento do personagem Severo, primo da narradora e

trabalhador da mesma propriedade, sobre as questões que envolvem a posse e o manuseio da terra:

Sequência discursiva 6

Ele se sentia à vontade para falar sobre seus sonhos, tinha planos de estudar mais e não queria ser empregado para sempre da Fazenda Água Negra. Queria trabalhar nas próprias terras. Queria ter ele mesmo sua fazenda, que, diferente dos donos dali, que não conheciam muita coisa do que tinham, que talvez não soubessem nem cavoucar a terra, muito menos a hora de plantar de acordo com as fases da lua, nem o que poderia nascer em sequeiro e na várzea, ele sabia de muito mais. [...] Ele falava que poderia aliar seu conhecimento da natureza e da lavoura com sua disposição para o trabalho, além do estudo que poderia lhe dar conhecimentos novos para mudar de vida (Vieira Junior, 2019, p. 72).

Nessa SD, destaca-se, em primeira instância, o fato de Severo se sentir confortável para discorrer acerca de suas ambições com a sua prima Bibiana, já que estar à vontade para compartilhar algo tão íntimo com alguém revela que os dois interlocutores, no caso, ocupam a mesma posição-sujeito. Dito isso, vale examinar os anseios apresentados por Severo. Nesse recorte discursivo, ele comunica o desejo de deixar de ser empregado para passar a ser proprietário de uma fazenda, valendo-se do seu conhecimento empírico-pragmático sobre o manejo da terra e da sua disposição para o trabalho, como também da possibilidade de aperfeiçoar tal conhecimento por meio do estudo formal. Para entender Severo como um ser social e político, é importante recorrer aos estudos de Orlandi:

Ser sujeito é [...] assumir uma forma de existência na formação social em que se vive, e isso se dá por ação da ideologia, que nos diz o modo como devemos ser sujeito em um determinado momento histórico. A forma-sujeito decorre da interpelação ideológica, ela é “a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agentes das práticas sociais” (Orlandi, 2010, p. 18).

Analisando a SD, a partir da citação acima, é possível constatar que Severo tem sido interpelado pela ideologia a adotar uma forma de existência que não mais aceita ser apenas um trabalhador agrícola em terras de outrem. Desse modo, observa-se o seu desejo de romper com o ciclo de desigualdade de acesso à terra, do qual a sua

comunidade de trabalhadores rurais afro-brasileiros, ao longo do tempo, tem sido vítima.

Sob a luz dos estudos pecheutianos, pode-se classificar o discurso de Severo, em virtude dessa nova tomada de posição, como um “mau-sujeito”. Isso porque essa modalidade de posicionamento “ocorre quando o sujeito do discurso, através de uma ‘tomada de posição’, se contrapõe à forma-sujeito que organiza os saberes da FD [formação discursiva] com a qual o sujeito do discurso se identifica” (Indursky, 2008, p. 4).

Desse modo, essa modalidade de tomada de posição consiste em “uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)” (Pêcheux, 1988, p. 215). De acordo com Indursky, essa “*contra-identificação* produz tensão, antes de mais nada, *na e sobre a forma-sujeito*” (Indursky, 2008, p. 4). Sendo assim, é a partir dessa tensão que:

[...] ocorre no interior da própria forma-sujeito, que se pode perceber que a pretendida unicidade da forma-sujeito é imaginária. Ou seja: a *contra-identificação* evidencia que a forma-sujeito não é dotada de unicidade e isto permite que diferentes modos de com ela identificar-se e subjetivar-se ocorram (Indursky, 2008, p. 4).

O discurso de Severo despertou em Bibiana algumas reflexões, desencadeando, nela, vontade semelhante de deixar a fazenda.

Sequência discursiva 7

Eu achava tudo aquilo interessante, mas nunca havia parado para pensar por que estávamos ali, o que poderia modificar nessa história, o que dependia de mim mesma ou o que dependeria das circunstâncias. Mas ouvir as coisas que ele falava iluminou meu dia, e quis ouvir mais. Nunca havia conhecido ninguém que me dissesse ser possível uma vida além da fazenda. Achava que ali havia nascido e que ali morreria, como acontecia à maioria das pessoas (Vieira Junior, 2019, p. 72-73).

Nessa SD, Bibiana fica impressionada com o discurso de Severo, pois nunca tinha refletido sobre a possibilidade de viver fora da Fazenda Água Negra, visto que acreditava que, para eles, agricultores rurais, nascer, trabalhar e morrer nessas terras era a única trajetória possível. No entanto, os dizeres de seu primo sinalizaram que os moradores da fazenda poderiam interferir na história pré-determinada para eles pelas

forças dominantes, ou seja, eles poderiam ter uma postura mais ativa na condução do próprio destino. Sendo assim, é possível concluir que a percepção de Bibiana acerca desses males é reflexo da formação ideológica que constitui a sua formação social. Nesse fragmento discursivo, pode-se observar, sob a ótica de Pêcheux, que

[...] a tomada de posição resulta de um retorno do ‘Sujeito’ no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele ‘toma consciência’ e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus ‘semelhantes’ e com o ‘Sujeito’. O ‘desdobramento’ do sujeito – como ‘tomada de consciência’ de seus ‘objetos’ – é uma reduplicação da identificação (Pêcheux, 1988, p. 172).

Por meio desta conceituação, é possível interpretar a SD de Bibiana apresentada acima, já que se verifica, nessa personagem, o desenvolvimento, a partir do discurso de Severo, da percepção de que existem posições de classes em conflito, no caso, trabalhadores rurais *versus* proprietários de terras.

Para aprofundar um pouco mais essa conceituação, cabe analisar o fragmento abaixo. Nesta SD, Bibiana narra um acontecimento que ela e Belonísia, sua irmã, presenciaram na infância.

Sequência discursiva 8

Eu [Bibiana] e Belonísia [irmã de Bibiana] ouvíamos a conversa das filhas de dona Carmeniuzza e dona Tonha [outras moradoras da Fazenda Água Negra]. Elas falavam da visita dos patrões às roças da fazenda. Queriam saber se eles haviam chegado por aqui, se tinham levado as batatas do nosso quintal também. “Mas as batatas do nosso quintal não são deles”, alguém dizia. “eles plantam arroz e cana. Levam batatas, levam feijão e abóbora. Até folhas pra chá levam. E se as batatas colhidas estiverem pequenas fazem a gente cavoucar a terra para levar as maiores” — disse Santa, arregalando os olhos para mostrar sua revolta. “Que usura! Eles já ficam com o dinheiro da colheita do arroz e da cana.” Poderiam muito bem comprar batata e feijão no armazém ou na feira da cidade. Nós é que não conseguíamos comprar nada, a não ser quando vendíamos a massa do buriti e o azeite de dendê, escapulindo dos limites da fazenda sem chamar a atenção. “Mas a terra é deles. A gente que não dê que nos mandam embora. Cospem e mandam a gente sumir antes de secar o cuspo” — alguém disse, num sentimento de deboche e indignação (Vieira Junior, 2019, p. 45).

Nessa SD, é possível constatar que há compreensão, por parte das mulheres adultas da comunidade, de que existe uma luta de classes, no contexto de Água Negra, o que é sinalizado pelo fragmento: “Mas as batatas do *nosso* quintal não são *deles*”, pois se percebe, nesse trecho, que existe um “*nós*” (moradores da fazenda) em conflito com um “*eles*” (proprietários das terras), tendo em vista a apropriação indevida de alimentos.

Já, no trecho “Eles já ficam com o dinheiro da colheita do arroz e da cana”, há a compreensão de que os donos da fazenda são os únicos beneficiados financeiramente com a força de trabalho dos agricultores rurais da região. Logo, eles teriam condições de comprar, nos armazéns dos centros urbanos, os insumos alimentícios sem precisar usurpar os que são produzidos para a subsistência das famílias de seus trabalhadores.

Outrossim, com a frase “Mas a terra é deles. A gente que não dê que nos mandam embora”, constatam-se a reiteração do conflito entre o “*eles*” (os fazendeiros) e o “*a gente*” (trabalhadores rurais). Além disso, vê-se a compreensão de que o direito de propriedade se restringe àqueles, os quais têm o poder de decidir até quando estes podem ficar sobre aquelas terras.

Nessa SD, verifica-se a indignação das mulheres adultas acerca do confisco dos alimentos que eram plantados, exclusivamente, para a subsistência de suas famílias. Essa revolta se explica pela violação do acordo estipulado, em que os patrões ficariam com os alimentos e os lucros das plantações em larga escala, enquanto os trabalhadores rurais ficariam com os insumos dos pequenos plantios em seus terreiros. Por mais que Bibiana e Belonísia fossem crianças nesse episódio, os discursos pelas quais as mulheres demonstraram o sentimento de revolta diante de tal injustiça chegaram até essas meninas e, sobretudo, passaram, mesmo inconscientemente, a constituí-las, tanto que, quando adultas, elas reproduzem tais dizeres.

Analisando essa SD de Bibiana, por meio das reflexões de Dela-Silva *et al*, é possível concluir que

[...] é insatisfatório compreendermos que, diferentemente da noção de falante, como aquele que usa a língua livremente, conforme nos diz Saussure, na teoria do discurso consideramos o sujeito em sua incompletude: um sujeito que pensa que diz o que quer e que é a origem do dizer, mas que se engana porque os sentidos já estão em circulação mesmo antes de sua existência. O que quer dizer que, ao falarmos, partimos de um processo de identificação com os dizeres já em curso (Dela-Silva *et al*, 2022, p. 28).

Sendo assim, é possível pontuar que Bibiana, por mais que acredite ser a fonte originária do seu dizer, não o é, uma vez que tais discursos já estavam circulando na

sociedade antes mesmo de sua existência. Esse discurso de Bibiana se constitui a partir de uma memória discursiva, pois

A memória [...] tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (Orlandi, 2015, p. 29).

Na segunda parte do romance *Torto arado*, intitulado com o mesmo nome da obra, tem-se a personagem Belonísia, já adulta, como narradora. A personagem nasceu e sempre viveu na Fazenda Água Negra, ao contrário de sua irmã Bibiana, que, no fim da adolescência, deixou a fazenda junto com Severo, seu companheiro. Na SD abaixo, verifica-se o desânimo de Belonísia, que nunca esteve fora daquelas terras, acerca das condições de vida e trabalho a que os trabalhadores da fazenda estavam submetidos:

Sequência discursiva 9

Se esvaía toda a coragem de que tentei me investir para viver naquela terra hostil de sol perene e chuva eventual, de maus-tratos, onde gente morria sem assistência, onde vivíamos como gado, trabalhando sem ter nada em troca, nem mesmo o descanso, e as únicas coisas a que tínhamos direito era morar lá até quando os senhores quisessem e a cova que nos esperava fosse na Viração [cemitério da região rural], caso não deixássemos Água Negra (Vieira Junior, 2019, p. 127-128).

Nessa SD, chama a atenção o fato de que Belonísia percebe, em virtude dos períodos prolongados de estiagem, das violências sofridas e a falta de amparo social, que a vida nas terras de Água Negra pode ser comparada à existência de um animal irracional, no caso, o animal bovino. Essa analogia com o “gado” pode sinalizar a alienação de parte dos moradores da fazenda acerca das condições degradantes em que eles viviam naquela fazenda, o que remete ao discurso da canção *Admirável gado novo* (1979), do compositor Zé Ramalho, que sintetiza e atualiza, no contexto das mazelas brasileiras do fim da década 1970, o discurso do romance distópico *Admirável mundo novo* (2014), do escritor Aldous Huxley, acerca das formas autoritárias de promoção de um pensamento alienante em uma comunidade disfuncional.

Além disso, nesse fragmento, Belonísia conclui que, caso os trabalhadores conseguissem permanecer na fazenda, eles teriam apenas dois direitos: viver nas terras enquanto fosse do interesse dos patrões e, após a morte, ser sepultado no cemitério da Viração. Este direito a uma cova nas terras de Água Negra remonta ao mesmo direito dos Severinos de João Cabral de Melo Neto, em *Morte e vida severina* (2016), já que eles, na condição de retirantes, só tinham o direito a ter uma cova rasa “com palmos medida”, diferentemente do direito dos latifundiários.

Examinando esse dizer de Belonísia, vê-se a influência de sua formação ideológica na constatação de que, na realidade, em vida, o trabalhador não teria, de fato, nenhum direito garantido. Recorrendo ao conceito de ideologia de Althusser, é possível compreender a constituição do discurso de Belonísia, pois a ideologia, segundo esse teórico, “representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (Althusser, 1985, p. 77).

Ainda, nessa linha de pensamento, é possível conferir, na SD abaixo, os efeitos da ideologia sobre a forma que Belonísia enxerga o mundo à sua volta:

Sequência discursiva 10

Éramos preparadas desde cedo para gerar novos trabalhadores para os senhores, fosse para as nossas terras de morada ou qualquer outro lugar onde precisassem (Vieira Junior, 2019, p. 129).

Nesse enunciado, percebe-se o entendimento de Belonísia de que as mulheres pretas da fazenda eram criadas, desde meninas, para cumprirem a função de gerar *trabalhadores rurais* para atender às demandas de Água Negra ou de propriedades agrícolas vizinhas. Ou seja, na lógica escravagista, elas eram tidas como *fornecedoras* de mão de obra que não precisaria ser remunerada, o que beneficiava, exclusivamente, os donos das terras. Desse modo, pode-se concluir que

[...] a ligação contraditória entre a reprodução e a transformação das relações de produção articula-se no nível ideológico, na medida em que não são os “objetos” ideológicos, tomados um a um, mas a própria divisão em regiões (Deus, Ética, Lei, Justiça, Família, Saber etc) e as relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões que constituem o que está em jogo na *luta ideológica de classes* (Pêcheux, 2013, p. 145).

Sendo assim, é possível sinalizar que, no contexto narrado por Belonísia, a mulher preta, em situação análoga à escravidão, tinha o papel de “produzir” novos trabalhadores para as fazendas, o que corrobora o discurso de Davis (2016) acerca desse tema, visto que, de acordo com seus estudos,

[...] as mulheres negras passaram a ser [...] avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze filhos ou mais era cobiçada como um verdadeiro tesouro. Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras (Davis, 2016, p. 19).

Nessa perspectiva, é importante frisar, consoante Davis (2016), que a exaltação ideológica da maternidade — tão popular no século XIX — não era algo que se estendia às escravas, haja vista que,

aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” — animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (Davis, 2016, p. 19).

Outra percepção de Belonísia que merece atenção é o fato de que a escola em que estudou na Fazenda Água Negra reproduzia um pensamento colonial, gerando o seu desinteresse pelos conteúdos ensinados pela professora dona Lourdes.

Sequência discursiva 11

Não me interessava por suas aulas em que contava a história do Brasil, em que falava da mistura entre índios, negros e brancos, de como éramos felizes, de como o nosso país era abençoado. Não aprendi uma linha do Hino Nacional [...]. Muitas crianças também não aprenderam, pude perceber, estavam com a cabeça na comida ou na diversão que estavam perdendo na beira do rio, para ouvir aquelas histórias fantasiosas e enfadonhas sobre os heróis bandeirantes, depois os militares, as heranças portuguesas e outros assuntos que não nos diziam muita coisa (Vieira Junior, 2019, p. 97).

A visão, transmitida nas aulas de dona Lourdes, de que a relação entre brancos e pretos, brancos e indígenas, era pacífica, ou seja, de que havia uma democracia racial⁴ no país, não encontrava respaldo na realidade brasileira. Para Belonísia, bastava se lembrar das histórias de seus ancestrais acerca das violências sofridas pela elite branca ao longo do tempo. Além disso, a dinâmica atual de poder estabelecida na Fazenda Água Negra negava também essa concepção romantizada, uma vez que, nesse espaço, pretos eram explorados por brancos.

Nas aulas da dona Lourdes, a herança cultural portuguesa era celebrada. Bandeirantes e militares, exaltados. Sob a ótica de Freire, trata-se de “Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram” (Freire, 2019, p. 79-80). Além disso, a palavra, nesses casos, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca (Freire, 2019). Enfim, não havia espaço, nos discursos da professora Lourdes, para o protagonismo de heróis pretos e indígenas. Esse silenciamento pode ser explicado a partir dos estudos da Orlandi, tendo em vista

[...] a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o anti-implícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar um trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, de uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim todos os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer (Orlandi, 2007, p. 73-74).

Com essa política do silenciamento, há o entendimento de que alguns sentidos são censurados, seja para o sujeito de uma formação discursiva, seja para toda uma comunidade em algum local historicamente determinado. Nesse contexto, tem-se, de acordo com Orlandi, o silêncio constitutivo, o qual pertence à ordem da produção de sentido, cujo efeito instaura o anti-implícito.

Com isso, voltando à compreensão da Belonísia acerca das aulas da dona Lourdes, ela não sabia por qual razão deveria estar ali, naquela sala. Lá, ela ficou sem saber de onde vieram seus ancestrais, pois, nos enunciados da professora, “só havia histórias de soldado, professor, médico e juiz” (Viera Junior, 2019, p. 99), ou seja, só havia histórias de homens brancos. De acordo com Indursky, esse tipo de procedimento

[...] busca calcar à força na memória social determinados sentidos que remetem a uma determinada posição-sujeito pelo regime de repetição e, ao

⁴ Na obra *Casa Grande & Senzala* (1933), o sociólogo Gilberto Freyre discorre acerca das particularidades do povo brasileiro, tendo em vista o processo de miscigenação entre brancos, negros e indígenas, sinalizando, sobretudo, haver no país, em virtude da convivência pacífica entre esses grupos, uma democracia racial.

mesmo tempo, este mesmo procedimento silencia posições diferentes e/ou divergentes, recalcando-as em uma zona do interdiscurso que [ela chama] de *dobradura da memória* (Indursky, 2015, p. 4).

Pelo regime de repetição, ao cristalizarem sua versão dos fatos, há a produção de um *efeito-verdade* que, devido à repetibilidade, funciona como um *efeito de memória* não apenas para a instituição de ensino, como para os alunos, pois faz ressoar informações, almejando, com isso, instaurar o esquecimento de outras versões, outras posições. Esse processo de produção de informações tende a configurar um sentido único para todos, desencadeando um efeito de consenso que conduz para a conformação social (Indursky, 2015). Indursky pensa a *memória social*

como um conjunto de saberes regulados por Aparelhos Ideológicos de Estado, filtrados e discursivizados por práticas inscritas em Formações Discursivas. Tais saberes apontam para o que o *corpo social* imaginariamente retém tanto de um passado remoto quanto de um passado mais recente. No entanto, o sujeito do discurso, em suas práticas discursivas, não a domina plenamente e a mobiliza pelo viés de uma *memória fluída* (Indursky, no prelo), que é atravessada pelo inconsciente e marcada pela vagueza e mesmo pelo equívoco e pelo desconhecimento (Indursky, 2015, p. 1, nota 2).

Ademais, é importante compreender a escola como um Aparelho Ideológico de Estado (AIE), já que

[...] a Escola ensina também as “regras” dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras da ordem estabelecida pela dominação de classe (Althusser, 1985, p. 21).

Nesse sentido, verifica-se que as aulas de dona Lourdes se configuravam, perfeitamente, como um aparato ideológico de Estado, tendo por objetivo a promoção da resignação dos moradores de Água Negra perante os valores das classes sociais hegemônicas, naturalizando, desse modo, a submissão à precarização do trabalho. Em suma, cabe inferir que

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. [...] Como elemento de mediação necessária entre o homem e a realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais (Brandão, 2012, p. 11).

De acordo com Bernardino-Costa *et al*, “a colonialidade do ser envolve a introdução da lógica colonial nas concepções e na experiência de tempo e espaço, bem como na subjetividade” (Bernardino-Costa *et al*, 2018, p. 25). Além disso, a colonialidade do ser abrange a colonialidade da visão e dos outros sentidos que se caracterizam como meios pelos quais os sujeitos têm um senso de si e do mundo. Nesse contexto, “uma exploração da colonialidade do ser [...] requer uma averiguação da colonialidade do tempo e espaço, bem como da subjetividade, incluindo a colonialidade do ver, do sentir e do experienciar” (Bernardino-Costa *et al*, 2018, p. 25-26). Portanto, percebe-se que as aulas da dona Lourdes tinham por objetivo colonizar a subjetividade de seus alunos, tanto em relação ao tempo, quanto ao espaço em que eles estavam inseridos.

Como consequência dessa colonização da subjetividade dos alunos, os quais, “de tanto ouvirem [...] que são incapazes, que não sabem de nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isso, terminam por se convencer de sua ‘incapacidade’” (Freire, 2019, p. 69). Desse modo, os alunos passam a acreditar que não sabem de nada, e apenas os colonizadores ou seus representantes é quem sabem e, portanto, são eles que devem ser ouvidos e respeitados.

Por outro lado, vale ressaltar que, por mais que Zeca Chapéu Grande demonstrasse certa resignação perante o contexto em que eles viviam em Água Negra, ele acreditava que o acesso à educação poderia permitir um futuro melhor para os seus descendentes, como também para os filhos dos demais trabalhadores rurais da região. Tendo isso em vista, ele lutou, de início, para que viessem professores da cidade para lecionar na fazenda e, posteriormente, para que fosse construída uma escola nas terras do povoado.

Embora, na narrativa, não tenham ficado explícitos os motivos pelos quais a família Peixoto cedeu as terras da fazenda para a construção de uma escola, nem as razões que fizeram a Prefeitura financiar o material construtivo, sabe-se que as instituições oficiais de ensino se configuram como Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), os quais exercem influência sobre a forma de pensar dos indivíduos. Ou seja:

[...] a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam “saberes práticos” mas em moldes que asseguram a *sujeição à ideologia dominante* ou o manejo da “prática” desta. Todos os agentes de produção, da exploração e da repressão, não falando dos “profissionais da ideologia” (Marx) devem estar de uma maneira ou de outra “penetrados” desta ideologia, para desempenharem “conscienciosamente” a sua tarefa — quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os

quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus “funcionários”), etc... (Althusser, 1985, p. 22).

A política de silenciamento, registrada na SD acima, se revela como um dos mecanismos utilizados pelos AIEs para fazer com que os indivíduos fiquem assujeitados à ideologia hegemônica. Logo, no contexto da narrativa, cristalizar, por meio da escola, a concepção de que a relação entre brancos e pretos acontece de modo harmônico tende a viabilizar a manutenção dos papéis desempenhados por esses grupos, em que estes devem continuar se submetendo à exploração da sua força de trabalho, enquanto aqueles podem continuar explorando a mão de obra dos grupos marginalizados.

Segundo Castro-Gómez (2005), em seus estudos sobre o pensamento colonial, para se influenciar a formação de “um tipo desejável de subjetividade moderna”, a pedagogia adotada pelas instituições de ensino se mostra como grande artífice de tal materialização, pois

A escola transforma-se num espaço de internamento onde se forma esse tipo de sujeito que os “ideais reguladores” da constituição estavam reclamando. O que se busca é introjetar uma disciplina na mente e no corpo que capacite a pessoa a ser “útil à pátria”. O comportamento da criança deverá ser regulamentado e vigiado, submetido à aquisição de conhecimentos, capacidades, hábitos, valores, modelos culturais e estilos de vida que lhe permitam assumir o papel “produtivo” na sociedade (Castro-Gómez, 2005, p. 82)

Na sequência da narração de Belonísia, constata-se o retorno à fazenda de Severo e Bibiana, após longo período. A partir daí, verifica-se o conflito entre os integrantes de gerações diferentes da mesma família de trabalhadores sobre como eles veem as condições de trabalho nas terras de Água Negra. Para o pai de Bibiana e Belonísia, o Zeca Chapéu Grande, integrante da segunda geração, não era correto criticar os proprietários da fazenda, pois eles os acolheram em um momento difícil. No entanto, Severo não compartilhava do mesmo pensamento do sogro, tanto que

Sequência discursiva 12

Falava com dureza sobre nossas condições de vida na fazenda, a ponto de deixar meu pai embaraçado. Zeca nos fez saber, em muitas oportunidades, que falar mal de quem havia nos acolhido e permitido que morássemos e dali vivêssemos era ingratidão. Mas se poupou em não rebater os argumentos de Severo, talvez pela ocasião [...] (Vieira Junior, 2019, p. 131).

Nessa SD, verifica-se que Severo apresenta uma concepção negativa acerca das condições de existência dos trabalhadores da Fazenda Água Negra. Ao se tratar desse grupo social, é possível verificar uma formação discursiva (FD) bastante heterogênea, já que ela abrange, em seu interior, diferentes posições-sujeito. Logo, é válido sinalizar que, em virtude de tais diferenças de posicionamentos, a forma-sujeito *trabalhadores rurais sem acesso à terra* se revela fragmentada, o que se materializa pela formação discursiva com as quais eles se identificam. Ou seja, “mesmo entre sujeitos inscritos em uma mesma FD, é impossível controlar a instauração da resistência ao saber hegemônico” (Indursky, 2021, p. 102), no caso específico, ao saber predominante dos trabalhadores rurais. Logo, a contradição se instala no âmbito dessa formação discursiva. Para entender o dissenso em uma FD heterogênea, vale pontuar as reflexões de Rancière:

[...] o dissenso põe em jogo, ao mesmo tempo, a evidência do que é percebido, pensável e factível e a divisão daqueles que são capazes de perceber, pensar e modificar as coordenadas do mundo comum. É nisso que consiste o processo de subjetivação política (Rancière, 2012, p. 49).

A fragmentação da forma-sujeito *trabalhadores rurais* indica que “o ritual de interpelação do sujeito não é capaz de imobilizar os sujeitos, nem de engessar os sentidos” (Indursky, 2021, p. 105). Os sujeitos podem se inscrever em uma posição-sujeito de modo pleno e se contraidentificar, “recuando, questionando para, novamente se identificarem, reinscrevendo-se em outra posição-sujeito diversa, sem romper com a formação discursiva” (Indursky, 2021, p. 105) *trabalhadores rurais sem acesso à terra*.

Em decorrência dessa fragmentação no interior da forma-sujeito em questão, os sentidos deslizam fortemente em seu núcleo. Com isso, tal fragmentação demonstra que a formação discursiva *trabalhadores rurais desprovido de terras* “não se constitui como um bloco monolítico de sentidos, e que, portanto, não há um único modo de pensar a luta pela terra, de identificar-se ideologicamente com a causa sem-terra” (Indursky, 2021, p. 106). Essa compreensão pode ser comprovada em Pêcheux, pois, para ele,

Os objetos [...] são sempre conjunturalmente determinados enquanto objetos ideológicos; nem universais históricos, nem puros efeitos ideológicos de classe, esses objetos teriam a propriedade de ser ao mesmo tempo idênticos a eles mesmos e diferentes deles mesmos, isto é, de existir como uma unidade dividida (Pêcheux, 2011, p. 157).

As evidências que fizeram Severo materializar o discurso de resistência acima são oriundas da forma como ele interage com a ideologia, como se pode comprovar à luz das reflexões de Pêcheux:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (Pêcheux, 1975 [2014^a, p. 146], grifos do autor).

Sob o viés desta citação, constata-se que Severo, por meio de um processo comparativo, percebeu que as condições de vida dos trabalhadores rurais na Fazenda Água Negra não eram as mesmas condições de existência dos donos da terra. Enquanto aqueles tinham uma vida repleta de dificuldades, estes gozavam de muitos prazeres.

Na narração de Belonísia, sabe-se que Severo, além de trabalhar na lavoura, passou a ter contato com o sindicato dos trabalhadores rurais, o que intensificou e instrumentalizou o seu desejo de lutar por melhores condições de trabalho para todos aqueles que vinham sendo explorados, ao longo do tempo, nas fazendas agrícolas da região.

O movimento de Severo de sair de Água Negra em busca de melhores condições de existência, posteriormente, o seu envolvimento com o sindicalismo, remonta ao que acontece no *Mito da caverna*, presente no livro *A república* (2019), de Platão. Nessa alegoria, imagina-se a existência de uma caverna, onde alguns prisioneiros se encontram, desde a infância, amarrados a uma parede. Nesse contexto, os prisioneiros conseguem ver somente as sombras que são projetadas na parede situada à frente. Essas sombras são geradas por uma fogueira, colocada em cima de um tapume, que fica na parte de trás da parede em que os homens estão presos. Diante dessa fogueira, outros homens fazem gestos e passam objetos, formando sombras que, de modo distorcido, são todo o conhecimento que os prisioneiros têm acesso. Dessa forma, a parede da caverna, as sombras e os ecos dos sons produzidos pelas pessoas atrás do tapume configuram o mundo restrito dos prisioneiros.

Esse processo de alienação de tais prisioneiros pode ser associado ao contexto pelo qual os trabalhadores rurais da Fazenda Água Negra eram condicionados a se submeter aos mandos e desmandos dos proprietários da terra, acreditando que viver em um mundo sem direitos legais era a única “realidade” possível.

Em um determinado momento da alegoria platônica, um dos prisioneiros consegue se libertar. Andando pela caverna, ele percebe que havia pessoas e uma fogueira projetando as sombras que ele julgava ser o mundo em sua plenitude. Depois de encontrar a saída, ele se assusta ao conhecer o exterior da caverna. Em um primeiro momento, ele se sente desconfortável com a luz solar ofuscando a sua visão. À medida que sua visão vai se acostumando com a luz, ele passa a perceber a infinidade de elementos que há fora da caverna. Logo, ele compreende que aquelas sombras, que eram tidas como a realidade, na verdade, são simulacros imperfeitos de parte do que existe, de fato, no mundo.

Nessa perspectiva, esse homem tem um dilema: retornar para a caverna e libertar os seus companheiros ou viver a sua liberdade. Vale salientar que uma possível consequência da primeira possibilidade seria a resistência das pessoas acorrentadas em virtude da descrença no mundo recém-descoberto.

Ao sair de Água Negra e se envolver com o sindicato dos trabalhadores rurais, Severo passou a conhecer o mundo em sua plenitude, deixando, com isso, de acreditar nas manipulações que faziam o seu povo aceitar trabalhar, de domingo a domingo, em troca apenas de um lugar para se morar. Sendo assim, em vez de continuar a viver longe da fazenda, ele preferiu voltar para libertar os seus companheiros da “caverna” do trabalho análogo à escravidão e da desigualdade de acesso à terra.

Vale destacar que, quando Severo e Bibiana deixaram a fazenda há alguns anos, o projeto inicial deles era, se tudo desse certo, voltar apenas para buscar os demais familiares, pois, para eles, “aquela fazenda sempre teria donos” (Vieira Junior, 2019, p. 79). Além disso, eles seriam sempre meros trabalhadores, sem qualquer direito sobre aquela propriedade. Logo, segundo Bibiana, não era justo ver seu pai e sua mãe envelhecendo, “trabalhando de sol a sol, sem descanso e sem qualquer garantia de conforto em sua velhice” (Vieira Junior, 2019, p. 79).

No entanto, Severo e Bibiana retornaram à Água Negra. Assim como na alegoria platônica, houve resistência ao discurso de Severo sobre o mundo recém-descoberto por ele. Porém, houve também quem passou a refletir sobre as suas palavras e a concordar com elas. Neste sentido, temos Belonísia, sua cunhada.

Sequência discursiva 13

Percebi que havia algo vigoroso e decisivo nas suas enunciações sobre o trabalho, sobre a relação de servidão em que nos encontrávamos. Guardei o que pude de suas palavras para tentar decifrar as mensagens novas que trazia, transferindo sua vivência em outras terras para a nossa própria história, para que algo passasse a fazer sentido para nós (Vieira Junior, 2019, p. 131-132).

Nesse trecho, é possível notar que, em Belonísia, por influência de Severo, começa a acontecer um processo de contraidentificação em relação à forma-sujeito em que ela estava inscrita, pois, na formação discursiva trabalhadores rurais sem acesso à terra, é natural que “surjam vozes diferentes, discordantes, divergentes, responsáveis pela construção do saber heterogêneo dessa formação discursiva” (Indursky, 2021, p. 111). Logo, segundo Pêcheux,

[...] a ideologia [...] não desaparece; ao contrário, ela funciona de certo modo às avessas, isto é, sobre e contra si mesma, através do “desarranjo-rearranjo” do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo) (Pêcheux, 1988, p. 227-218).

Outro personagem também que passou a questionar a realidade a sua volta, a partir do discurso de Severo, foi o Zezé, irmão mais novo de Bibiana e Belonísia. Em uma determinada sequência discursiva, o personagem Zezé pergunta ao pai, Zeca Chapéu Grande, “Por que não éramos donos daquela terra, se lá havíamos nascido e trabalhado desde sempre. Por que a família Peixoto, que não morava na fazenda, era dita dona.” (Vieira Junior, 2019, p. 185). Diante dessas indagações, Zeca Chapéu Grande responde: “Trabalhe mais e pense menos. Seu olho não deve crescer para o que não é seu.” (Vieira Junior, 2019, p. 185). É possível recorrer aos estudos de Orlandi para entender essa divergência de posição entre os personagens, pois

[...] podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (Orlandi, 2001, p. 43).

Levando em consideração as reflexões acima, é possível concluir que o sentido do que é ser *dono da terra* se revela diferente para Zezé e para Zeca Chapéu Grande, em virtude das posições ideológicas distintas que eles ocupam. Para aquele, ser *dono da*

terra, é necessário nascer, morar e trabalhar nela. Já o Zeca não concorda com essa visão e defende que não se deve desejar aquilo que não é seu por direito.

Por meio do discurso de Belonísia, é possível saber o que acontecia com os trabalhadores rurais quando eles envelheciam, o que revela, mais uma vez, a implementação de uma política do esquecimento.

Sequência discursiva 14

Meu pai estava envelhecendo, se encurvando com o tempo, os cabelos ficando brancos de forma lenta, mas ainda trabalhava de domingo a domingo. Não falava em parar. Ele e outros trabalhadores pioneiros que chegaram nos primeiros anos a Água Negra estavam se aposentando. Foram orientados pelo próprio Sutério a requerer o benefício — ele mesmo sem registro de trabalho, confessou —, o que era de muita ajuda e mudava em parte a situação dos moradores. Passaram cópia do documento do imposto da terra de mão em mão para que os mais velhos pudessem ter o que nunca tiveram, como se todo tempo de espera e trabalho tivesse sido para este momento derradeiro, quando iriam receber seus parques recursos no banco da cidade. Era como se, passado tanto tempo trabalhando sem qualquer remuneração, agora entendessem que tinham direito a receber um ordenado todo mês (Vieira Junior, 2019, p. 154-155).

Na SD acima, é possível perceber a implementação da política do esquecimento, por meio da qual se tenta apagar anos e anos de exploração de mão de obra não remunerada, ao permitir, via instâncias jurídicas, que os trabalhadores já envelhecidos tivessem a possibilidade de se aposentar legalmente, reconhecendo, de modo indireto, que esses agricultores sempre tiveram o direito a um salário mensal. No entanto, observa-se que a oferta desse benefício, em uma fase da vida, em que esses trabalhadores não mais conseguem produzir se revela como algo providencial para os patrões, pois a instituição dessa aposentadoria os protege de qualquer cobrança de ter de assegurar a velhice de tais trabalhadores. Ademais, isso possibilitava que os patrões se colocassem como benfeitores por estarem, em ótica própria, concedendo uma regalia, ou seja, algo não obrigatório. Na narrativa, essa migalha no fim da vida era uma forma de silenciar o discurso de Severo, que vinha ecoando na comunidade de Água Negra, em prol do direito a um trabalho remunerado para todos.

Vale ressaltar, ainda, que, na SD acima, Sutério, que era o gerente da fazenda, também trabalhava de modo informal, quer dizer, sem vínculo empregatício oficial. No entanto, diferentemente dos demais trabalhadores da propriedade, ele tinha direito a um salário. Contudo, quando ele deixou de ser útil para os fazendeiros, quando envelheceu, também teve de recorrer à aposentadoria. Logo, cabe lembrar que ele não recebeu as verbas indenizatórias pelos muitos anos de trabalho na fazenda. Sendo assim, a concessão do direito de Sutério de se aposentar se mostra como uma maneira de apagar os seus direitos trabalhistas. Enfim, sob a ótica de Althusser (1985), Sutério pode ser visto como um auxiliar da exploração da mão de obra que acontecia em Água Negra, isto é, ele era apenas mais uma engrenagem do sistema. Engrenagem essa que pode ser facilmente descartada ou trocada.

3.3 O rio de sangue da revolta pelo direito à terra

Se o ar não se movimenta, não tem vento,
se a gente não se movimenta, não tem vida.

(Itamar Vieira Junior)

Depois de constatar o movimento de entendimento acerca das injustiças sociais relacionadas à precarização do trabalho e às questões fundiárias, no funcionamento discursivo dos(as) personagens do romance *Torto arado*, é importante examinar os desdobramentos desse movimento, os quais não ficam restritos ao campo da crítica ao sistema vigente, passando, então, para ações efetivas que objetivam alterar a ordem política e social cristalizada ao longo da história.

De acordo com a narração de Belonísia, a fazenda foi vendida poucos meses depois da morte de seu pai, Zeca Chapéu Grande, pois os “herdeiros da família Peixoto envelheceram, e os seus filhos e netos não queriam continuar com a propriedade Água Negra” (Vieira Junior, 2019, p. 176), uma vez que ela já não gerava lucros significativos como em épocas anteriores. Diferentemente dos mais velhos, os herdeiros mais jovens não conheciam os trabalhadores da fazenda, porém, sabiam que estes se caracterizavam como um problema no processo de troca de titularidade do imóvel. Mesmo assim, segundo a narradora, “foi com as casas de barro e nossos corpos como mobília que venderam a terra a um casal com dois filhos” (Vieira Junior, 2019, p. 176).

De acordo com Santa Rita Pescadeira, o novo proprietário da fazenda, o Salomão, tentou incutir, nos moradores de Água Negra, a ideia de que, uma vez que ele “tinha cor de areia e ferrugem como a que se vê na beira do rio Santo Antônio” (Vieira Junior, 2019, p. 210), ele “não tinha nada contra ninguém, que ele mesmo tinha antepassados negros, dos quais se dizia orgulhoso” (Vieira Junior, 2019, p. 210). Muitas vezes, ele usou a sua cor de pele para estabelecer um vínculo de confiança com os trabalhadores afro-brasileiros de sua propriedade. Para entender a posição-sujeito de Salomão, vale lembrar as reflexões de Orlandi (2015, p. 47): “o sujeito discursivo é pensado como ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz (Foucault, 1969); é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz”.

Assim que assumiu a fazenda, Salomão passou a implementar algumas mudanças na dinâmica da propriedade. Uma delas foi a proibição de uso do cemitério da Viração, que ficava nas terras de Água Negra.

Sequência discursiva 15

Agora o novo dono, que construiu uma casa bonita e vistosa para morar na beira dos marimbus, mandou um novo gerente, depois de Sutério se aposentar, dizer que não poderíamos mais sepultar ninguém na Viração. Que era crime contra as matas. Contra a natureza. Que o cemitério estava próximo ao leito do rio. Que na cidade tinha cemitério e que a prefeitura garantia o transporte do morto para lá (Vieira Junior, 2019, p. 179).

Nessa SD, vê-se o uso de um discurso científico higienista para proibir sepultamentos em um local, o que, segundo o novo dono da fazenda, atenta contra os protocolos de proteção ambiental. No entanto, no momento de construir a sua casa na fazenda, Salomão não se lembrou do ordenamento jurídico que protege o ecossistema, tanto que “Derrubaram pés de buritis e dendês que frutificavam num terreno pantanoso, onde começavam os marimbus. Drenaram parte da água, levantaram uma casa de madeira e vidro” (Vieira Junior, 2019, p. 211-212). Nessa perspectiva, pode-se concluir que “uma ideologia é não idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários” (Pêcheux, 1980, p. 192).

Isso demonstra que o discurso científico higienista para validar ou desvalidar algo pode ser utilizado a depender dos interesses de quem o profere. O interesse de Salomão nunca foi o de preservar a natureza de Água Negra, tanto que “Ele almejava se tornar um grande produtor de café, sem saber se era possível o cultivo naquela terra. Depois quis criar porcos. Por último, quis fazer de Água Negra um santuário ecológico” (Vieira Junior, 2019, p. 211). Vê-se, assim, que seu interesse inicial sempre foi o uso do espaço para produzir alimentos, com a finalidade de obter lucros. Não tendo sucesso em tal empreitada, por não conhecer a terra em que passou a trabalhar, rendeu-se ao discurso da proteção ambiental, prevendo ter com ele algum benefício financeiro. Nesse contexto, percebem-se os efeitos da ideologia, pois “trata-se de pensar a contradição de dois mundos em um só” (Pêcheux, 1980, p. 195).

Diante da interdição de uso do cemitério da Viração, que existia a mais de duzentos anos, houve, na comunidade, uma divergência de opinião de ordem geracional. “Os mais jovens não viram muita diferença em enterrar os mortos na cidade ou na Viração. Mas para os mais velhos aquela interdição era uma ofensa” (Vieira Junior, 2019, p. 179).

Esse desapego dos jovens da quarta geração pode ser explicado a partir das condições de produção desses indivíduos, já que essas condições constituem a instância verbal de produção do discurso, tendo em vista “o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do diferente” (Brandão, 2012, p. 105). Sendo assim, é possível interpretar, sob o prisma das condições de produção, que tais jovens não queriam mais permanecer em Água Negra, pois viam que a vida, fora da fazenda, poderia ser bem menos sofrida. Para eles, a zona urbana tinha mais oportunidades a oferecer para que houvesse uma mudança positiva na vida deles.

Além disso, a relação deles com a terra parecia não ser tão forte, diferentemente do que se observava nas gerações anteriores. Afinal, desde o nascimento até a morte, os primeiros moradores da fazenda estavam ligados a ela. Logo, para os mais idosos, segundo Belonísia, “Aquela mensagem [de interdição do cemitério] dizia muito mais sobre nossas vidas do que sobre a morte em si. Se não pudéssemos deitar nossos mortos na Viração era porque, em breve, também não poderíamos estar sobre a mesma terra” (Vieira Junior, 2019, p. 180).

A importância de serem enterrados nas terras de Água Negra, dada pelos moradores mais velhos da fazenda, remonta ao cenário de fundação da Macondo do

Gabriel García Márquez, pois, para que a família Buendía e seu povo deixassem de ser nômades e passassem a criar raízes em um lugar, a personagem Úrsula, da primeira geração, ao ouvir de seu marido, José Arcádio Buendía, que “a gente não é de lugar nenhum enquanto não tem um morto debaixo da terra deste lugar” (García Márquez, 2011, p. 55), se impõe, dizendo: “[..] se for preciso que eu morra para que vocês fiquem aqui, então eu morro” (García Márquez, 2011, p. 55). E assim, tem-se a fundação da mágica Macondo, ou seja, o cenário fixo para o “cem anos de solidão” da família Buendía.

Os moradores da fazenda, por mais que vivessem lá há mais tempo do que o novo fazendeiro, passaram a se sentir como inquilinos. Eles se sentiam como se devessem favores por estar naquela terra. Sendo assim, é possível concluir, sob a ótica de Dela-Silva *et al* (2022), que:

As diversas posições ideológicas se relacionam às diferentes formações ideológicas existentes em um dado momento sócio-histórico, em uma formação social, estando relacionadas a uma determinada conjuntura social e histórica, que, por sua vez, estabelece diferentes lugares de dizer, diferentes posições discursivas (Dela-Silva *et al*, 2022, p. 73).

O novo dono da fazenda, Salomão, assim que tomou posse da propriedade, resolveu construir uma casa, para que ele e sua família pudessem viver em Água Negra de modo mais confortável, valendo-se, para tanto, de materiais de construção duradouros, como madeira e vidro. Por comparação, isso foi “o suficiente para Severo lembrar que havia muito existia uma demanda por melhoria das casas de barro dos moradores” (Vieira Junior, 2019, p. 212). Estas casas eram precárias, “que poderiam ruir ou ser fonte de doenças” (Vieira Junior, 2019, p. 212). Logo, em sua concepção de mundo, Severo defendia a necessidade de os moradores construírem casas com materiais tão duradouros quanto os usados por Salomão. Contudo, “uns concordavam, outros não. Diziam que se a terra era do dono, ele é que poderia dizer o que poderia ser feito. Sempre havia sido assim. Não havia motivos para mudar agora. Outros estavam cientes de seus direitos” (Vieira Junior, 2019, p. 212).

Sequência discursiva 16

Muitos [moradores da fazenda Água Negra] nunca estiveram conformados com os interditos, mas durante muito tempo foi necessário permanecer quieto e submisso para garantir a sobrevivência. Agora falam em direito dos pretos, dos descendentes de

escravos que viveram errantes de um lugar para o outro. Falam muito sobre isso. Que agora tem lei. Tem formas de garantir a terra. De não viverem à mercê de dono, correndo daqui pra acolá, como no passado (Vieira Junior, 2019, p. 212).

Nessa SD, constata-se que a submissão dos moradores da fazenda ao sistema de exploração de sua mão de obra, como também a resignação diante da desigualdade de acesso à terra, aconteceram, durante longos anos, em virtude da necessidade de assegurar a sobrevivência deles. Entretanto, vale sublinhar que ter acesso ao discurso de que agora existe “direito dos pretos” à terra, ou seja, de que existe uma legislação que protege o acesso à terra, fez com que esses moradores começassem a romper com a dinâmica de subserviência irrestrita aos fazendeiros, deixando de acatar todas as interdições impostas por estes. No entanto, é preciso sinalizar que a noção de sujeito-de-direito se distingue da de indivíduo, posto que

O sujeito-de-direito não é uma entidade psicológica, ele é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista. Em consequência, há determinação do sujeito mas há, ao mesmo tempo, processos de individualização do sujeito pelo Estado. Este processo é fundamental no capitalismo para que se possa governar (Orlandi, 2015, p. 49).

Sob a ótica de Mialle (1980), o sistema de regras jurídicas funciona diferentemente de acordo com os modos de produção. Com isso, é possível falar em “instância jurídica”, uma vez que o termo “direito”, para ele, não leva em consideração as diferentes épocas e sociedades, reunindo funcionamentos distintos. Nessa perspectiva, a instância jurídica “faz parte de um todo e só pode ser compreendida em relação a esse todo, que, por sua vez, sendo um dos modos de produção teoricamente definidos, dá a essa instância um lugar, uma função e uma eficácia particulares” (Mialle, 1980, p. 95).

Sendo assim, consoante o autor, essa sua reflexão tem por objetivo introduzir a instância jurídica no seio de uma sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, determinando as características dessa instância. Desse modo, a instância jurídica se configura como uma ordem de sentidos que constitui a memória do dizer, sendo um elemento determinante nas relações sociais e por elas determinada, encravada no jogo contraditório da prática significativa que movimenta o interdiscurso. Partindo dessa reflexão, é possível perceber que essa memória do dizer pode ser verificada, na SD acima, no trecho em que se menciona que já é de conhecimento da comunidade de

Água Negra, a informação de que existe, enfim, o direito dos pretos, ou seja, o direito dos descendentes de escravizados.

Ainda, segundo Mialle (1980), é preciso saber o que é uma regra de direito e não simplesmente justapor dois conceitos que permitem a identificação da regra de direito, tal como é possível se constatar na seguinte definição: “A regra de direito é uma regra de conduta social que, sancionada pela coerção, *deve ter* como objetivo fazer reinar a ordem produzindo a segurança no interior da justiça” (Mialle, 1980, p. 96). Essa justaposição sinaliza que “o direito é um conjunto de normas ou regras obrigatórias e oficialmente sancionadas pelas quais se organizam os laços entre as pessoas vivendo em sociedade (Mialle, 1980, p. 96). Enfim, Mialle afirma que a norma jurídica, antes de ser uma obrigação, deve ser entendida como um “instrumento de medida” inserido em um sistema de relações, isto é, como um instrumento que vai indicar “o que é normal, compatível com a norma, com a medida que diz a utilidade e o valor dos agenciamentos sociais” (Mialle, 1980, p. 103).

No entanto, ao analisar a dinâmica entre os donos das terras e os trabalhadores rurais, a partir da SD acima, constata-se que a regra de direito que assegura o acesso à terra, por parte dos pretos, ainda não exerceu influência sobre os fazendeiros, haja vista que a permanência daqueles no território de Água Negra é algo incerto, sempre ameaçado, e sem garantias reconhecidas.

Mialle (1980), ao se debruçar sobre o conceito de “pessoa”, argumenta que os papéis sociais são instituídos sempre no processo de relação de uns com os outros, fazendo emergir “a necessidade de um ordenamento, de um conjunto de *normas* que estabelecerão *a medida das relações sociais*” (Mialle, 1980, p. 105). Nessa perspectiva, o autor sublinha que, no momento de instalação do modo de produção capitalista, o humanismo idealista influencia o entendimento da norma, tal como todo o sistema jurídico, como se fosse algo emanado do homem, ou seja, da razão. Com isso, o homem se vê, ao mesmo tempo, como objeto do direito e também como o seu autor, “numa relação dialética de mútua dependência” (Mialle, 1980, p. 105). Por essa razão, diz Mialle, que “para os juristas todo homem vivendo em sociedade tem vocação para ser uma pessoa no sentido jurídico (Mialle, 1980, p. 106).

Contudo, mais que a vocação defendida por Mialle, Edelman (1973) propõe que “depois da abolição da escravidão todo ser humano é pessoa, titular de direitos e obrigações, constituído em sujeito de direito independentemente de sua vontade” (Edelman, 1973, p. 19). Segundo este autor, “a ideologia jurídica postula que o homem

é naturalmente um sujeito de direito, um proprietário em potencial, que é de sua essência apropriar-se da natureza” (Edelman, 1973, p. 17).

Diante do contexto de mudança de titularidade da fazenda, Severo, segundo a narração de Belonísia, precisou organizar ações políticas. Sendo assim, colheu assinaturas “para fundar uma associação de trabalhadores” (Vieira Junior, 2019, p. 198). Segundo ele, era preciso que os trabalhadores se organizassem ou, do contrário, eles seriam expulsos das terras.

Sequência discursiva 17

[...] Severo levantou sua voz contra as determinações com que não concordávamos. Virou um desafeto declarado do [novo] fazendeiro. Fez discursos sobre os direitos que tínhamos. [...] Que se não nos uníssemos, se não levantássemos nossa voz, em breve estaríamos sem ter onde morar. A cada movimento de Severo e dos irmãos contra as exigências impostas pelo proprietário, as tiranias surgiam com mais força. No começo, o dono quis nos dividir dizendo que aquele “bando de vagabundos” queria a fazenda dele, comprada com o seu trabalho (Vieira Junior, 2019, p. 197).

Nesse enunciado, pode-se identificar uma prática política, o que, segundo Pêcheux, “tem por objetivo transformar as relações sociais entre os homens” (Pêcheux, [1996] 2011, p. 34), desencadeando, por sua vez, uma prática discursiva, haja vista que a necessidade de união dos trabalhadores de Água Negra tende a gerar novos discursos acerca dos conflitos estabelecidos entre os agricultores explorados e os proprietários das terras. Logo, vale arrematar que “ações e discurso são as duas faces indissociáveis de uma mesma prática política” (Indursky, 2021, p. 63). De acordo com Arendt ([1958] 2003), “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo”. Além disso, a autora afirma que

[...] é através do discurso sobre as questões do mundo em comum que a ação assume caráter político específico, que se manifesta na cena pública, que nunca é consensual. É, pois, na ação e no discurso que os homens mostram quem são (Arendt, 2003, p. 192). (Grifos da autora).

Nesse contexto, o litígio entre forças antagônicas impulsiona uma relação de discursos em tensão, já que eles “são produzidos de lugares políticos diferentes, produzindo um espaço discursivo marcado pelo antagonismo de Formações Discursivas

em confronto” (Indursky; Ferreira, 1999, p. 175). Nessa perspectiva, para compreender as relações de poder e estratégias de confronto, vale recorrer às reflexões foucaultianas:

[...] se é verdade que no centro das relações de poder e estratégias de confronto como condição permanente de sua existência, há uma ‘insubmissão’ e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos virtual, uma estratégia de luta [...] (Foucault, 1995, p. 319).

Para Foucault (1995), toda estratégia de confronto tem por objetivo se tornar relação de poder e toda relação de poder tende a se tornar estratégia consagrada. Ele afirma também que a dominação de um grupo e as resistências ou as revoltas às quais ela se opõe é um fenômeno nuclear na história das sociedades, já que revela a integração e as ligações mútuas entre as relações de poder e as relações estratégicas.

Nessa SD, é possível perceber, também, a recuperação da memória discursiva de um importante lema comunista: “Proletários de todos os países, uni-vos” (Marx; Engel, 2005, p. 237). Para Marx e Engel, o fundamental era se unir em torno de uma ideologia de classe e, de modo algum, em torno da ideologia dominante.

Nesse contexto, observa-se que Severo se configura como o *porta-voz* dos trabalhadores rurais sem acesso à terra, uma vez que fala em nome desse grupo, o qual tem legitimidade para representar. De acordo com Pêcheux, o *porta-voz* tem: “[...] dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro de um “nós” em formação [...]” (Pêcheux 1990, p. 7).

Sendo assim, a função enunciativa do *porta-voz*, no caso de Severo, é a de se tornar o intermediário autorizado entre as demandas sociais dos trabalhadores rurais desprovidos de terras e o Estado. Tal função também é explicada por Conein, pois o que configura a posição do *porta-voz* como procedimento de “falar por x no enunciado político, é que o que é transmitido é uma solicitação e esta demanda é enunciada publicamente e feita em nome de um grupo” (Conein, 2016, p. 93). Ou seja, trata-se de uma fala pública e coletiva, valendo-se do “nós”, para discursar em nome de tal segmento, partindo de seu lugar social enunciativo, que é o de *porta-voz* de tais trabalhadores, “lugar em que se constitui em sujeito político de seu discurso” (Indursky, 2021, p. 126).

Ainda, sobre a SD acima, nota-se a tentativa, por parte do novo fazendeiro, de neutralizar o movimento político de luta pelo direito à terra, organizado por Severo,

valendo-se da desqualificação dos integrantes, chamando-os de “vagabundos”, posto que, segundo o proprietário, aquele que não paga pela terra não tem direitos sobre ela. Com isso, a comunidade de trabalhadores se dividiu: houve quem apoiasse Severo e houve quem não via com “bons olhos o movimento e se opuseram abertamente” (Vieira Junior, 2019, p. 197).

Para compreender a ordem do discurso no processo de deslizamento de sentidos expresso acima, vale recorrer às reflexões de Orlandi (1996) acerca do dispositivo analítico alicerçado na noção de efeito metafórico, pois, para ela, é importante entender a metáfora “não como desvio, mas como transferência (Pêcheux, 1988) constitutiva do sentido” (Orlandi, 1996, p. 79). De acordo com Lagazzi-Rodrigues (1998), Orlandi

[...] mostra que quando Pêcheux fala em efeito metafórico na relação dos sentidos, chamando atenção para o fenômeno da “transferência”, do “deslizamento de sentido”, “da deriva de um sentido para outro”, está afirmando que não há sentido sem interpretação, o que coloca a interpretação como constitutiva da língua, “como parte irrecusável da relação do homem com a língua e com a história” (Pêcheux, 1983, retomado por Orlandi, 1996, p. 47), sem que esteja, no entanto, no campo da intenção. Cai por terra a noção de controle, de metalinguagem, já que o sujeito e a língua estão sempre expostos ao equívoco, ao deslize, à falha (Lagazzi-Rodrigues, 1998, p. 19).

A convivência com Severo ajudou a politizar os pensamentos do Zezé, irmão de Bibiana e Belonísia, acerca das questões agrárias e raciais. Na SD abaixo, verifica-se, nesse sentido, a ocorrência de um efeito de *acontecimento discursivo*.

Sequência discursiva 18

“Não podemos mais viver assim. Temos direito à terra. Somos quilombolas.” Era um desejo de liberdade que crescia e ocupava quase tudo o que fazíamos. Com o passar dos anos esse desejo começou a colocar em oposição pais e filhos numa mesma casa. [...] (Vieira Junior, 2019, p. 187).

Nessa SD, vê-se um “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 1990, p. 17), pois, por mais que os habitantes de Água Negra não sejam, de fato, pessoas remanescentes de quilombos que lutavam contra o Brasil escravagista dos séculos anteriores, a forma como eles resistiam, na contemporaneidade, à precarização do trabalho e à desigualdade de acesso à terra remonta a práticas similares dos quilombolas do passado. Sendo assim, a inscrição desses moradores como quilombolas pode ser compreendida como um efeito de *acontecimento discursivo*, ou seja, há uma

ruptura nos modos estabelecidos de enunciar, o que “faz surgir um novo sujeito, o qual se encontra fora das redes dominantes de legitimidade” (Guilhaumou; Maldidier, 1989, p. 66). De acordo com Courtine (1981, p. 56), esse *acontecimento discursivo* se soma à memória discursiva, que é representada pelas formulações já existentes.

Salomão, novo proprietário de Água Negra, objetivando cercear o movimento político organizado por Severo, passou a perseguir os moradores da fazenda que apoiavam o discurso do marido de Bibiana. Para isso, contou com o auxílio dos órgãos de segurança pública, pois “com frequência, também passou a aparecer um carro de polícia, de onde desciam para fazer perguntas, entrando nas casas, constrangendo os moradores” (Vieira Junior, 2019, p. 198).

Nesse episódio, é possível perceber a atuação de uma instituição de Estado, no caso, a polícia, voltada para a manutenção da ordem social dominante. Nesse contexto, vale sublinhar a distinção entre AIE (Aparelhos ideológicos de Estado) e ARE (Aparelho Repressivo de Estado). De acordo com Althusser, “o Aparelho repressivo de Estado ‘funciona pela violência’, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado *funcionam* ‘pela ideologia’ (Althusser, 1985, p. 46).

Na narração de Belonísia, sabe-se que sua mãe, dona Salustiana, era detentora, há mais de setenta anos, de um bilhete que esclarecia a situação de sua família nas terras de Água Negra. Bilhete este que foi escrito e assinado por Sutério, ex-gerente da fazenda, e, posteriormente, entregue a José Alcino, mais conhecido por Zeca Chapéu Grande. Para a família de Belonísia e Bibiana, esse bilhete se configurava como uma prova jurídica do acordo feito entre o representante da fazenda, o ex-gerente Sutério, e o Zeca Chapéu Grande. Nesse acordo, ficava oficializado o trabalho não remunerado em troca de moradia, moradia essa que não poderia ser feita com materiais construtivos que fossem duradouros. Contudo, resta saber se tal valor jurídico seria reconhecido pelos AIE.

Tendo em vista que cabe ao Poder Judiciário avaliar o valor documental desse bilhete, faz-se importante compreender a relação existente entre essa instância jurídica e as classes dominantes. Para tanto, recorre-se aqui às reflexões de Althusser acerca dos Aparelhos Ideológicos de Estado jurídico. Para ele, “o ‘Direito’ pertence simultaneamente ao Aparelho (repressivo) de Estado e ao sistema dos AIE” (Althusser, 1985, p. 44, nota 2). Além disso:

Se os AIE “funcionam” de maneira massivamente prevalente pela ideologia, o que unifica a sua diversidade é precisamente este funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar

das suas contradições e da sua diversidade, *na ideologia dominante*, que é a da “classe dominante”... Se quisermos considerar que em princípio a “classe dominante” detém o poder de Estado (de uma forma franca ou, na maioria das vezes, por meio de Alianças de classe ou de frações de classes), e dispõe portanto do Aparelho (repressivo) de Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante é activa nos Aparelhos ideológicos de Estado (Althusser, 1985, p. 48).

Sendo assim, pode-se depreender que, nas sentenças dos órgãos judiciários, existe a tendência de beneficiar as classes sociais hegemônicas, tendo em vista as alianças ideológicas percebidas na relação existente entre o judiciário e os detentores do poder estatal e econômico.

Retornando àquela questão da aposentadoria, expressa na SD14, é possível perceber, também, a intervenção de um Aparelho Ideológico de Estado de viés jurídico, o qual, ao reconhecer apenas a seguridade social dos agricultores de Água Negra, após tantos anos de trabalho explorado ilegalmente, sinaliza a naturalização da violação do direito a um salário mensal desses trabalhadores, como também de suas verbas indenizatórias pelos serviços prestados aos proprietários da terra. Recorrendo às reflexões de Edelman (1973) para explicar esse contexto de violência jurídica, verifica-se que

[...] o direito apresenta *dupla função necessária*, de um lado tornar eficazes as relações de produção, de outro *refletir* concretamente e *sancionar* as ideias que os homens fazem de suas relações sociais. [...] As categorias jurídicas dizem, sem dizer, a realidade das relações das quais elas são a expressão (Edelman, 1973, p. 12).

Na sequência da narrativa, sabe-se que Severo é executado, em uma emboscada, “com oito furos feitos a bala” (Vieira Junior, 2019, p. 206), formando um rio de sangue. No momento, ele estava de saída para, enfim, registrar no cartório a associação que teria por objetivo lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais da região. Ele estava de posse das assinaturas desses agricultores, o que era pré-requisito para a oficialização de tal instituição. A causa do assassinato de Severo lembra à morte real de João Pedro Teixeira, líder da liga camponesa de Sapé, na Paraíba, o qual foi assassinado, em 1962, por ordem de latifundiários incomodados com as suas atividades políticas na região. A história deste líder está registrada no filme *Cabra marcado para morrer*⁵ (1984), do cineasta Eduardo Coutinho. Segundo a narração de Santa Rita Pescadeira, a razão da

⁵ O filme começa a ser rodado em 1964, com a reconstituição ficcional da ação política que levou ao assassinato de João Pedro Teixeira. Porém, as filmagens são interrompidas pelo golpe militar de 1964. Somente dezessete anos depois, em 1981, Eduardo Coutinho retoma o projeto.

morte de Severo foi a luta empreendida por ele para que os trabalhadores de Água Negra tivessem direito à terra em que moravam e cultivavam há anos e, também, para que pudessem se libertar do sistema vigente de exploração de sua mão de obra. Esse contexto pode ser explanado, por intermédio de Althusser, pois, para ele,

Uma revolução na *estrutura* não modifica repentinamente... as superestruturas existentes e, em particular, *as ideologias*, porque elas têm [...] uma consistência suficiente para sobreviver por si, fora do *contexto imediato de sua vida* [...] A nova sociedade [...] pode [...], pelas próprias formas de sua nova estrutura, ou por circunstâncias específicas [...], *provocar ela própria a sobrevivência*, isto é, *a reativação dos elementos antigos* (Althusser, 1967, p. 102). (Destaques do autor)

Pêcheux (1990), em seu trabalho sobre a resistência vinculado ao discurso revolucionário, defende que “a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência” (Pêcheux, 1990, p. 08). Logo, tentar compreender as formas pelas quais os sentidos se movem entre o que existe e o que está em outro lugar, pode permitir o entendimento das formas da resistência do trabalhador rural no contexto de desigualdade de acesso à terra e da exploração de sua força de trabalho. Porém, para investigar os sentidos na constituição das fronteiras que, na organização social vigente, delimitam o visível, aquilo que se apresenta, e o improvável que, de modo revolucionário, pode vir a acontecer, é fundamental pontuar o conceito de revolução.

Ao refletir sobre acepção do termo “revolução” na Idade Moderna, Arendt (1988) defende que este não se limita à noção de “mera mudança”, pois se trata de um “evento político que nos confronta com o problema do começo” (Arendt, 1988, p. 17). Além disso, tal expressão está diretamente vinculada à questão social. Em seu processo argumentativo, a autora afirmar que:

[...] a questão social só começou a desempenhar um papel revolucionário quando, Idade Moderna, e não antes, os homens começaram a duvidar que a pobreza fosse inerente à condição humana, a duvidar que a distinção entre os poucos que, por circunstâncias, força ou fraude, conseguiram libertar-se dos grilhões da pobreza, e a miserável multidão dos trabalhadores, fosse inevitável e eterna (Arendt, 1988, p. 18).

Após o assassinato de Severo, “a polícia chegou para fazer a perícia do local do crime” (Vieira Junior, 2019, p. 215). Esse fato despertou a atenção da comunidade de Água Negra, pois não era comum haver investigação de mortes de homens simples, assim como Severo. Normalmente, somente as mortes de fazendeiros ou de pessoas

poderosas da cidade eram investigadas. Com isso, acreditou-se, durante um breve período, que poderia, então, haver justiça para o que ocorreu como o esposo de Bibiana.

Sequência discursiva 19

[...] algumas semanas depois, surgiu a notícia de que o inquérito havia sido concluído. Que haviam descoberto um plantio de maconha numa área próxima aos marimbus. Que Severo havia sido morto numa disputa do tráfico de drogas na região (Vieira Junior, 2019, p. 216).

Nesse contexto, vê-se a tentativa de manchar a imagem de Severo, já que rotulá-lo como um integrante do tráfico de entorpecentes tem por objetivo enfraquecer, junto a opinião pública, o movimento iniciado por ele em prol dos direitos dos trabalhadores rurais. Sobre isso, Bibiana concluiu: “Querem desonrar Severo, porque desonrando seu nome enfraquecem nossa luta. Querem proteger os poderosos. Querem nos calar, nos retirar daqui a qualquer custo” (Vieira Junior, 2019, p. 221). Na sequência, ela promete: “A mentira de que ele cuidava de plantio de maconha não ficará de pé” (Vieira Junior, 2019, p. 221). No entanto, o que chama a atenção nesse processo de marginalização de uma liderança rural é a participação ativa de um órgão de segurança do Estado.

Para entender essa violência praticada pela polícia contra a imagem de Severo, vale reiterar o conceito de Aparelho Repressivo de Estado (ARE), desenvolvido por Althusser, pois,

[...] na teoria marxista, o Aparelho de Estado (AE) compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo a que chamaremos a partir de agora o Aparelho Repressivo de Estado. Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão “funciona pela violência”, — pelo menos no limite (porque repressão, por exemplo administrativa, pode revestir formas não físicas) (Althusser, 1985, p. 42-43).

Nessa perspectiva, vale destacar uma problematização feita por Bibiana, em uma outra parte da narrativa, acerca do extermínio de pessoas pretas, seja no meio rural, seja nas periferias das cidades, por parte dos órgãos de segurança, que alegam estarem apenas combatendo o tráfico de drogas. Segundo a narradora, quando ela morava em uma área periférica, “os policiais usavam a mesma desculpa de drogas para entrar nas casas, matando o povo preto” (Vieira Junior, 2019, p. 221). Não precisava nem de julgamento nos tribunais, a polícia tinha “licença para matar e dizer que foi troca de

tiro” (Vieira Junior, 2019, p. 221). No entanto, todos que estavam à volta sabiam que isso não procedia. Ou seja, “era extermínio” (Vieira Junior, 2019, p. 221).

Essa política de extermínio de pessoas pretas pode ser aprofundada a partir do entendimento do funcionamento dos Aparelhos Repressivos de Estado (ARE), já que

[...] em si mesmo o Aparelho (repressivo) de Estado funciona de uma maneira massivamente prevalente *pela repressão* (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia. (Não há aparelho puramente repressivo). Exemplos: O Exército e a Polícia funcionam também pela ideologia, simultaneamente para assegurar a sua própria coesão e reprodução e pelos valores que projectam no exterior (Althusser, 1985, p. 46-47).

Sendo assim, é possível inferir que a guerra às drogas em comunidades periféricas, habitadas histórica e majoritariamente por afro-brasileiros, na verdade, é uma guerra contra a população preta. Objetivando corroborar essa concepção, vale pontuar a citação feita por Streck (1997) de que

[...] a classe dominante consegue fazer esquecer que ela está assentada sobre uma violência originária, provocada por ela mesma. Encontra bodes expiatórios nos criminosos comuns. Daí a importância da vigilância, do controle e da repressão, com aparato e circunstância, sobre as populações periféricas ou marginais ao sistema (Streck, 1997, p. 27).

Com a morte de Severo, Bibiana, apesar do luto, se vê na obrigação de assumir a liderança do movimento deixado por ele.

Sequência discursiva 20

“Mas não vamos desistir. Essa semente que Severo plantou por nossa liberdade e por nossos direitos não irá morrer. Foi um que se foi. Meu companheiro e pai de meus filhos. Mas somos muitos ainda nesta fazenda. Foi embora um fruto, mas a árvore ficou. E suas raízes são muito fundas para tentarem arrancar. [...]” (Vieira Junior, 2019, p. 221).

Bibiana, nesse enunciado, enfatiza que a morte de Severo não representa o fim do movimento a favor dos direitos dos trabalhadores rurais, uma vez que as ideias defendidas e propagadas por seu marido já tinham sido “fertilizadas” nos pensamentos de muitos moradores de Água Negra, os quais, segundo ela, iriam dar continuidade a esse legado de luta. Sendo assim, confirma-se que

[...] a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o

inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito” mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito” (Orlandi, 2015, p. 44).

Em seu discurso para os moradores da fazenda, após o assassinato real e a tentativa de assassinato simbólico (da reputação) de Severo, Bibiana faz uma reflexão sobre o que aconteceu com os afro-brasileiros, depois da “liberdade” concedida em 1888.

Sequência discursiva 21

“Quando deram a liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por moradia. A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade?” (Vieira Junior, 2019, p. 220).

Nessa SD, Bibiana aponta a ausência de políticas públicas destinadas aos ex-escravizados após a abolição da escravatura no país. Esses, sem terem onde morar, passaram a se assujeitar a trabalhar em troca de moradia. Para Bibiana, isso é uma escravidão disfarçada de liberdade. Afinal de contas, em Água Negra, os moradores tinham a sua força de trabalho explorada de domingo a domingo, sem compensação financeira. Além disso, eles não poderiam construir casa de alvenaria, nem poderiam plantar o que quisessem, ou seja, não havia uma liberdade, de fato.

Nessa perspectiva, vê-se que o entendimento do conceito de “liberdade” para a elite branca brasileira e para os ex-escravizados e seus descendentes não era o mesmo. Para aqueles, só o fato de ter sido abolido, em 1888, o comércio de compra e venda de pessoas pretas, juntamente com a “abolição” dos castigos físicos, isso já significava ter “liberdade”. Sendo assim, na Formação Discursiva em que os trabalhadores de Água Negra se inscrevem, o conceito de “liberdade” é diferente, sinalizando, desse modo, uma posição-sujeito diversa das classes dominantes, o que corrobora a reflexão de Pêcheux acerca do caráter material do sentido, pois, de acordo com ele, “as palavras, expressões e proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (Pêcheux, 1988, p. 160).

Além da disputa pelo sentido das palavras, uma outra estratégia para manter a ordem hegemônica é a imposição de um pensamento religioso. Foi justamente essa a estratégia adotada por Salomão. Iniciou-se, então, na fazenda, um processo de evangelização dos moradores de Água Negra. Após a morte de Zeca Chapéu Grande, líder espiritual da comunidade, deixou de acontecer, nas terras do novo proprietário, as festas de jarê, que era a religião predominante praticada pelos afro-brasileiros da região. Contudo, é possível perceber, nos moradores da fazenda, um certo sincretismo religioso.

Sequência discursiva 22

Levaram um pastor de igreja, dias depois, para celebrar um culto. A intenção era reunir alguns poucos moradores que frequentavam eventualmente igrejas no dia de feira na cidade, e já tinham seu rol de orações e pecados. Era costume de quase todos participar das cerimônias ou viajar para as romarias, mas era a primeira vez que se celebrava algo que não fosse o jarê dentro da fazenda (Vieira Junior, 2019, p. 226).

Na narrativa, Estela, a esposa de Salomão, seguiu, com o pastor, de casa em casa, para convidar os moradores para o culto evangélico. Sabe-se, a partir do enredo, que esse “pastor era um homem conhecido, chegavam notícias de que seria candidato a vereador, e realizava visitas às fazendas e povoados da região com a intenção de pedir votos para a eleição de outubro” (Vieira Junior, 2019, p. 226). Logo, fica subentendido um interesse político na evangelização da comunidade de Água Negra, uma vez que, para Salomão, era importante ter alguém com poder religioso e político lhe auxiliando no controle daqueles moradores. Para entender esse processo de evangelização a partir de um religioso-político, vale recorrer às reflexões de Althusser acerca do dever do Estado:

[...] o Estado (e a sua existência no seu aparelho) só tem sentido em função do *poder de Estado*. Toda a luta de classes política gira em torno do Estado. Quer dizer: em torno da detenção, isto é, da tomada e da conservação do poder de Estado, por uma certa classe, ou por uma aliança de classes ou de fracções de classe. Esta primeira precisão obriga-nos portanto a distinguir o poder de Estado (conservação do poder de Estado ou tomada do poder de Estado), objetivo da luta de classes política por um lado, e o aparelho de Estado por outro lado (Althusser, 1985, p. 36-37).

No entanto, diante daquela tentativa de evangelização, houve resistência de parte da comunidade de Água Negra. Por mais que, com o fim das celebrações de jarê, já

houvesse, na região, duas famílias convertidas ao evangelismo, a maioria continuava adepta à crença pregada por Zeca Chapéu Grande durante os muitos anos em que ele viveu na fazenda. Essa resistência se materializou, principalmente, a partir da intolerância religiosa verificada no discurso de Estela, esposa de Salomão, como também no discurso do pastor já referido. Este criticava “as imagens de santos”, presentes nos pequenos altares das casas que ele visitava, aquela pontuava que “ali se praticou jarê por muito tempo. Que dona Salu [viúva de Zeca Chapéu Grande] tocava tambor, mas que agora todos precisavam ouvir a palavra de Deus” (Vieira Junior, 2019, p. 229). Essas falas tiveram a seguinte resposta de dona Salu: “posso não ser curadora, mas ainda sei mexer com feitiço. Posso muito bem dar de comer e beber aos meus guias e pedir pra darem um jeito em muita coisa errada por aqui [referindo-se à fazenda]” (Vieira Junior, 2019, p. 230).

Apesar dessa postura de resistência de dona Salu, durante quase toda a narrativa, não é possível saber, com exatidão, o que ela pensa sobre as condições de vida e trabalho na fazenda Água Negra. Entretanto, na sequência de seu embate com a esposa de Salomão, verifica-se que dona Salu defende a tese de que aqueles que estão há muito tempo estabelecidos em uma terra, cultivando-a, criando seus filhos, têm direitos sobre ela.

De acordo com Santa Rita Pescadeira, dona Salu, esposa de Zeca Chapéu Grande, “nunca teve nenhum bem e não abria mão de ter sua casa, era um sonho antigo que acalentou com seu marido. Queria uma com paredes caiadas e telhado de cerâmica. (Vieira Junior, 2019, p. 255). Esse desejo não se limitava à mãe de Bibiana e Belonísia. Influenciados pelo discurso de Severo, parte dos moradores de Água Negra começaram a construir casas de alvenaria, o que, para o novo proprietário da fazenda, se configurava como uma ameaça ao seu direito de propriedade, uma vez que imóveis feitos com materiais construtivos resistentes poderiam demarcar o tempo que aqueles indivíduos estavam sobre aquelas terras. Logo, haveria a possibilidade de que eles reivindicassem, posteriormente, o direito de posse, em virtude do longo período que residiam naquela região, cultivando plantações. Desse modo, Salomão decide recorrer ao Poder Judiciário para impedir tais construções.

Sequência discursiva 23

Talvez por entender que aquele movimento de desobediência ganhava contornos irrefreáveis, Salomão procurou a Justiça pedindo reintegração de posse de todas as áreas ocupadas da fazenda. A notícia foi recebida com comoção pelos moradores, que apenas imaginavam o que fariam se os tratores derrubassem suas casas e tivessem que se retirar da fazenda (Vieira Junior, 2019, p. 255).

Nesse enunciado discursivo, é possível identificar que Salomão se vale do discurso jurídico para assegurar o seu direito à propriedade, posto que o movimento de desobediência, caracterizado pela construção de casas de alvenaria em suas terras, poderia ser considerado como algo ilegal do ponto de vista das leis fundiárias que asseguram o direito à propriedade. Sendo assim, ele, fundamentando-se na letra da lei, acreditava poder exigir a reintegração de posse de suas terras. Vale destacar que, uma vez que Salomão faz parte da classe dominante, que tende a exercer influência sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, como também dos Aparelhos Repressivos, no caso, sobre o Poder Judiciário, haja vista que “nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado” (Althusser, 1985, p. 49).

Além disso, de acordo com Indursky (2021), é importante compreender que o discurso jurídico sobre a propriedade rural foi elaborado por juristas que fazem parte, indubitavelmente, do mesmo espaço social dos proprietários rurais, “ou, ainda, por juristas que se identificam com a formação discursiva em que se inscrevem os proprietários de grandes latifúndios” (Indursky, 2021, p. 70). Ou seja, eles interpretam a lei em causa própria ou em nome de membros de sua classe social, sem ter preocupações com aqueles que vivem da terra, mas que não a possuem, já que ela já tem um dono (Indursky, 2021).

Por outro lado, vale destacar, também, que, segundo Streck (1997), o direito oficial só está preparado para resolver questões individuais, nunca as coletivas, pois

Basta ver a dificuldade que os juristas e as instituições lidam com os novos movimentos sociais e os conflitos decorrentes da questão fundiária e urbana. O Direito, calcado no modelo liberal-individualista, trabalha (ainda) com a hipótese, p. ex., de Caio invadir a propriedade de Tício... O problema surge quando Caio e algumas milhares de pessoas invadem as terras de Tício! (Streck, 1997, p. 33, nota 24).

O fato jurídico configurado pela construção de casas de alvenaria nas terras da fazenda Água Negra, por parte dos trabalhadores rurais, se marca pela desestabilização no sentido da contravenção, transgressão, infração, da desobediência à lei. No momento de tal construção, há um enfrentamento explícito da ordem jurídica, e o sentido de contravenção se materializa.

No entanto, apesar do discurso jurídico de reintegração de posse, os moradores da fazenda estavam determinados a resistir. Logo, eles “decidiram que se tivesse a ordem de um juiz [...] deitariam no chão diante de suas casas para impedir os tratores de demolir. [...]. Juntos resistiriam até o fim” (Vieira Junior, 2019, p. 256). Além disso, eles tinham o entendimento de que o conflito estabelecido, agora, “era pelo direito de morar” (Vieira Junior, 2019, p. 2019).

Sendo assim, é possível concluir que o discurso jurídico não fica restrito apenas ao poder dominante. Os moradores de Água Negra, a partir dos discursos de Severo sobre a precarização do trabalho a que eles eram submetidos, como também sobre a desigualdade de acesso à terra, passaram a compreender que a letra da lei também poderia ser usada para o benefício daquela comunidade de trabalhadores rurais. No entanto, “a decisão da justiça parecia demorar a sair, e no meio da espera o homem [Salomão] apareceu morto. A suspeita de imediato recaiu sobre os moradores. Muitos foram conduzidos à delegacia. Até mesmo Bibiana foi levada” (Vieira Junior, 2019, p. 256). Na instituição policial, fizeram algumas indagações a ela.

Sequência discursiva 24

Questionaram sobre o papel dela na desordem que relatavam na fazenda. Disse que era professora, casada por muitos anos com um militante. Disse que era quilombola. Escutou que ninguém nunca havia falado sobre quilombo naquela região. “Mas a nossa história de sofrimento e luta diz que nós somos quilombolas”, disse, tranquila, diante do escrivão e do delegado (Vieira Junior, 2019, p. 256).

Nessa SD, é possível observar que lutar pelo direito à terra é tido pelas forças policiais como uma “desordem”, deixando subentendido como algo que merece ser interrompido, com o objetivo de restituir a ordem vigente. Além disso, vê-se a tentativa de apagamento da identidade quilombola dos moradores de Água Negra, à medida que se nega que ali houve, em algum momento, quilombos. Com isso, tenta-se apagar “a

história de sofrimento e luta” desses afro-brasileiros e, sobretudo, os seus direitos sobre aquela terra.

Nesse prisma, vale frisar que os moradores pretos de Água Negra, diferentemente dos fazendeiros, estavam, até então, em uma condição de “*um não-lugar* que remete àqueles que não encontram para si um espaço entre os lugares políticos já existentes, inscrevendo-se, pois, desde sua origem, entre os excluídos da ordem social, política e jurídica [...]” (Indursky, 2021, p. 46).

Há, nesse contexto, dois sujeitos antagônicos: os latifundiários e os trabalhadores rurais pretos, autodesignados como quilombolas. É importante frisar que aqueles “desde sempre tiveram o direito de falar sobre a questão da terra e dela considerar-se, portanto, um *sujeito de direito*” (Indursky, 2021, p. 46). Por outro lado, há os que surgem do *não-lugar*, de dentre os excluídos, os moradores de Água Negra, que passam a falar de seu “direito à terra”, o que se dá, pois, “em um *lugar-fronteira* em que o discurso jurídico, de cunho conservador, defendido pelo primeiro, passa a ser questionado por uma interpretação de natureza ética e social, pelo segundo” (Indursky, 2021, p. 47). O *lugar-fronteira* sinaliza que a questão da terra no Brasil se configura como um objeto paradoxal (Pêcheux, 2011, p. 115), pois o autor conceitua tais objetos como simultaneamente idênticos e antagônicos a si mesmos. Sendo assim, tais sujeitos só podem se constituir em formações discursivas díspares: de um lado, a formação discursiva do capitalismo agrário e, do outro, a formação discursiva dos trabalhadores rurais quilombolas, que é um espaço de luta e resistência.

Em virtude das interpretações conflituosas em relação ao direito à terra, esses dois sujeitos só podem se encontrar em tal *lugar-fronteira*, já que, fora desse espaço de disputa, não existe a possibilidade de se estabelecer uma interlocução, tendo em vista que essa interlocução é clivada pelo *dissenso*, pelo *desentendimento* (Rancière, 1995), pelo *estranhamento*, enfim, pelo não reconhecimento mútuo. Para explanar melhor o conceito de *lugar-fronteira*, é importante pontuar o seguinte pensamento de Rancière, pois, para o autor,

Política é antes de mais nada o *conflito* sobre a existência de uma cena comum, *sobre a existência e a qualidade daqueles que nela se fazem presentes*. É necessário inicialmente estabelecer que a *cena existe* para o uso de um *interlocutor* que não a vê e que não tem razão alguma para vê-la, pois ela não existe (Rancière, 1995, p. 49).

Levando em consideração essa reflexão de Rancière, percebe-se que um dos problemas que se impõe no panorama político brasileiro, no tocante ao conflito que

envolve os proprietários rurais e aqueles que não têm acesso à terra, consiste no fato de que os primeiros não reconhecem a existência dos segundos como seus interlocutores legítimos, o que acontece por não considerá-los qualificados para o diálogo (Indursky, 2021). Sendo assim, se não os reconhecem, a *cena enunciativa de interlocução* (Indursky, 2013) não se estabelece. Sob a ótica de Indursky (2021), tem-se, nesse contexto, o *lugar-fronteira*, pois este lugar não se configura como uma cena de interlocução, haja vista que não se reconhece a legitimidade mútua entre os interlocutores. Ou seja, o *lugar-fronteira* se caracteriza como uma zona de *interincompreensão constitutiva* (Maingueneau, 1989, p. 119-120) e mútua, que se alicerça sobre o *desentendimento* (Rancière, 1995) e que expõe o conflito que se mantém frequentemente entre as partes envolvidas.

Tendo em vista o *lugar-fronteira* em que se encontravam no espaço político acerca dos direitos sobre as terras, os moradores pretos da fazenda passaram a negar sua ancestralidade afro-brasileira.

Sequência discursiva 25

Miúda [moradora de Água Negra] e o povo daqui não diziam que eram pretos. Pretos não eram bem vistos, tinham que deixar a terra. Então dizia que era índia. Os outros diziam que eram índios. Índio não deixava a terra. Índio era tolerado, ninguém gostava, mas as leis protegiam, era o que pensavam (Vieira Junior, 2019, p. 223).

Partindo da formação imaginária de que as comunidades indígenas eram protegidas legalmente pelo aparato jurídico nacional, houve um tempo em que os moradores pretos da fazenda se intitulavam como nativos, objetivando assegurar o direito sobre as terras. Nesse contexto, vale consultar os estudos de Pêcheux (2010) sobre tal conceito, pois, para ele,

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) (Pêcheux, 2010, p. 81-82).

Logo, por mais que a sociedade brasileira não gostasse dos indígenas, havia, no imaginário dos moradores de Água Negra, a ideia de que, pelo menos os nativos eram mais tolerados, podendo, assim, permanecer nas terras originárias.

Sabe-se, na narrativa, que Bibiana conseguiu fazer estudos supletivos voltados para o trabalhador rural. Na sequência, ela ingressou em uma escola pública de magistério. Formada, passou a lecionar nas terras da fazenda, promovendo uma política de resgate da memória do povo preto da fazenda. As aulas de Bibiana ajudaram na construção da memória histórica e social dos moradores de Água Negra, memória essa recuperada desde os antepassados do continente africano, chegando ao racismo verificado na contemporaneidade, o que veio a amenizar o *efeito de esquecimento* já em curso sobre as novas gerações de trabalhadores de Água Negra, mesmo antes das aulas colonizadoras da professora Lourdes.

Essa política de resgate da memória, promovida pela professora Bibiana, se revela como algo fundamental para se evitar o deslizamento de sentido que apagava a identidade afro-brasileira dos moradores de Água Negra, já que, para eles, era mais conveniente identificar-se como indígenas, já que acreditavam que, assim, seriam mais aceitos e estariam protegidos pelas leis em vigor, tendo em vista que o lugar político deste grupo étnico parecia estar mais consolidado e dotado de legalidade no espaço público. Nessa perspectiva, constata-se que as condições de produção desse discurso indicam a influência de um imaginário social em que uma determinada etnia tem mais direitos do que outras.

O movimento, influenciado por Bibiana, de autodesignação dos moradores de Água Negra, como quilombolas, desencadeia a retomada de um discurso que institui um sujeito político no espaço público, situado em um contexto de exclusão do acesso à terra. Tem-se aí, portanto, um *sujeito do dissenso*, assim como conceituou Jacques Rancière: “[...] são ‘sujeitos do dissenso’ aqueles que tomam a palavra quando e onde não deviam fazê-lo e apenas são sujeitos políticos quando o fazem”.⁶

Após a morte de Salomão, funcionários de órgãos públicos passaram a inquirir os moradores da fazenda em relação ao processo de reintegração de posse. Contudo, esse processo não tinha prazo para ser finalizado, deixando, em suspenso, a solução dos conflitos em torno daquelas terras. O silêncio dessa instituição indica:

⁶ Citação retirada de entrevista concedida por Rancière à *Folha de São Paulo*, em 10/09/1995.

A hipótese de que partimos é que o silêncio é a própria condição da produção de sentido. Assim, ele aparece como o espaço “diferencial” da significação: “lugar” que permite à linguagem significar. O silêncio não é o vazio, ou sem sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isso nos leva à compreensão do “vazio” da linguagem como um *horizonte* e não como *falta*. Evidentemente, não é do silêncio em sua qualidade física que falamos aqui, mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significativa. O silêncio de que falamos é o que se instala no limiar do sentido (Orlandi, 2007, p. 68).

Vale enfatizar que, por mais que esse processo tivesse por objetivo o benefício da família de Salomão, ele foi, de certa forma, celebrado pelos habitantes da propriedade, tendo em vista que a presença do Estado, como mediador do embate, sinalizava, pela primeira vez, o reconhecimento da existência de Água Negra e de seus residentes. Com isso, é possível concluir que esses moradores começam a deixar o espectro da invisibilidade de seus direitos, pois, na cena política e jurídica consolidada e dotada de visibilidade, até então, só havia espaço para proprietários rurais, latifundiários e fazendeiros. No entanto, é importante sinalizar que, por mais que esses moradores representem um novo lugar político e um novo sujeito discursivo no cenário local, eles ainda não são dotados de legitimidade.

Enfim, ao analisar o discurso dos(as) personagens que compõem as três gerações de uma mesma família de trabalhadores rurais acerca das condições de trabalho e da posse da terra, é possível perceber que cada geração lida de modo diferente com as circunstâncias impostas.

Sobre a primeira geração, pouco se sabe o que pensava a Donana, contudo, havia, nela, algum nível de entendimento sobre os males a que era submetida. Já na segunda geração, são perceptíveis posições distintas ao longo do tempo. Zeca Chapéu Grande se mostra resignado com as condições de existência na fazenda; no entanto, Salu demonstra certo incômodo, mas apresenta pouca ação, mudando de postura somente no fim da narrativa. Com relação à terceira geração, a partir das reflexões de Severo, nota-se uma verdadeira ruptura de pensamento em Bibiana, Belonísia e Zezé, que passam a questionar as situações degradantes de trabalho e o monopólio da terra por parte de poucos fazendeiros. Desse modo, passa-se a vislumbrar a possibilidade de se materializar um quadro de justiça social em relação a essas problemáticas agrárias enraizadas historicamente no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o *corpus* discursivo que compõe o romance *Torto arado*, pôde-se elaborar algumas considerações advindas deste trabalho. Inicialmente, é importante enfatizar a relevância desta pesquisa, tendo em vista que o texto literário apresenta subsídios para examinar os discursos que circulam na sociedade, espaço esse em que os sentidos estão sempre em disputa.

Sendo assim, a Análise de Discurso de linha materialista, de vertente francesa, (AD) se mostrou imprescindível para o exame da obra em evidência acerca da opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história e a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente (Orlandi, 2015).

Sob esse olhar, foi possível responder à pergunta motriz desta pesquisa. Buscou-se, neste trabalho, saber — como objetivo principal — como se constitui o funcionamento discursivo dos(as) personagens do romance *Torto arado* em relação às questões agrárias, especificamente, em relação à precarização do trabalho na zona rural e à desigualdade de acesso à terra.

Já com relação aos objetivos específicos desta investigação, buscou-se compreender o discurso de resignação de parte dos(as) personagens diante da exploração de sua mão de obra. Em seguida, procurou-se entender o processo de mudança de compreensão de alguns trabalhadores rurais perante tais abusos. E, finalmente, almejou-se identificar as práticas discursivas que tinham por objetivo romper com as ideologias hegemônicas.

Como resultados destas buscas analíticas, conclui-se que há uma expressa mobilidade de sentidos que marca a prática discursiva desses(as) personagens. Desse modo, verificou-se que tais práticas, influenciadas por suas respectivas formações ideológicas, alicerçam as formações imaginárias dos segmentos sociais que se encontram em plena luta de classes, no caso específico, latifundiários *versus* trabalhadores rurais sem acesso à terra.

Nesse contexto, foi possível perceber, na primeira parte da trama, que os discursos dos fazendeiros, que validam a precarização do trabalho rural e a aceitação da desigualdade de acesso à terra, ressoam nas falas de parte dos trabalhadores de Água Negra. Vê-se, então, que, por meio de paráfrases dos dizeres hegemônicos, os moradores da fazenda legitimam a dinâmica de exploração da sua força de trabalho sem a devida recompensação financeira.

Para explicar a postura resignada desse grupo vulnerável foi importante identificar as condições de produção em que tal grupo se encontrava, tendo em vista que as circunstâncias imediatas de enunciação deste segmento não se mostravam favoráveis à contestação do quadro de abusos a que se era submetido. Além disso, o contexto sócio-histórico-ideológico não permitia, em parte significativa do enredo, que os trabalhadores rurais questionassem as regras do jogo impostas pelas forças dominantes.

Na segunda parte do romance, destaca-se a compreensão que os(as) personagens passam a ter dos mandos e desmandos dos proprietários das terras. Dessa forma, partindo do entendimento do que é um sujeito na AD, foi possível perceber que o discurso do *bom-sujeito*, que se identifica com a formação discursiva *trabalhadores rurais* que produzem sem precisar de um salário e que não fazem questão pela posse da terra, fica cada vez mais enfraquecido, dando espaço, assim, para o discurso do *mau-sujeito*, o qual deixa a formação discursiva em que estava, até então, inscrito.

Com o entendimento da luta de classes percebida na dinâmica da Fazenda Água Negra, as posições-sujeito — tanto dos fazendeiros quanto dos trabalhadores rurais — ficam gradualmente mais marcadas, tendo em vista a coerção exercida pela formação ideológica que rege cada lado desse embate. Para manter o *status quo*, as forças dominantes se valem dos Aparelhos Ideológicos e Repressivos de Estado, materializando, então, uma política de silenciamento dos saberes do grupo dominado, o que institui, sobretudo, a perpetuação de um pensamento colonial a partir de uma memória discursiva.

Com relação à terceira parte do enredo, foi possível constatar que os(as) personagens, até então, subjugados(as) pelo sistema vigente, passam a adotar novas práticas discursivas, objetivando romper com o discurso predominante. Desse modo, o discurso científico higienista que interdita o cemitério da Viração e o discurso de proibição de construir casas de alvenaria na fazenda passam a ser questionados e, principalmente, combatidos.

Nesse viés, foi possível chegar à noção do sujeito-de-direito, uma vez que parte significativa dos trabalhadores da Fazenda Água Negra conclui que, por ter sido explorada por anos naquelas terras, eles tinham o direito de permanecer sobre elas. Tem-se, nessa conjuntura, um efeito de um *acontecimento discursivo*, já que eles, trabalhadores rurais pretos, passam a se denominar como quilombolas, instituindo, então, uma nova prática languageira.

Com a postura de resistência adotada por tais trabalhadores, eles, que, até então, não eram tidos como interlocutores legítimos no embate com os latifundiários, deixam a circunstância de não ter um lugar válido para discursar, ou seja, o contexto do *não-lugar* na AD, e passam a ter suas existências reconhecidas, por mais que seus direitos ainda não sejam respeitados totalmente. Tem-se, com isso, o início de um processo revolucionário na dinâmica da narrativa.

Contudo, esse trabalho de investigação não encerra o entendimento sobre as questões agrárias presente no romance, haja vista que, de acordo com a perspectiva da AD, a incompletude do sujeito e do discurso permite efeitos de sentido diversos. Logo, o *Torto arado* está aberto a novos olhares e leituras, tanto acerca dos problemas fundiários analisados aqui, quanto em relação a outros temas, já que a obra, em evidência, apresenta uma riqueza de assuntos a serem investigados.

Nesse prisma, podem-se levantar outras questões para trabalhos futuros. De início, como a obra é rica em personagens do gênero feminino, vale sublinhar a importância de se investigar a disputa pelos sentidos do que é uma *mulher* em uma sociedade rural marcada por uma estrutura patriarcal. Nessa perspectiva, o romance oferece três vozes femininas, como narradoras, que podem ser analisadas: Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira.

A título de exemplo, pode-se registrar, aqui, o discurso de Belonísia acerca das condições de existência das moradoras/trabalhadoras da Fazenda Água Negra:

Todas nós, mulheres do campo, éramos um tanto maltratadas pelo sol e pela seca. Pelo trabalho árduo, pelas necessidades que passávamos, pelas crianças que paríamos muito cedo, umas atrás das outras, que murchavam nossos peitos e alargavam nossas ancas (Vieira Junior, 2019, p. 119).

Nesta sequência discursiva, é possível analisar como era inóspito ser mulher no contexto retratado. Destaca-se, sobretudo, nesse fragmento, o discurso que desconstrói a romantização da maternidade, tendo em vista a cultura da gravidez precoce no contexto rural, a necessidade de gerar filhos-trabalhadores para a fazenda e os efeitos negativos das inúmeras gestações sobre o corpo feminino.

Ainda sobre o tema *mulher*, o texto de Vieira Junior possibilita examinar os discursos sobre a *violência doméstica* na conjuntura do interior do país. Nesse prisma, tanto a dinâmica marital de Belonísia e Tobias como a de Maria Cabocla e Aparecido podem ser objetos de análise, pois as duas personagens femininas são vítimas constantes de agressões verbais, psicológicas, físicas *etc.*

Essas agressões podem ser exemplificadas, com uma das cenas em que Belonísia abriga, em sua casa, a Maria Cabocla, que estava se escondendo do marido agressor. Neste episódio, tem-se Belonísia narrando, em primeira pessoa, o seguinte: “Senti um arrepio só de pensar que aquele homem adentrasse a casa para buscar Maria Cabocla, além de me dar umas pancadas por ter violado a regra de que não se deve meter em briga de marido e mulher” (Vieira Junior, 2019, p. 118).

A partir desta sequência discursiva, é possível examinar as formações ideológicas que influenciam a cultura da omissão perante os casos de violência no âmbito doméstico, naturalizando, assim, a violação da integridade das mulheres na sociedade brasileira, sobretudo, das que habitam áreas interioranas.

Outro aspecto que merece ser destacado, nestas considerações finais, na obra *Torto arado*, é o funcionamento discursivo que envolve os episódios em que determinadas personagens apresentam comportamentos considerados fora da “normalidade”, os quais são interpretados, por alguns, como uma espécie de *possessão espiritual* e, por outros, como *surtos psicóticos*.

Para exemplificar esse contexto, tem-se a cena, narrada por Bibiana, em que a personagem Crispina é levada pelo pai até a casa do curador Zeca Chapéu Grande nas seguintes condições: “Ele vinha à frente da filha amarrada com corda, enlouquecida, gritando coisas que ecoavam por céu e terra e não conseguíamos compreender” (Vieira Junior, 2019, p. 31). Na sequência da narrativa, é dito que indivíduos como Crispina eram “pessoas desconectadas de seu eu, desconhecida de parentes e de si. Eram pessoas com encosto ruim” (Vieira Junior, 2019, p. 33). Sendo assim, percebe-se que existe uma disputa de sentidos sobre o mesmo fenômeno, ora Crispina é tida como “enlouquecida”, ora é tida como alguém “com encosto ruim”.

Nessa perspectiva, vale salientar a importância de se investigar, inicialmente, o conceito de *normalidade*, uma vez que a “noção de normalidade passa [...] a não estar relacionada apenas a princípios religiosos, naturais e/ou divinos. Sua construção é determinada também [...] pelos saberes científicos que passam a produzir descrições minuciosas sobre os sujeitos” (Corrêa; Lockmann, 2022, p. 8).

Enfim, o romance *Torto arado* se revela como um elemento da produção cultural contemporânea de extrema importância para se entender o funcionamento discursivo da sociedade brasileira acerca de diversas temáticas, principalmente, os temas que envolvem as questões sobre o manuseio e posse da terra.

Convém, portanto, reiterar, aqui, a epígrafe que abre este trabalho. De acordo com Thomas Herbert: “[...] Se o instrumento de transformação da prática política é o discurso, [...] a prática política tem por função transformar as relações sociais reformulando a demanda social [...] por meio de um discurso” (Herbert, 1973, p. 19). Sendo assim, o discurso da obra *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior, em relação às questões agrárias, pode se configurar como um *instrumento de transformação da prática política*, tendo em vista que tal prática *tem por função transformar as relações sociais*, no caso, a relação desigual existente entre *latifundiários* e *trabalhadores rurais*, reformulando as necessidades sociais, por exemplo, a demanda pelo respeito ao direito ao trabalho digno remunerado e pelo direito ao acesso à terra. Vale enfatizar que essa reformulação só pode acontecer por intermédio do discurso.

Logo, a transformação das práticas discursivas pode permitir a materialização de um Brasil mais inclusivo para as classes sociais subjugadas historicamente, reduzindo, assim, a distância abismal entre aqueles que exercem o poder ao longo do tempo e aqueles que são alijados dele. Desse modo, a implementação da Reforma Agrária, abolindo não só as terras improdutivas, como os grandes latifúndios, poderia se consolidar, instituindo, enfim, um quadro de justiça social por meio do acesso à terra para todos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Análise crítica da teoria marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1958] 2003.

ARENDT, H. **Da revolução**. São Paulo: Ática, 1988.

AZEVEDO, N. *et al.* Sobre Michel Pêcheux e Análise do Discurso. In: BARROS, I. R. *et al.* **Ensino, texto e discurso**. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2014.

BANAGGIA, G. Conexões afroindígenas no jarê da Chapada Diamantina. **Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 123-133, dez. 2017.

BERNARDINO-COSTA, J. *et al.* **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 43ª edição. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3ª ed. rev. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

CABRA marcado para morrer. Direção de Eduardo Coutinho. Recife: CPC da UNE e do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, 1984. YouTube.

CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos avançados, v. 15, n. 43. São Paulo, USP, set./dez. 2001.

CANDIA, L.; CABRAL, R. D. M. (Orgs.). **Torto arado: perspectivas críticas**. Catu-Ba: Bordô-Grená, 2022. (E-book).

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Coléccion Sur Sur, 2005.

CAZARIN, E. (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias. Sujeito & Língua**. Porto Alegre: Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008.

CHALHUB, S. **Funções da linguagem**. 12ª edição. São Paulo: Ática, 2006.

CONEIN, B. Descrever um acontecimento político. *In*: CONEIN, B. ; COURTINE, J-J.; GADET, F.; MARANDINI, J.M.; PÊCHEUX, M (Orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2016.

CORRÊA, C. B.; LOCKMANN, K. **A produção da noção de normalidade e seus sentidos históricos**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 40, p. 1-19, out, 2024.

COSTA, L. M. **Velhos posseiros e novos invasores: o discurso de dez anos de conflitos agrários em Eldorado do Carajás**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, 1996.

COURTINE, J.-J. **Analyse du discours politique**. Langages, Paris, n. 61, juin 1981.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**. O discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Vanice Sargentini (Org.). São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELA-SILVA, S. *et al.* **Análise de discurso: uma introdução**. Niterói: Eduff, 2022.

EDELMAN, B. **Le droit saisi par la photographie**. Paris: Maspero, 1973.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: FOUCAULT, M. **Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 67ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREYRE, G. **Casa grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.

GÁRCIA-MÁRQUEZ, G. **Cem anos de solidão**. 77ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, L. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares**. Vol.1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária?**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUILLAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso. *In*: GUIMARÃES, E. (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradutores Bethânia S. Mariani [et al.]. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1997.

HERBERT, T. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 30, p. 3-36, 1973.

HUXLEY, A. **Admirável mundo novo**. 22ª ed. São Paulo: Globo, 2014.

INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Vol. 12, Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

INDURSKY, F Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S. et al (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prata, 2008.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.

INDURSKY, F Políticas do esquecimento x políticas de resgate da memória. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (Orgs.). **Análise do discurso em rede: cultura e mídia**. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

INDURSKY, F Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. (Org.). **A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

INDURSKY, F **O Discurso Do/Sobre o MST: Movimento Social, Sujeito, Mídia**. 2ª edição. Campinas: Pontes: 2021.

JAKOBSON, R. **Linguística, poética e cinema**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. 1988. 124 f. Tese de Doutorado pelo Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp. Campinas, 1988.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Coléccion Sur Sur, 2005.

Literafro: portal da literatura afro-brasileira, 28 de abril de 2023. Disponível em: Itamar Vieira Júnior - Literatura Afro-Brasileira (ufmg.br). Acesso em: 07/05/2024.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. Prefácio. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. Campinas: Ed. da Unicamp/Pontes, 1989.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírío Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2000.

MARX, K; ENGEL, F. **Manifesto comunista**. 4ª impressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

MELO NETO, J. C. de. **Morte e vida severina**: auto de Natal pernambucano. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

MIALLE, M. **Une introduction critique au droit**. Paris: Maspero, 1980.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto: formação e circulação do sentido**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: nos movimentos dos sentidos**. 6ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12ª edição. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PAIVA, V. L. M. O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PÊCHEUX, M. **Les Vérités de la Palice**, Maspero, Paris. trad. bras. **Semântica e discurso**. E. Orlandi *et alii*, 5ª edição, Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. **O discurso; estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. Análise de discurso: três épocas. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. FUCHS, C. A propósito da Análise do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da Psicologia Social. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (Org.) **Um mapa da ideologia**. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al*, 5ª edição, Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PLATÃO. **A república (ou Da justiça)**. Trad. Edson Bini. 3ª edição. São Paulo: Edipro, 2019.

PRAZER, KARNAL. **O que aprendemos com Torto arado?**. YouTube, 17 de junho de 2021. Disponível em: O que aprendemos com "Torto Arado"? | Leandro Karnal e Itamar Vieira Junior (youtube.com). Acesso em: 07/05/2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Coléccion Sur Sur, 2005.

RAMOS, G. **Vidas secas**. 133ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

RANCIÈRE, J. **La méésentente**. Paris: Galilée, 1995.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível. Estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

RODRIGUES, M. L.; ANTUNES, G. Discurso de cotas na uems: uma questão polêmica. In: RODRIGUES, M. L. e SOUZA, A. C. S. (Orgs.). **Linguagem e questões afrodescendentes**. 1ª ed. Campo Grande: EUMS, 2020.

SANTOS, E. P. J.; SILVA, F. F. **Análise do Discurso I**. São Cristovão: CESAD/UFS, 2014.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 28ª edição. São Paulo: Cultrix, 2012.

SERRANI, S. M. **A linguagem na pesquisa Sociocultural: um estudo da repetição na discursividade**. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1997.

SERRANI, S. M. Abordagem transdisciplinar da enunciação em segunda língua. *In*: Signorini, I.; Cavalcanti, M. **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

SERRANI, S. M. Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso. *In*: Signorini, I. (Org.). **Língua(gem) e identidade**. 2ª ed. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. 11ª edição. São Paulo: Atual, 2011.

STRECK, L. L. **As Interceptações Telefônicas e os Direitos Fundamentais: Constituição - Cidadania - Violência**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1997.

TAVARES, C. N. V. **Ressonância discursivas: uma proposta de análise de dados em uma pesquisa sobre aprendizado de língua estrangeira**. Horizonte, Itatiba, v. 27, nº 1, p. 105 a 114, jan/jun, 2009.

VIEIRA JUNIOR, I. **Dias**. Salvador: Caramurê Produções, 2012.

VIEIRA JUNIOR, I. **A oração do carrasco**. Itabuna: Mondrongo, 2017.

VIEIRA JUNIOR, I. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

VIEIRA JUNIOR, I. **Salvar o fogo**. São Paulo: Todavia, 2022.

VIEIRA JUNIOR, I. **Chupim**. São Paulo: Todavia, 2024.

Zé Ramalho. **Admirável gado novo**. Rio de Janeiro: Epic, 1979. 4:53.